



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO PPGEdu

MIGUEL TIRIBA SCHLESINGER

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE
E AS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE

RIO DE JANEIRO

2017

MIGUEL TIRIBA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE
E AS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mônica Peregrino

RIO DE JANEIRO

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa em Pós-Graduação em Educação

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Miguel Tiriba

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE JUVENTUDE
E AS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, _____ / _____ / _____

Prof.^a Dr.^a Mônica Peregrino - UNIRIO
(Orientadora)

Prof. Dr. Diógenes Pinheiro - UNIRIO
(Membro interno)

Prof.^a Dr.^a Ana Karina Brenner - UERJ
(Membro externo)

AGRADECIMENTOS

Ao povo brasileiro que financiou a bolsa de mestrado.

À orientadora Mônica Peregrino, que desde o início me acolheu meu tema de pesquisa e teve grande contribuição e orientação para a minha escrita.

Aos professores membros da banca de defesa: Ana Karina Brenner e Diógenes Pinheiro.

Ao professor Mario Brum, que esteve na banca de qualificação e contribuiu bastante para o desenvolvimento do primeiro capítulo.

Aos professores da linha de pesquisa: Miguel Farah, Eliane, Luiz Esteves e Fernanda Nunes.

Ao professor Celso Sanchez, que me acolheu em seu grupo de pesquisa e contribuiu para a minha escrita.

À professora Lígia Coelho, que sempre me deu apoio durante o curso.

Aos meus pais Sergio e Lea, que estão presentes em todas as circunstâncias e contribuíram significativamente para o crescimento pessoal e profissional.

À tia Lia, que me ajudou no projeto de mestrado.

Aos familiares: Isadora, Juliana, Diego, Marcella, Daniel, João, Mariana, Leo, Cristina, Thiago e Thais.

Aos amigos-irmãos: Igor, Noelia, Diego e Breno, que estiveram e estão ao meu lado em todos os momentos da minha vida, independentemente da distância.

À minha companheira Luciana, com quem amo estar ao lado e fazer passeios e pretendo ainda mais conhecer lugares diferentes.

À turma de mestrado da Unirio, em especial, Cida, Nathalia e Katia, pessoas com quem construí grande amizade.

Aos companheiros da linha de pesquisa, em especial, Laine, Amanda Guerra, Yasmin, Marcelo, Ana Lucia e Eduardo.

Aos psicólogos: Vilma e Rodrigo.

RESUMO

O objetivo deste trabalho de abordagem bibliográfica é aproximar dois debates. O primeiro trata dos movimentos de favela e sua resistência à remoção na cidade do Rio de Janeiro. O segundo remete ao debate sobre o conceito de juventude, aborda seus mecanismos de organização, assim como estabelece um mapeamento de suas manifestações e dinâmicas no século XXI. É a partir disso que iremos discutir a eclosão não apenas das jornadas de junho de 2013, como também as ocupações das escolas estaduais por estudantes secundaristas, assim como alguns outros movimentos do século XXI, como o da luta pelo passe-livre. Para tanto, a dissertação recorrerá a uma ampla gama de referências bibliográficas e será escrita a partir de diálogos com autores estudiosos dos temas de coletivos de favela, juventude, participação política e movimentos sociais.

Palavras chaves: coletivos de favela; juventude; participação política; jornadas de junho; ocupações; passe-livre; movimentos sociais.

RESUMÉ

L'objectif de ce travail d'approche bibliographique est plus proche de deux débats. Le premier porte sur le mouvement des taudis et votre résistance à l'enlèvement dans la ville de Rio de Janeiro. La seconde se réfère au débat sur le concept de la jeunesse, aborde les mécanismes de leur organisation, ainsi qu'établit une cartographie de ses manifestations et dynamique au XXI^e siècle. C'est de celle que nous aborderons l'émergence non seulement des journées de juin 2013, ainsi que les professions des écoles publiques pour les élèves du secondaire, ainsi que quelques autres mouvements du XXI^e siècle, tels que la lutte pour la marge de manœuvre. Pour les deux, mémoire utilisera un large éventail de références, est écrit de dialogues avec les auteurs érudits collective thèmes du bidonville, jeunesse, participation politique et les mouvements sociaux.

Mots clés: collectifs de favela ; Jeunes ; participation politique ; jours de juin ; métiers ; Pass-libre ; mouvements sociaux.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – AS CLASSES POPULARES, SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO E LUTAS PELO DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO.....	13
1.1. A emergência da Fafeg em meio à onda remocionista.....	13
1.2. Chaguismo e paralisação das remoções.....	21
1.3. Brizola: novas políticas para as favelas.....	27
1.4. Anos 1990: ascensão do narcotráfico.....	29
1.5. Anos 2000: o retorno das remoções como pauta pública.....	34
CAPÍTULO 2 – JUVENTUDE: CIDADANIA E DIREITOS.....	39
2.1. Juventude na sociedade brasileira.....	50
2.2. Participação política, cidadania e direitos.....	55
CAPÍTULO 3 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE CONTEMPORÂNEOS E SUAS DINÂMICAS.....	68
3.1. Movimentos e coletivos juvenis: o protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL).....	74
3.2. As Jornadas de Junho.....	78
3.3. São Paulo e o pioneirismo nas ocupações secundaristas.....	82
3.4. Goiás: ocupações em meio às OSs.....	86
3.5. Ocupações no Rio Grande do Sul.....	89
3.6. Rio de Janeiro: as ocupações em meio à greve docente.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

APRESENTAÇÃO

Desde muito jovem, me interessei por temas de cunho sociopolítico, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Ao ingressar no Ensino Médio em 2003, participei de diversas reuniões e manifestações organizadas por movimentos estudantis e logo compus uma candidatura ao grêmio estudantil do Colégio Estadual Souza Aguiar.

Em 2012, já graduado em Ciências Sociais - com os títulos de bacharelado e licenciatura - atuei como membro voluntário do Instituto Mais Democracia. Esta instituição tem como principal atividade o monitoramento das relações entre o Poder Público e as empresas privadas, sobretudo, naquilo que concerne aos gastos públicos com recursos destinados aos megaeventos. Neste período, realizei pesquisas relacionadas aos gastos destinados à Transcarioca, não somente na aplicação do dinheiro, mas também quanto ao funcionamento da mesma. Após a execução desta pesquisa, constatei a falta de transparência na divulgação dos gastos, pois muitos portais de órgãos públicos estavam desatualizados em relação a este aspecto. O estudo foi de fundamental importância para que eu compreendesse a dinâmica das remoções na cidade do Rio de Janeiro: observei que, nos últimos anos, o Poder Público vem sistematicamente cometendo violação de direitos humanos ao não realizar consulta prévia às populações endógenas e também ao aplicar estudos de impactos ambientais fragmentados.

Ainda no Instituto Mais Democracia, participei da Cúpula dos Povos, evento paralelo à Rio+20, realizado em junho de 2012, que questionou a alternativa da Economia Verde como solução para os problemas ambientais, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Foram abordados diversos temas, tais como Belo Monte, remoções nas capitais sob pretexto da Copa do Mundo, usina nuclear de Angra dos Reis, impactos ambientais e sociais ocasionados pela instalação da indústria Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) em Santa Cruz, entre outros. Em meio à Cúpula dos Povos, constatamos que a lógica da Economia Verde, ironicamente, consiste no financiamento público a empresas estatais ou privadas para extrair recursos naturais que, por sua vez, culminam em impactos socioambientais, como a migração forçada das populações locais para periferias das médias e grandes cidades na busca de um novo emprego e, conseqüentemente, em benefício destas mesmas corporações. Ao

final, estas estratégias resultam em prejuízo às camadas mais desfavorecidas da sociedade, no que tange aos direitos humanos básicos, tais como moradia, educação, emprego, saneamento, entre outros.

Em agosto de 2012, tornei-me membro do corpo editorial da Revista Vírus Planetário, periódico que tem como principal bandeira a democratização dos meios de comunicação. Trata-se de um veículo que aborda questões dos direitos humanos em meio à dinâmica dos movimentos sociais. Publiquei matérias que têm relação intrínseca com os direitos humanos e também, de certa forma, com temas que têm relação direta ou indireta com assuntos orientados para a Educação.

Em setembro de 2012, escrevi artigo relacionado aos dois anos da chegada da Unidade de Pacificação Policial (UPP) à favela do Salgueiro, estabelecendo constante diálogo com o ponto de vista dos moradores da comunidade e também dos juristas Miguel Baldez e Leonardo Chaves. O que concluí foi que, sem dúvida, a implementação da UPP propiciou melhorias consideráveis à segurança dos moradores. Todavia, o desafio agora é promover melhorias associadas aos direitos básicos. E uma das saídas para isso seria, por exemplo, a articulação entre setores da Cultura, do Meio Ambiente e da Educação. Em dezembro do mesmo ano, publiquei matéria que aborda a privatização/concessão do Complexo do Maracanã, não apenas do estádio, mas, sobretudo, a demolição Escola Municipal Friedenreich, avaliada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como o quarto maior colégio público (1ª à 5ª série) do Rio de Janeiro e também 10ª do Brasil. É importante salientar também que a Friedenreich é uma escola modelo, que oferece aulas de inglês, artes, além de uma infraestrutura de alta qualidade. Devido à efetiva pressão popular, sobretudo dos funcionários da Educação e do corpo discente, a demolição do local foi revogada

Em abril de 2013, publiquei matéria sobre as internações compulsórias no município do Rio de Janeiro. Elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) sem a participação dos funcionários da saúde, o projeto autoriza o recolhimento forçado, em massa, de populações de rua, usuários de drogas ou não. A medida viola o inciso II do artigo 106 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece que nenhuma criança menor de idade pode ser abordada por forças de segurança sem infração cometida a priori. Além disso, a medida caminha na contramão dos avanços obtidos pela Lei da Reforma Psiquiátrica em 2001, que prevê que a internação compulsória deve ser apenas utilizada após esgotadas todas as possibilidades

de tratamento para usuários de drogas. Vale mencionar que comunidades terapêuticas são financiadas com recursos públicos para aplicar internações, o que acarreta a perda da importância dos Centros de Atenção Psicossociais aos Dependentes de Álcool e Drogas (CAPS-AD), que foram fortalecidos com a implementação da Lei da Reforma Psiquiátrica. Com o intuito de ocultar as mazelas dos turistas, visando os megaeventos, a medida acaba por criminalizar os segmentos mais pobres da população. Vale lembrar também que uma pesquisa executada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro aponta que 46% das internações ocorrem na Zona Sul, 29% no Centro e 15% na Zona Norte, o que totaliza 90%. Isso significa que apenas 10% do recolhimento se dá na Zona Oeste.

E, para finalizar, ainda no contexto da Vírus Planetário, escrevi matéria referente às relações paradoxais entre a Lei do Artista de Rua e a Resolução 013 dentro do território do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que a atividade é permitida em locais públicos sem passar pelo aval da Guarda Municipal, a Resolução 013 designa à polícia o poder de autorizar ou não eventos de caráter esportivo, social e cultural dentro do território do Estado do Rio de Janeiro. Em função disso, constatei que as favelas foram as áreas mais prejudicadas com a sua aplicação, o que representa um entrave para a emancipação de seus moradores no que diz respeito aos direitos humanos. Em seu conjunto, a experiência como jornalista na revista Vírus Planetário confirmou que o autoritarismo e o desrespeito aos direitos humanos acabam por atingir as camadas desfavorecidas da sociedade.

Ainda entre 2012 e 2013, participei de diversas manifestações nas ruas do Rio de Janeiro, que denunciavam as remoções, privatização do Maracanã, aumento da tarifa de ônibus, desapropriação da Aldeia Maracanã etc. E também participei das jornadas de junho, que me despertaram ainda mais curiosidade acerca da dinâmica dos movimentos sociais da atualidade.

INTRODUÇÃO

Junho de 2013: o Brasil parou. Para surpresa das autoridades governamentais e dos grupos de poder econômico (SOUSA, 2014), houve protestos de massa em várias cidades do país. A truculência policial nas manifestações de São Paulo provocou indignação popular, o que desembocou na ocupação de centenas de milhares de pessoas nas ruas (SCHERER-WARREN, 2014). Além de repudiar o aumento dos transportes, os manifestantes reivindicariam melhoria nos serviços públicos, especialmente saúde, educação e segurança pública. “Nesse momento, o repúdio à repressão legitimada pelo Estado, por um lado, e a solidariedade à liberdade de expressão da cidadania, por outro, formaram o mote para a ampliação das manifestações em todo o país (SCHERER-WARREN, 2014, p. 419)”.

Uma nova organização de protesto massivo estava por vir no país. Diferentemente das manifestações anteriores, não havia lideranças. O que uniu os manifestantes foi o sentimento de descontentamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal. Também foram frequentemente repudiados os excessivos gastos públicos para a Copa do Mundo, que seria realizada no país em 2014, em detrimento dos investimentos na educação e na saúde (MARTINS, 2016).

Gohn (2014) afirma que, de maneira geral, as jornadas de junho significaram uma nova forma de movimento social, caracterizado pela participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas de organizações tradicionais, sobretudo partidos e sindicatos. Não houve carros de som ou batucadas. “Na estética individual, predomina o preto, máscaras de gás ou outras (como a de Guy Fawkes, do Anonymous), e eventuais piercings (GOHN, 2014, p.432).” Trata-se de um movimento social completamente diferente dos movimentos clássicos (operário, sindical, agrário); ou dos movimentos que lutaram contra a ditadura militar na América Latina, com apoio dos setores progressistas, como a Teologia da Libertação; e também dos chamados “novos movimentos sociais” da metade do século XX (GOHN, 2016).

Supostamente, as jornadas de junho de 2013, inauguraria novas concepções em grande parte da população em relação ao (re) significado da política. Se antes, a política era vista como o simples ato de votar a cada dois anos; a partir de então, a política

passou a ser encarada como uma ferramenta de reivindicações sobre os poderes públicos através de manifestações de rua e ocupações dos espaços públicos.

Fora do tema da participação política da juventude, podemos citar, como exemplo a greve dos garis no Rio de Janeiro no início de 2014, em pleno carnaval. Somado a isso, as manifestações nas ruas foram fundamentais para que os garis tivessem boa parte de suas reivindicações atendidas pela prefeitura carioca. Ademais, é possível inferir que o movimento de 2013 geraria desdobramentos com as ocupações secundaristas em alguns estados do Brasil, na qual os estudantes vislumbraram a possibilidade de intervir nos rumos da educação pública, através da elaboração de novos currículos mediante participação discente.

A partir daí, pretendo neste trabalho, investigar e levantar hipóteses sobre a dinâmica e a lógica de funcionamento e organização dos movimentos sociais de juventude contemporâneos. Pretendemos também compreender de que maneira os jovens de hoje compreendem e encaram a política.

Ademais, iremos averiguar as causas que levaram à eclosão não apenas das jornadas de junho de 2013, como também das ocupações das escolas estaduais por estudantes secundaristas, assim como alguns outros movimentos do século XXI, como o da luta pelo passe-livre. Para tanto, boa parte da dissertação será biográfica a partir de monografias, dissertações e teses que abordam sobre os temas de participação política e juventude no Brasil.

No primeiro capítulo, abordaremos as relações entre as classes populares e os poderes públicos no Rio de Janeiro, mediante perspectiva social e histórica. Abordaremos de que maneira os processos dos poderes públicos com as classes populares são dialogados. Partimos do pressuposto de que a visibilidade em relação aos abusos cometidos pelo Estado perante as populações de favelas e periferias foram um dos fatores determinantes para a emergência dos protestos de massa em junho de 2013.

No segundo capítulo, abordaremos sobre juventude e seus direitos relacionados à cidadania. Trabalharemos primeiramente com o conceito de juventude, apresentando as diferentes linhas de pensamento do tema. Em seguida, iremos descrever estudos sobre juventude no Brasil, desde seu início até os dias atuais, e também a relação dessa população com os poderes públicos e os mais diversos setores da sociedade e o tratamento/concepção dessas instâncias direcionados aos jovens. Melhor dizendo, descreveremos, a partir disso, como se caracterizaram as políticas públicas no Brasil nos

anos 1990 e no início do século XIX, seja ela originada a partir dos poderes públicos, como também das ONGs e de fundações empresariais. É a partir daí que iremos identificar a formação dos movimentos contemporâneos e também levantar hipóteses dos fatores que levaram à emergência desse grupo, sobretudo nas jornadas de junho de 2013 e nas ocupações estudantis secundaristas entre 2015 e 2016.

No terceiro e último capítulo, iremos analisar a organização e lógica de funcionamento dos movimentos contemporâneos de juventude e entender os fatores que levaram às mobilizações, a partir de diálogos com autores estudiosos acerca do tema da participação política. Para tanto, recorreremos primeiramente à formação da sociedade civil no Brasil e a emergência desses movimentos, tendo em vista o processo de redemocratização do país, concretizado em 1985. Em seguida, explicaremos como se deram as dinâmicas de participação política nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e suas relações com o Estado. Posteriormente, abordaremos a atuação dos movimentos de juventude no início do século XXI: o Movimento Passe-Livre em algumas capitais do Brasil e o movimento de ocupação urbana *Dandara* em Belo Horizonte. O tema seguinte tratará das jornadas de junho de 2013 e abordará sua dinâmica de organização política e seus desdobramentos. Por último, iremos descrever sobre a onda das ocupações secundaristas nos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo e seus novos debates trazidos ao cotidiano escolar.

CAPÍTULO 1 – AS CLASSES POPULARES, SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO E LUTAS PELO DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO

Neste primeiro capítulo, buscaremos identificar de que maneira se configura a relação do poder público com as classes populares na cidade do Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito às favelas. Em primeiro lugar, a relação do Estado com as favelas se caracterizou, de maneira geral, pela ambiguidade no tratamento direcionado às mesmas. Ao mesmo tempo em que o poder público ambicionava erradicar as favelas, o mesmo tolerava o crescimento das favelas em certas áreas da cidade.

Como já existem muitos estudos que remontam às políticas de favelas desde entre o final do século XIX e o início do século XX, não entraremos em detalhes acerca do processo histórico da relação entre as classes populares e os poderes públicos. Logo, iniciaremos abordando sobre a criação da Federação da Associação das Favelas do Rio de Janeiro (Fafeg), a partir do início da década de 1960. Por outro lado, cabe destacar a atuação da União dos Trabalhadores Favelados, nos anos 1950 e 1960, sobretudo nas menções a Brizola e Vargas em seus discursos, além da campanha contra o golpe militar de 1964, em defesa de João Goulart.

1.1 A emergência da Fafeg em meio à onda remocionista

A erradicação de favelas ganhou impulso na primeira metade do século XX, para se tornar uma prática consolidada do poder público. Todavia, é a partir de 1962 que a remoção se transforma em política pública de larga escala (GONÇALVES; AMOROSO, 2014). Anteriormente, havia uma tolerância em relação à existência de favelas, porém não acompanhada da integração destas à cidade (OAKIM, 2014).

A eleição de Carlos Lacerda para o governo da Guanabara em 1960 imprimiria novos rumos à política de favelas. Em 1962, Lacerda demite Rios do comando do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha). Em seu lugar, é nomeada Sandra Cavalcanti para a instituição que passa a ser denominada Coordenação de Serviços Sociais.

Diante do impasse entre remoção e urbanização das favelas, o governo estadual passou a trabalhar, simultaneamente, nas duas perspectivas. Por uma via, entre 1962 e 1965 construiu a Cidades de Deus e as vilas Kennedy, Aliança e Esperança; por outra urbaniza algumas favelas (LEEDS & LEEDS, 2015). Todavia, essas construções seriam para reassentar moradores removidos, o que os prejudicaria por estes locais estarem distantes de seus postos de trabalho.

O golpe militar de 1964 impulsionaria ainda mais a perspectiva da remoção. Entre 1950 e 1960, o número de favelados praticamente dobrou na cidade do Rio de Janeiro, passando de aproximadamente 170 mil (7,2% da população da cidade) para 335 mil (10% da população total).

Contudo, as políticas de erradicação não ficaram sem resposta. Em junho de 1963, foi criada a Fafeg. Para Oakim (2014), a criação da entidade se deve à política de Rios no Serfha, que teria propiciado maior articulação entre as associações de moradores das favelas das mais diversas regiões do Rio de Janeiro. O movimento, assim surgiria como ferramenta de pressão ao Estado, visando a incorporação de seus moradores à vida da cidade. A forte articulação política da instituição teria como resultado a destinação de 3% do orçamento estadual para obras de melhoramento em favelas (BURGOS, 2006).

De acordo com Trindade (1989), entre 1962 e 1967, na qual o movimento teria um comportamento moderado, sendo assim nem revolucionário nem contestatório. Segundo a autora, houve, inclusive, articulações a um setor do empresariado que fazia parte do complexo Ipes/Ibad de oposição a João Goulart. Embora, a Fafeg criticasse a política de erradicação conduzida pelo Estado, a federação encarava o poder público como o único capaz de assegurar a urbanização das favelas (OAKIM, 2014). A Fafeg, assim, passou a atuar como mediadora entre o Estado e os moradores de favela. Por outro lado, a federação dava importância ao conhecimento do favelado para a solução de seus problemas, valorizando assim a figura do intelectual orgânico, termo utilizado por Gramsci. É importante mencionar também o protagonismo da Fafeg na resistência que resultou na não demolição da Favela de Brás de Pina, que ficou conhecida como grande fracasso da política de remoção de Lacerda (GONÇALVES; AMOROSO, 2014).

Diante das várias obras realizadas por Carlos Lacerda na Guanabara, as primeiras remoções foram direcionadas às favelas na Avenida Brasil, para a construção

do Mercado São Sebastião, e à favela do Esqueleto, dando lugar à edificação da Universidade da Guanabara - hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) -.

Em seguida, as remoções estariam destinadas às favelas situadas em terrenos de alto valor imobiliário, notadamente a favela do Pasmado (BRUM, 2012), que fora urbanizada em 1961. Localizada em área nobre de Botafogo e com vista privilegiada para a Baía de Guanabara, a favela foi constada no relatório da Cohab que serviria para a edificação de um hotel da rede internacional Hilton. De acordo com a presidente do BNH, Sandra Cavalcanti, não havia interesses imobiliários por detrás dessa remoção, mas que houve posteriormente, não durante a administração de Lacerda.

Cabe ilustrar que a Favela do Pasmado foi a primeira a gerar debate e contar com forte resistência e oposição de seus moradores (OAKIM, 2014). Foi nesta ocasião que aconteceu a primeira manifestação da Fafeg contra a política de remoção das favelas.

No início de dezembro de 1963, a imprensa noticiava as primeiras remoções na Favela do Pasmado. Em resposta, uma comissão, representando nove mil moradores da favela, foi até a Assembleia Legislativa reivindicar o apoio dos deputados. Na contramão do movimento, Sandra Cavalcanti atuava no convencimento de alguns moradores para deixar a habitação.

As remoções teriam maior ímpeto a partir de 29 de dezembro e terminariam em 10 de janeiro de 1964, com Lacerda ordenando a queima dos barracos demolidos, evitando que qualquer morador removido voltasse ao local (OAKIM, 2014). O número de famílias transferidas para a Vila Aliança totalizou em 189 apenas em três dias.

Após a transferência, houve muitas reclamações dos moradores quanto a precariedade das novas habitações. Os moradores recorreram ao então presidente João Goulart, acusando os policiais de os retirarem à força, e não por vontade própria. A partir daí, é possível inferir que os moradores tinham a ciência da oposição entre governo federal e estadual. Com o início da ditadura militar, a partir de 31 de março de 1964, a possibilidade de diálogo entre favelados e governo federal desapareceu. Cabe ressaltar que com a ditadura militar, as remoções foram federalizadas.

Com a remoção da Favela do Pasmado, haveria novas mobilizações da Fafeg contra novas possíveis demolições. Em fevereiro de 1964, a Fafeg se articulou com os moradores da Favela da Catacumba na redação do jornal Correio da Manhã para denunciar uma possível remoção seguida de transferência para a Vila Kennedy.

Mesmo com os protestos, as remoções continuariam na Favela Getúlio Vargas em março do mesmo ano, com a transferência de 116 famílias para Vila Kennedy e para os parques proletários do Leblon e da Gávea. Entretanto, essa ação enfrentou resistência dos moradores, que contaram com a presença de Magarino Torres, advogado que havia participado do processo de regularização da Favela do Borel nos anos, fenômeno este que resultaria na criação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF) nos anos 1950.

A resistência popular não impediria novos despejos. Dois meses depois, um incêndio iria demolir 44 barracos da Favela Getúlio Vargas. Em junho, duas mil pessoas foram removidas da Favela da Praia de Ramos para a Vila Kennedy, também sob protesto (OAKIM, 2014). Em agosto, 600 famílias da Favela João Candido, na Avenida Brasil, foram transferidas para conjuntos habitacionais na Vila Esperança; e vinte famílias da Favela da Mãe Solteira no Porto foram despejadas sob violência policial.

Ainda em 1964, foram removidas as favelas (ao lado, a quantidade de famílias entre parênteses). Demolições integrais: Pasmado (911); Getúlio Vargas (113); Maria Angu (460); João Cândido (665); Maneta (41). Demolições parciais: Conjunto São José (30); Macedo Sobrinho (14); Del Castilho (9); Marquês de São Vicente (32); Ladeira dos Funcionários (8). No ano seguinte, seriam removidas totalmente: Rio Joana (23); Esqueleto (2027); e parcialmente: Turano (34); Morro do Quietto (46); Praia do Pinto (20); e Brás de Pina (34).

No final do governo Lacerda, a remoção atingiria cerca de 42 mil pessoas. Foram demolidos 8.078 barracos. Concomitantemente a este processo, a Cohab construiu diversos conjuntos habitacionais em regiões afastadas dos centros urbanos através de recursos do Fundo do Trigo. Passando a morar nesses conjuntos, a população recém removida deveria pagar prestações mensais à COHAB. Aqueles que não dispusessem de recursos financeiros se veriam obrigados a morar em casas de triagem, denominadas Centros de Habitação Provisória, como a Nova Holanda (BRUM, 2012).

Dentre os recursos aplicados pelo Fundo do Trigo, apenas uma parcela foi utilizada para a urbanização das favelas. Apenas a Vila da Penha foi completamente urbanizada. Favelas como a do Jacarezinho, da Rocinha e do Salgueiro foram parcialmente urbanizadas. Os recursos do Fundo foram direcionados, majoritariamente, às primeiras remoções e aos conjuntos habitacionais que abrigariam os removidos: Vila Aliança, Vila Esperança, Vila Aliança e Cidade de Deus (construção apenas iniciadas). Vale mencionar que os três últimos bairros estão situados na Zona Oeste do Rio de

Janeiro, localizadas a algumas dezenas de quilômetros das favelas de origem das populações removidas.

Na campanha eleitoral para o governo do Estado da Guanabara de 1965, o tema central eram as remoções. Negrão de Lima, que se comprometeu a não dar continuidade às demolições, venceu Flexa Ribeiro, candidato de Lacerda. As menores votações de Flexa Ribeiro se deram nas seções eleitorais próximas a conjuntos habitacionais que abrigaram os removidos de Vila Esperança, Vila Aliança e Vila Kennedy. Nas duas últimas áreas, a votação em Negrão de Lima era 11 vezes maior que para o candidato de Lacerda, conforme noticiado na imprensa.

Entretanto, na administração estadual de Negrão de Lima (1965-1971), a remoção ganharia maior ímpeto, ainda mais que se tratava do período da ditadura militar. Dado esse regime em vigência, sua centralização política e administrativa possibilitou maior disponibilidade de recursos técnicos e financeiros para as remoções.

Em 1967, o governador Negrão de Lima publica o Decreto nº 870, que colocaria as associações de moradores sob controle do Estado, determinando que suas atividades, estatuto, eleições e balanço financeiro fossem submetidos ao parecer favorável da Secretaria de Serviço Social (BRUM, 2012). Caso algum dos pontos não fosse cumprido pela diretoria da associação, esta mesma poderia ser deposta, dando lugar à uma junta governativa.

Em 1968, seria criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (Chisam), coincidente no mesmo ano da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que decretaria o fechamento dos canais de comunicação da sociedade civil, inclusive os de moradores das favelas. Vinculada ao Ministério do Interior, a criação da Chisam transferiu o controle das políticas de favelas do Estado da Guanabara para o domínio do governo federal.

Com a criação da Chisam, o estigma do favelado seria ampliado. Passou –se a atribuir exclusivamente a responsabilidade pela relação conflituosa entre a cidade e a favela, tanto por parte das autoridades como também por considerável parcela da sociedade (BRUM, 2013). O favelado, dessa forma, era concebido como alguém não-integrado ao bairro onde a favela se localizava. Logo, a regeneração do favelado serviria como panacéia para a resolução dos conflitos. Para tanto, recorria-se ao argumento da ilegalidade da posse da terra. A favela era definida pela Chisam como um espaço deformado, habitado por uma população alienada da sociedade, que não tinha benefícios

de serviços por não pagar imposto (BURGOS, 2006). Deduzia-se, a partir daí que o favelado deveria migrar da posição social de “clandestino” para a condição de proprietário.

Além disso, o primeiro presidente da Chisam, Gilberto Coufal, apoiando-se em estudos de urbanistas e sociólogos, aponta para a inconsistência da urbanização das favelas, já que mesmo com essa medida, os favelados continuariam se comportando como favelados e, não como cidadãos (BRUM, 2013).

Dessa maneira, as políticas de remoção da Chisam consistiriam em uma remodelação urbana, no qual as autoridades ambicionavam reorganizar o espaço urbano mediante perspectiva de segregação socioespacial (BRUM, 2013). As áreas da cidade teriam diferentes destinos.

No caso da Zona Sul, o objetivo seria remover as favelas para dar visibilidade às paisagens de belezas naturais. No que se refere a Zona Norte, de acordo com as autoridades, este espaço seria utilizado para abastecer mão-de-obra às Zonas Industriais delimitadas pelo Estado (BRUM, 2013). Assim, moradores das favelas da Zona Sul seriam transferidos para os conjuntos habitacionais da Zona Norte, sobretudo na Leopoldina, onde seriam instaladas indústrias para ampliar a oferta de empregos.

Assim, a execução do programa da Chisam, na esfera social, ficou a cargo da Secretaria de Serviço Social do Estado da Guanabara, da Fundação Leão XIII, da Secretaria Municipal de Trabalho do Serviço Social e da Ação Comunitária do Brasil (órgão privado, cujo *status* se tornou público para fins de execução). Por outra via, cabiam à Cohab e à Codesco os conjuntos habitacionais (VALLA, 1986).

A criação da Chisam, por outro lado, resultou em novas mobilizações da Fafeg. O II Congresso da Fafeg, em 1968, teria caráter mais combativo, na luta pelo direito à permanência. Segundo Trindade (1989), com a eleição da diretoria capitaneada por Vicente Mariano, observa-se uma oposição mais nítida da entidade às remoções, como também a concepção do movimento de favelas como “movimento de classe”. Assim, o II Congresso da Fafeg, em 1968, orientou-se pelo questionamento ao controle e/ou cooptação das associações de moradores pelos poderes públicos (GONÇALVES; AMOROSO, 2014). Reivindicava-se a urbanização das favelas e, sobretudo, a regularização fundiária do solo.

A remoção da Ilha das Dragas, favela situada ao lado do Clube Caiçaras, enfrentou forte resistência por parte dos moradores. Todavia, a repressão, dada pelo

período do regime militar, resultaria na remoção da favela, em fevereiro de 1969. Ademais, tal ação culminara no desaparecimento de quatro lideranças.

Na favela Jardim América, ao serem noticiados da remoção na véspera, os 2 mil moradores resistiram e foram recebidos com espancamento e tiros da polícia. Já a recusa de 7 mil em deixar a Praia do Pinto resultou num incêndio dito como acidental pelas autoridades (VALLA, 1986).

O processo de remoção se deu de maneira forçada e enfrentou resistência por parte dos moradores. Tal ação envolveu violência policial; utilização de tratores e fogo (que se dizia acidental), e pressões psicológicas, mediante ameaça de não pagamento em caso de recusa em deixar o local (LEEDS & LEEDS, 2015).

Por outro lado, o poder público ambicionou cooptar a “burguesia favelada”, através da oferta de empregos públicos aos diretores das associações ou da concessão dos parques pontos de venda (previstos nos conjuntos habitacionais) aos birosqueiros que aderissem favoravelmente às operações de remoções (GONÇALVES, 2013).

Dada a ampla repressão, a Fafeg, em 1969, perde seu caráter combativo, restringindo-se a temas pontuais. O III Congresso da entidade, em 1972, foi menos crítico às remoções, com vistas a colaborar com os poderes públicos (GONÇALVES; AMOROSO, 2014). Assim, muitas das associações passaram a colaborar com as remoções. O desaparecimento de muitas lideranças e o atrelamento das associações ao Estado induziram, em algumas ocasiões, as organizações de favelas cúmplices ou até mesmo protagonistas da remoção (BURGOS, 2006). Um dos exemplos se deu na Favela da Catacumba, onde a associação foi obrigada a atuar como um comitê de guardas uniformizados para impedir qualquer tipo de melhoria nas casas.

Todavia, a Fafeg assumiria uma política mais combativa a partir da entrada dos mais jovens na militância do movimento, a partir do final dos anos 1970. Segundo Burgos (2006), a resistência dos moradores de favela foi fundamental para a permanência de 52 favelas em bairros tradicionalmente resididos pela classe média e alta carioca, como Copacabana e Tijuca.

Voltando ao tema das remoções, as políticas da Chisam resultaram na remoção de mais de 175 mil moradores de 62 favelas até 1976, tendo transferido essas populações para novas 35.517 unidades habitacionais em conjuntos nas zonas Norte e Oeste (BRUM, 2012). Porém antes da meta ser cumprida, a Chisam foi extinta em setembro de 1973.

A onda remocionista acabou por beneficiar setores da construção civil e grupos empresariais vinculados à especulação imobiliária. Os primeiros encontravam seu mercado estagnado desde fins da década de 1950 e tiveram um crescimento razoável a partir da construção dos conjuntos habitacionais. Os segundos por adquirirem áreas valorizadas, que antes eram ocupadas por favelas, sobretudo na Zona Sul (VALLA, 1986).

Por outro lado, removidos foram deslocados para projetos habitacionais que se encontravam distante dos centros urbanos e com infraestrutura precária, como o da Cidade de Deus (longínquo e inacessível distrito de Jacarepaguá), Cidade Alta (distante Cordovil), no conjunto Guaporé, Paciência, Santa Cruz, entre outros. Aqueles que não tinham recursos para pagar esses conjuntos habitacionais foram realocados provisoriamente para os Centros Habitacionais de Bem-Estar social e para os albergues precários em equipamentos (LEEDS & LEEDS, 2015).

Com a onda remocionista entre os anos 1960 e, a área que compreendia os bairros da Leopoldina, como Ramos, Olaria, Bonsucesso e adjacências passaria a obter a maior quantidade de favelas na região metropolitana do Rio de Janeiro e, não, mais a Lagoa (BRUM, 2013).

É importante também ressaltar que apesar da maior parte das remoções terem sido executadas na Zona Sul, a favela da Rocinha, localizada na mesma região, sofreu um processo de transformação ocupacional, atraindo ex-removidos que retornavam para um local de habitação próximo do mercado de trabalho da Zona Sul (BRUM, 2012).

A paralisação da onda remocionista deve-se também à inadimplência. Como reação às péssimas condições oferecidas pelas alternativas habitacionais, os moradores não pagavam as mensalidades. “Em 1974, 93% dos mutuários estavam inadimplentes, se incluirmos como atraso os que estavam atrasados há apenas um mês (VALLA, 1986, p.114).”

A partir daí, podemos dizer que a conversão dos favelados em proprietários não se concretizou em função de diversos problemas, tais como a precariedade das novas habitações; o choque dos transferidos com a vida num local onde foram obrigados a cultivar novas relações de vizinhança; a distância dos postos de trabalho ocupados pelos moradores na época da remoção; e a perda de emprego de muitos moradores das novas moradias, já que o trabalho de boa parte deles se localizava próximo à favela de origem (BRUM, 2012).

1.2 Chaguismo e paralisação das remoções

Outro fator que justifica a paralisação das remoções é de ordem político-econômica. No período da Ditadura Civil-Militar, foram aprofundadas as relações capitalistas, o que desembocou repressão aos movimentos sociais que visavam reivindicar as políticas mínimas de Bem-Estar Social da era Vargas para habitação. Nessa época, mesmo quando o Estado buscava remover as favelas, oferecia opções de moradia a partir das reivindicações das classes populares, por mais questionáveis que fossem os métodos e esta opção em si.

Em meados dos anos 1970, o Estado deslocou a centralidade da manutenção da ordem urbana em prol do interesse público (no que as remoções de favelas e a realocação em conjuntos habitacionais eram ações em função desses interesses) para uma maior entrada do mercado em que o capital atende, não mais a cidadãos, mas sim a consumidores (BRUM, 2013).

Outro motivo da paralisação das remoções é de ordem política. Dentro da remota margem de manobra do período, os favelados conseguiram encontrar algum apoio dentro do sistema montado pela ditadura, através da eleição de Chagas Freitas, do partido oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O então governador eleito estabeleceria uma nova relação com os favelados, não demonstrando entusiasmo do governo anterior pelas políticas remocionistas (BRUM, 2012).

A partir daí, no primeiro mandato de Chagas Freitas (1971-1975) frente ao governo do estado do Rio de Janeiro, foram removidas pouco mais de um terço de pessoas do total do governo anterior, respectivamente 26.665 e 70.595. Vale lembrar que vários conjuntos habitacionais tiveram sua construção iniciada ainda no mandato de Negrão de Lima (GONÇALVES, 2013).

Em 1975, a ditadura decretou a fusão entre o estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se, assim, a capital do estado do mesmo nome, em detrimento da cidade de Niterói, sua vizinha, situada do outro lado da Baía de Guanabara. A meta era unificar um ente federativo para fazer frente ao poder econômico do estado de São Paulo.

É importante salientar que a cidade do Rio de Janeiro tinha sido sempre autônoma em relação à região do antigo estado do Rio de Janeiro. Ademais, a fusão não

foi proveniente de pressão popular. Pelo contrário, foi imposta de forma súbita pela ditadura militar. Por outro lado, cabe assinalar que a influência social e econômica da cidade do Rio de Janeiro ultrapassava consideravelmente as fronteiras do antigo estado da Guanabara (GONÇALVES, 2013). Qualquer política pública para a região metropolitana do Rio de Janeiro exigia o pacto entre os governos dos dois estados.

Dados os conflitos entre os diferentes setores políticos da capital e do interior do estado, o governo federal nomeara o almirante e ex-presidente da Petrobras Faria Lima para o governo do Rio de Janeiro, que administrou o estado até 1979. Tal gestão enfrentou dificuldades para absorver as estruturas institucionais dos dois antigos estados (GONÇALVES, 2013). Segundo Pechman (1982), a fusão provocou uma ausência de orientação jurídica clara na política de favelas.

Em contrapartida, o artigo 27 do novo Código Tributário da cidade do Rio de Janeiro (Decreto-Lei Estadual nº 6, de 15 março de 1975) não havia estendido a obrigação de registrar todos os imóveis da cidade – até mesmo os isentos de impostos – aos prédios localizados nas favelas (GONÇALVES, 2013). Por outra via, o segundo parágrafo do artigo 2º da Portaria Municipal nº 10, de 25 de março de 1976, regulamentou, de forma específica, o comércio e as atividades profissionais nas favelas.

A tolerância dos poderes públicos resultou no reconhecimento de fato e na consolidação progressiva das favelas no espaço urbano do Rio de Janeiro.

Entretanto, a política de erradicação de favelas ainda continuava viável. Em 1977, houve uma tentativa por parte da prefeitura em erradicar a Favela do Vidigal (localizada em área bastante cobiçada pelo mercado imobiliário, de frente para o mar e ao lado do Hotel Sheraton). O risco de desabamento das casas foi utilizado como argumento pelo poder público. Porém, por detrás desse interesse, estava a projeção da Rio Towers em construir um hotel de luxo, desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer (GONÇALVES, 2013). Cabe acrescentar que nenhuma prova do risco foi apresentada pelo prefeito Marcos Tamoyo (1975-1979).

Todavia, o debate acerca da erradicação seria retomado pelo jornal *O Globo* (no dia 8 de dezembro de 1977), defendendo o prefeito e ressaltando os benefícios da política de remoções. De acordo com o editorial, as favelas, por estarem situadas frequentemente nos morros da cidade, contribuem para agravar a instabilidade dessas áreas já erodidas pelos desmatamentos ou pelas chuvas (GONÇALVES, 2013).

Sob justificativa da erosão, o estado do Rio de Janeiro desapropriara, em 29 de dezembro de 1977, por utilidade pública, uma parte dos terrenos ocupados pela favela. Tal medida visava a expulsão dos moradores, prevista inicialmente para janeiro de 1978.

Todavia, a mudança do cenário político em relação à época das remoções em massa foi fundamental para a reversão da decisão. O deputado Délio dos Santos (MDB), por exemplo, deu entrevista ao jornal *Luta Democrática*, alegando que o objetivo de Marcos Tamoyo era exclusivamente atender aos interesses dos incorporadores imobiliários. Além disso, a associação de moradores do Vidigal, apoiada por renomados juristas, pela igreja católica e por políticos locais, obtivera na justiça a suspensão temporária da remoção (VALLA, 1986). Os advogados dos moradores da Favela do Vidigal ancoraram-se no direito dos favelados à moradia e exigiram o reconhecimento da usucapião daqueles que moravam há mais de dez anos no local.

Em função de tais pressões, o estado do Rio de Janeiro acabou por converter o processo de desapropriação por utilidade pública (para a execução de obras públicas no morro) em uma desapropriação por interesse social (para assegurar a função social da propriedade), o que impediu a erradicação da Favela do Vidigal (GONÇALVES, 2013). Assim, na passagem da década de 1970 para os anos 1980, as remoções foram se tornando residuais, cedendo espaço à urbanização de favelas como pauta política prioritária pelo poder público, nos três níveis federativos. Somado a este fator, a abertura dos canais democráticos possibilitou novas formas de associações organizadas pela população das favelas, tais como Pastoral de Favelas, associações de moradores, Organizações Não Governamentais (ONGs), entre outras (BRUM, 2013).

Os grandes financiadores internacionais mudaram a concepção acerca da política de favelas, passando a defender sua urbanização (GONÇALVES, 2013). Até mesmo o governo federal adotou essa mesma política.

Assim, o BNH criou novos programas habitacionais, alternativos à oferta de minúsculos apartamentos em gigantescos conjuntos habitacionais isolados e distantes. Esses novos programas habitacionais incentivaram a construção gradual de habitações pelos próprios moradores. Em 1975, o BNH lançou o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb) para financiar a aquisição de lotes de terreno totalmente urbanizados. De acordo com o Banco, a urbanização prévia do terreno, com a instalação de uma infraestrutura mínima, permitiria aos moradores investir na construção de suas

habitações em um local que dispunha de todas as condições necessárias para a habitação. Além disso, o Profilurb introduzira a concessão de uso do solo aos beneficiários, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. As regras do BNH permitiram aos beneficiários o direito de acesso à propriedade do solo dois anos após a entrada em vigor do contrato de concessão. Caso o concessionário decidisse deixar sua casa antes desse prazo, mesmo assim teria assegurado o direito de ser indenizado conforme o valor investido na construção de sua casa, além das parcelas do financiamento correspondentes aos juros. Ao mesmo tempo, a concessão de uso visava atenuar a mobilidade social ascendente da população desses bairros, desencorajando a especulação imobiliária. Por outro lado, esse programa foi criticado por alguns municípios, sob alegação de que representou a instauração de uma espécie de favela organizada pelo Estado. Segundo Azevedo e Andrade (1990), embora o projeto tenha sido boicotado por alguns municípios e apresentado poucos resultados, garantiu o mínimo de infraestrutura adequada para as classes populares.

Dentre as políticas habitacionais implantadas nos anos 1970, o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (Promorar) teve maior destaque. Criado em maio de 1979, esse programa caracterizou-se por romper definitivamente com a política de remoção. Teve início no Rio de Janeiro, sendo aplicado primeiramente na região da Favela da Maré, antes de ser estendido a outras cidades do Brasil. Mais de 200 mil famílias foram beneficiadas em todo país.

Conhecido como Projeto Rio, o Promorar buscava primeiramente urbanizar um conjunto de seis favelas (Timbau, Baixa do Sapateiro, Maré, Nova Holanda, Major Rubens Vaz e Parque União), instaladas nas margens da Baía de Guanabara, exatamente em frente ao Aeroporto Internacional. Contando com o apoio do Ministério do Interior e com a finalidade de reconquistar o apoio das camadas populares ao regime militar, o projeto visava beneficiar aproximadamente 250 mil pessoas. O motivo da contemplação das favelas, de acordo com a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), era recuperar áreas pantanosas por meio da drenagem do solo, da urbanização da região e da formação de um aterro para reassentar os moradores das palafitas. Para tanto, o Fundrem determinou o projeto a partir de três etapas: (a) eliminar os focos de contaminação da Baía de Guanabara, recuperando as praias e o conjunto da ecologia local; (b) ordenar o espaço urbano, melhorando, adicionalmente, as condições de navegação na Baía; (c) sanear toda aquela região

bastante poluída, aprimorando a qualidade de vida da população sem expulsá-la do local. Apesar de tal programa não envolver participação e consulta popular, as obras melhoraram consideravelmente as condições de vida da população atingida (GONÇALVES, 2013).

No que diz respeito aos barracos alugados, embora o poder público se recusasse a conceder mais de um título de propriedade, essas locações informais eram reconhecidas. As autoridades públicas intermediavam as negociações entre os autodenominados proprietários e os locatários, visando estabelecer um acordo para indenizar os proprietários dos barracos pelos investimentos feitos em sua construção. Foi incorporada ao projeto a modalidade de condomínio por bloco de casas, sob condições de que as ruas não compreendidas nas áreas dos condomínios guardassem efetivamente sua natureza de espaços públicos (GONÇALVES, 2013).

Por um lado, o projeto melhorias urbanísticas na região; por outro, apenas entregou, até 1987, apenas 5.132 promessas de compra e venda das 10 mil inicialmente previstas. Ademais, algumas práticas do projeto envolviam alguns problemas decorrentes das relações ambíguas entre os poderes públicos e os traficantes de drogas. Estes últimos foram gradativamente se tornando protagonistas da realidade social das favelas, a partir do início dos anos 1980.

As favelas, assim, passariam do *status* de “chagas urbanas ao de vitrines da política urbana nas diferentes esferas do Estado. Embora, a política de urbanização tenha se tornado uma pauta política do Estado, a questão fundiária, tantas vezes enfatizada pelos poderes públicos, foi sistematicamente abandonada por estes mesmos (GONÇALVES, 2013). Passou, assim, a tolerar-se o aspecto informal da ocupação do solo, ao invés de apresentar soluções duráveis e eficazes para o problema.

Além da política de urbanização das favelas federal, no âmbito municipal, a administração de Israel Klabin (1979-1980) transformara inicialmente a Secretaria de Turismo em Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). Além disso, a Lei Municipal nº 110, de 23 de agosto de 1979, criou o Fundo-Rio, órgão vinculado à mesma SMDS, que teria como atribuição captar recursos financeiros direcionados à promoção do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Os resultados apontaram que a SMDS não apenas combateu qualquer tentativa de retomar as políticas de remoção, como também executou projetos de melhoria da infraestrutura urbana e programas sociais nas favelas.

A criação da SMDS também enfrentou críticas por urbanizar o conjunto de favelas, independente da localização na metrópole; ao contrário do Promorar, que destinava às políticas de urbanização às favelas insalubres, em regiões que não eram atrativas ao mercado.

Por outro lado, a criação da SMDS constituía ameaças para as práticas clientelistas, pois inibia a necessidade de intermediação dos políticos locais (GONÇALVES, 2013). Além disso, provocou tensões com a Fundação Leão XIII, cuja espécie de monopólio institucional nas favelas encontrava-se doravante ameaçada. Dessa forma, as políticas de Israel Klabin não se afinavam com as práticas populistas do governador Chagas Freitas (1979-1983). Como na época o prefeito do Rio de Janeiro era nomeado pelo governo do estado, Klabin foi exonerado em junho de 1980, sendo substituído por Júlio Coutinho, que esteve à frente da cidade até março de 1983.

Coutinho nomeou Vicente Barreto para a SMDS, que abandonou a abordagem técnica, devolvendo aos políticos locais a função de intermediários nos projetos da secretaria. Todavia, a política de urbanização tinha se tornado incontornável, o que obrigou a SMDS a implantar o Projeto Mutirão em 1982. O programa da SMDS seria executado através da mão de obra composta pelos próprios moradores. Entretanto, houve resistência por parte destes mesmos a fornecer horas de trabalho gratuitas para a prefeitura, após longas jornadas de trabalho.

Apesar de resistências, o projeto apresentou evoluções. A partir de 1985, a mão de obra começou a ser remunerada. Houve melhoria nas condições de vida dos moradores das favelas - instalação de esgotos e água encanada, melhorias nos acessos e obras de contenção de encostas – (GONÇALVES, 2013). Foram também instalados equipamentos coletivos, como creches, quadras poliesportivas e postos de saúde.

Outro programa que gerou muitas repercussões sociais nas favelas foi o de eletrificação social pela concessionária de energia elétrica Light, empresa adquirida pelo controle acionário do governo federal em 1978. Com o apoio da gestão Klabin, a Light inicia a expansão da rede pública de energia para as favelas a partir de 1979. Além do mais, o projeto visava instalar também um medidor de energia elétrica em cada lar, buscando assim suprimir os diferentes intermediários no acesso à energia elétrica.

Entre 1979 e 1986, foram 580 favelas ligadas à rede elétrica. Assim, a Light se tornou o primeiro serviço público a penetrar diretamente nas favelas (VASCONCELLOS, 1985). Por outro lado, a Light enfrentou dificuldades de adaptação

dos equipamentos à realidade geográfica e urbanística específica das favelas. Em muitas ocasiões, novas habitações ou andares suplementares foram construídos demasiadamente perto das redes de energia, o que desembocou em acidentes graves (GONÇALVES, 2013).

1.3 Brizola: novas políticas para as favelas

No nível estadual, Leonel Brizola foi eleito governador em 1982, através de uma campanha de oposição à ditadura e de engajamento junto às camadas desfavorecidas do Rio de Janeiro. Sem possuir base significativa no estado, Brizola encontrou apoio na máquina política de seu predecessor, Chagas Freitas.

Durante a gestão de Leonel Brizola frente ao governo estadual (1983-1987), foi implantado o Programa de Favelas da Cedae (Proface) no primeiro ano de gestão. Foram instalados sistemas de água e esgotos em aproximadamente 60 favelas, que seriam incorporadas à rede dos seus bairros; a coleta de lixo foi viabilizada pela Comlurb através da compra de microtratores adaptados às condições da favela; e foi implantado um programa de iluminação pública, com vistas à superar o déficit nas favelas, já que apenas 47 das 364 cadastradas dispunham de sistema de iluminação pública (BURGOS, 2006). Apenas dois anos após o início do Proface, foram beneficiadas 245 mil pessoas (CAVALLIERI, 1985).

Também foi um feito do governo Brizola a execução do programa Cada Família um Lote (CFUL), que regularizava lotes oferecidos a preços populares, concedendo o direito de uso real (BURGOS, 2006). A Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro (Cehab) era a responsável por entregar uma promessa de compra e venda aos beneficiários do projeto, que, após o pagamento do financiamento de 48 mensalidades que normalmente não ultrapassavam 10% do salário mínimo, adquiriam o direito de registrar seu título de propriedade no Registro de Imóveis (ARAUJO, 1988). Não havia restrições à utilização da propriedade por seus beneficiários, porém proibia a comercialização do bem durante o pagamento do financiamento, sob pena de rescisão de pleno direito da promessa de compra e venda. Todavia, essa norma foi algumas vezes violada e, na prática, houve transferência de títulos de propriedade outorgados pelo projeto.

Quanto à regularização de imóveis informais, o CFUL ficou anos-luz de atingir a meta de 400 mil, tendo apenas entregue modestos 16 mil, sendo que, em vários casos, os documentos definitivos nunca foram outorgados (GONÇALVES, 2013). Embora a prefeitura do Rio de Janeiro tenha oferecido ajuda técnica para a elaboração dos planos de ocupação do solo, o governo estadual avaliou equivocadamente a escala do projeto, além de não refletir sobre as dificuldades operacionais inerentes à regularização fundiária (ARAÚJO, 1988). Cabe ressaltar que essas dificuldades também podem ser atribuídas à oposição de Brizola ao governo federal, que assim, não recebia recursos de Brasília (GONÇALVES, 2013).

Outro problema enfrentado pelo CFUL encontrou-se na garantia de apenas um título por família. Em diversas ocasiões, o governo estadual foi obrigado a intervir nos conflitos entre proprietários e inquilinos, para que esses últimos pudessem comprar. Em caso de não aceitação desse acordo pelos proprietários, a Cehab não entregaria o título de propriedade. A questão dos imóveis alugados desembocou em uma série de problemas. A atitude do governo estadual, logo, se transformou em desinteresse da população pelo projeto, visto que muitas vezes os inquilinos não dispunham de recursos suficientes para a aquisição da casa. Ademais, os proprietários vinculados às redes mafiosas, com vistas a não perder seu capital imobiliário, impuseram sistematicamente o silêncio aos locatários (ARAÚJO, 1988).

Segundo Gonçalves (2013), apesar do fracasso do CFUL, a política de urbanização trouxe segurança aos favelados para que investissem gradativamente em suas moradias. Ciente dos prejuízos políticos e econômicos da regularização fundiária, o governo estadual optara pela tolerância da ocupação informal em detrimento da concessão do título de propriedade. Tal medida também se deve à ausência de uma legislação apropriada e aos entraves burocráticos impostos à regularização do solo no Brasil. Todavia, essa tolerância não se manifestava exclusivamente no poder público. Os pequenos proprietários escaparam à obrigação de pagar taxas e impostos inerentes aos imóveis devidamente regularizados. Além disso, os “latifundiários locais” não foram mais questionados sua condição de grandes proprietários locais com a implantação do CFUL. Também os locatários não seriam mais pressionados pelos pretensos proprietários, caso o título fundiário fosse outorgado diretamente àqueles (GONÇALVES, 2013). E, por último, as associações de moradores continuavam a manter seu controle sobre as transferências imobiliárias informais nas favelas.

Vale lembrar que a administração de Brizola inaugura uma nova relação com as favelas, mediante política de direitos humanos, na qual as polícias civis e militar baseiam-se nos respeito aos direitos civis de sua população (BURGOS, 2006).

Embora as medidas de Brizola representassem um avanço em relação à boa parte das favelas do Rio de Janeiro, não puseram fim ao clientelismo político. Pelo contrário, não desencadearam na participação autônoma dos excluídos nem estimularam sua incorporação à institucionalidade democrática. Logo, a política distributiva da administração Brizola não reforçou a responsabilidade do Estado em gerir os recursos públicos nas favelas, apesar da ampliação da oferta desses serviços. Com efeito, boa parte das funções do poder público foi delegada às associações locais de moradores, que assim se tornaram uma espécie de prolongamento dos poderes públicos (GONÇALVES, 2013). As associações contratavam a mão de obra, administravam os planos de intervenção e recebiam um orçamento acrescido de 5% para custear as despesas de administração das obras (BURGOS, 2006). Esse processo de burocratização tornou as associações uma espécie de subprefeituras locais, encarregando-se da administração dos recursos e dos serviços internos, afastando-se cada vez mais da representação reivindicatória dos favelados (FAUSTO NETO, 2000).

1.4 Anos 1990: ascensão do narcotráfico

A partir dos anos 1990, as políticas públicas direcionadas às favelas foram se tornando crescentemente complexas, o que dificultou ainda mais a integrá-las plenamente ao resto da cidade. O desmantelamento do aparelho repressor do Estado e o estabelecimento do comércio de cocaína – mais rentável que o da maconha – contribuíram para a expansão da influência do narcotráfico nas favelas (GONÇALVES, 2013). Tal processo tivera início a partir do fim da década de 1970, quando, com o surgimento da primeira facção do Rio de Janeiro: o Comando Vermelho (SOUZA, 1996). Segundo Elizabeth Leeds (1998), essa facção foi criada e estruturada na penitenciária na Ilha Grande – situada no Sul fluminense – e se originou a partir do contato entre os prisioneiros de direito comum e os prisioneiros políticos da ditadura militar. Foi naquela época que o tráfico de cocaína começou a ser disseminado no Rio

de Janeiro e, assim, as favelas foram contempladas como locais de depósito, distribuição e venda direta da droga.

Ao longo do tempo, o comércio das drogas foi se aliando à força das armas. A ausência/omissão do poder público fez com que os traficantes desempenhassem a função de árbitros, policiais, patrões e benfeitores e, conseqüentemente, adquirissem o respaldo dos moradores das favelas (GONÇALVES, 2013). Tirando proveito das dificuldades geográficas e da estrutura física das favelas, os traficantes firmaram e enraizaram seu domínio, utilizando uma lógica de apropriação territorial, o que colaborou ainda mais para reforçar a retórica das favelas como enclaves urbanos. Ademais, o narcotráfico fortaleceu ainda mais seu poder territorial nas favelas através do assistencialismo associado à lógica do medo (GOIRAND, 1999).

Porém, o auge do controle do tráfico se deu a partir da década de 1990. Foi nessa época que o Comando Vermelho se dividiu, dando origem a grupos dissidentes que passaram a disputar e impor sua influência nas mais diferentes favelas do Rio de Janeiro. Não havia nenhum projeto do tráfico em ocupar cargos na política institucional. Suas atividades eram orientadas eminentemente para a economia. Segundo Luc Dowdney (2004), trata-se de mais de uma espécie de presença simultânea com um Estado historicamente clientelista e profundamente corrupto.

A figura do traficante dos anos 1970 e 1980, criado na favela, foi sendo substituída pelo perfil do traficante invasor, desconectado da história das favelas e sem relações pessoais com a estrutura social interna. Assim, os antigos laços assistencialistas foram perdendo espaço para a lei do silêncio e do medo. Tal fator viera a provocar uma espécie de incomunicabilidade no próprio interior das favelas, em função do medo e da desconfiança mútua (SILVA, 2004). O forte armamento das facções do tráfico, voltado para a segurança do ponto de venda de drogas, reduziu consideravelmente suas margens, o que as obrigou a desvendar fontes de renda alternativas, tais como investimentos no mercado imobiliário informal local, controle do comércio de bujões de gás, de água, e dos serviços de transporte legal (sobretudo os moto-táxis), e até mesmo cobrança de taxas locais aos moradores e comerciantes.

Dessa forma, as ações das facções resultaram na expulsão de famílias através da invasão e posse de suas casas, em ameaças contra trabalhadores das concessionárias de serviços públicos e também em impedimento da entrada de certos funcionários públicos

na favela, como por exemplo, os oficiais de justiça. Muitas vezes, as facções exerceram o papel de justiça local.

Por outro lado, houve desmobilização política por parte dos movimentos sociais nas favelas, tanto em relação às cooperativas de moradores, responsáveis pelos mutirões dos anos, quanto as associações de moradores (GOIRAND, 1999). Em alguns dos casos, os movimentos sociais, asfixiados pelos traficantes, tornaram-se fachada para as atividades do tráfico de drogas (BASTOS; GOMES, 1993). Marcelo Burgos (2006) acrescenta que a herança deixada pela ditadura militar resultou no afastamento e apatia dos moradores em relação à participação política. Assim, a reivindicação plena de direitos converteu-se na disputa por pequenos favores. A mobilização do favelado como ator político transformou-se em cooptação pelos órgãos do Estado.

Assim, nos anos 1990, a questão específica das favelas impôs-se politicamente no Rio de Janeiro em função da dificuldade de gerir as repercussões trazidas pela violência urbana (GONÇALVES, 2013). Embora houvesse diversas intervenções públicas na década de 1980, a infraestrutura interna e, principalmente, o aspecto jurídico, permaneciam ainda extremamente precários no início dos anos 1990: apenas 20% das favelas dispunham de rede de esgoto, 60% de água corrente, 85% de rede elétrica, e somente 3,7% tinham título de propriedade (BURGOS, 2006).

Diante desse quadro, foi implantado na primeira gestão Cesar Maia (1993-1997) o projeto Favela-Bairro, visando sanar tais problemas existentes. O objetivo do programa, antes de mais nada, era urbanizar as favelas para convertê-las em verdadeiros bairros da cidade.

Iniciado a partir de um projeto piloto na Favela do Andaraí, em janeiro de 1994, o Favela-Bairro, posteriormente, foi estendido a 16 favelas do município do Rio de Janeiro. O programa visou a cooperação entre moradores e poder público, buscando inibir ao máximo o reassentamento durante as obras (GONÇALVES, 2013). Os moradores foram incentivados a inserir nas favelas elementos urbanísticos intrínsecos à cidade formal, em alusão à sua identidade como bairro (BURGOS, 2006).

Ao mesmo tempo, o Favela-Bairro respeitou o capital construído pelos moradores, o que permitiu intervenções conjuntas mediante concurso de vários organismos estatais (GONÇALVES, 2013), rompendo assim com a lógica de intervenções pontuais, prática bastante frequente nos períodos anteriores. Assim,

inicialmente o Favela Bairro se apresentou como uma forma de gestão integrada capaz de aglutinar diversos organismos públicos em prol da urbanização de favelas.

Com o sucesso obtido na primeira fase do projeto Favela-Bairro, a prefeitura criou, em novembro de 1995, através do Decreto 14.332, o Programa de Regularização dos Estabelecimentos Populares do Rio de Janeiro (Proap-Rio), através de um contrato de financiamento assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), avaliado no valor de 200 milhões de reais. Para essa segunda fase do programa, foram selecionadas 130 favelas.

Em 1999, ainda na segunda fase do projeto, foi assinado novamente um contrato com o BID, no valor de 300 milhões, para seu prosseguimento. Apesar de priorizar as favelas de médio porte (entre 500 e 2.500 moradias), o município também quis estender sua intervenção a outros tipos de favelas.

A partir daí, sem contar com ajuda do BID, a prefeitura lançou dois projetos: o programa Grandes Favelas, destinado àquelas com mais de 2.500 habitações; e o programa Bairrinho, voltado para as pequenas favelas, entre 100 e 500 casas¹. Até o ano 2000, o programa atendia 115 favelas, abrangendo um total de 450 mil pessoas.

Todavia, o projeto foi alvo de diversas críticas. Dentre elas, a subcontratação recorrente das empreiteiras visando baixar o custo do programa resultou na baixa qualidade das obras executadas. Além disso, segundo Rafael Gonçalves (2013), o projeto não envolveu participação popular efetiva na elaboração e execução do projeto. Por um lado, tal fato é atribuído à expansão do tráfico de entorpecentes no final da década de 1990, o que prejudicou o surgimento de uma arena pública nas favelas capaz de garantir a participação efetiva nos processos decisórios; por outro, a participação popular prevista no projeto, na maioria das ocasiões, eram restritas a uma quantidade ínfima de moradores que se dispunham a participar das assembleias e que, geralmente, não alteraram consideravelmente as políticas dos projetos preestabelecidos pelos escritórios de arquitetura (GONÇALVES, 2013). Ademais, a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Fafjerj) e a Federação das Associações de Favelas da Cidade do Rio de Janeiro (Faf-Rio) foram excluídas do processo de elaboração dos objetivos do projeto e da seleção de favelas que deveriam ser beneficiadas.

¹ Programa implementado na gestão Luiz Paulo Conde (1997-2001), que sucedeu o primeiro mandato de Cesar Maia.

Por outro lado, o projeto Favela-Bairro não procurou intervir no mercado imobiliário informal, tendo respeitado sua estrutura interna, tendo até mesmo indenizado os moradores que tiveram que ser reassentados durante os trabalhos de urbanização. No tocante, aos imóveis alugados, o regulamento determinou que os locatários deveriam ser receber uma compensação equivalente a três meses de aluguel, além de auxílio para lograr uma nova moradia.

Entretanto, Gonçalves (2013) aponta que as obras de urbanização das favelas não contemplaram o avanço no processo de legalização fundiária como pré-requisito. Logo, a regularização fundiária se restringiu a iniciativas preliminares, limitando-se, muitas vezes, a reconhecer as favelas como Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). Ademais, o autor menciona a falta de interesse pela regularização fundiária por parte dos próprios beneficiários do projeto, reforçada pela ausência de conflitos fundiários e pelo fim da política de remoções.

A expansão do projeto Favela-Bairro aparentava pôr fim definitivamente às políticas de remoção. Todavia, neste mesmo período de conjuntura democrática e de peso político das favelas e suas lideranças, o tema da urbanização não teria se transformado em algo consensual na sociedade. A questão ambiental, em diversas ocasiões, fora justificada para que algumas das favelas não fossem urbanizadas (BRUM, 2013). Protestos, cartas aos meios de comunicação, ao legislativo e ao executivo e ações na justiça foram instrumentos recorrentes, sobretudo, pelos segmentos de classe média vizinhos da favela que seriam também alvos das obras de urbanização.

Dentre os exemplos, podemos mencionar os embates para a urbanização da favela Canal das Tachas. De um lado, estavam a Prefeitura e os moradores da favela; e de outro, associações de bairro e o comércio do Recreio dos Bandeirantes (BRUM, 2013).

De acordo com o Conselho Comunitário do Recreio, o Favela Bairro da Prefeitura estaria desrespeitando o Plano Lúcio Costa ao erguer um conjunto popular numa área de preservação ambiental. Segundo a presidenta, era incoerente construir casas de baixa renda, enquanto do outro lado da rua, moradores com casas já instaladas, eram obrigados a pagar IPTU com valor entre R\$ 2 mil e 3 mil (BRUM, 2013)

“Assim, a questão ambiental se confundia com a liberação das áreas favelizadas para empreendimentos comerciais ou habitacionais de classe média, ou ao menos, liberando áreas valorizadas da ‘incômoda’ vizinhança das favelas, caso das remoções da

Via Parque, localizada atrás do centro comercial Barrashopping, que deu lugar a um parque nas margens da Lagoa da Tijuca; e da Vila Marapendi, nas imediações do centro comercial Downtown (BRUM, 2013, p. 193). Ambas as favelas foram removidas em 1994, período no qual Eduardo Paes era Subprefeito de Jacarepaguá na primeira gestão de César Maia.

Outra polêmica que envolvia a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990 encontrava-se na questão da violência urbana, que passou a ser apontada como o principal problema causado pelas favelas, trazida pelo tráfico ao asfalto, o que reforçou o estigma em relação à estas áreas (GONÇALVES, 2013). Assim, o retorno da política de remoções passou a se configurar uma pauta política. Primeiro da imprensa e depois das autoridades (BRUM, 2013). Cabe sublinhar que a preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber grandes eventos internacionais reacendeu o mercado imobiliário (GONÇALVES, 2013).

1.5 Anos 2000: o retorno das remoções como pauta pública

A partir das descrições acima, acrescentamos o fato de que o último mandato de César Maia (2005-2008) na prefeitura se diferenciou de suas duas administrações anteriores. Embora, tenha defendido, no início de seu terceiro mandato, a urbanização da Favela da Rocinha através do Projeto Célula Urbana – reinvenção do Favela-Bairro - ; as pressões da imprensa, sobretudo a partir das séries de artigos “Illegal e daí” pelo *Jornal O Globo*, Cesar Maia direcionou algumas de suas políticas na remoção de favelas.

Podemos citar como exemplo as demolições das favelas localizadas no bairro da Barra da Tijuca. Gonçalves (2013) aponta que grandes incorporadores imobiliários estiveram à frente da execução dessas operações. “A empresa Rio Massa, por exemplo, dona de projetos imobiliários próximos à favela do Canal do Cortado, financiou as operações de demolição dessa favela pelo município, assumindo diretamente o pagamento de indenização aos favelados (GONÇALVES, 2013, p. 346).”

Outra ação de demolição se deu a partir da construção da Vila Pan-Americana, envolvendo os moradores do Canal do Anil, do Arroio Pavuna e do Canal do Cortado. É necessário lembrar que a construção da Vila Pan-Americana se deu por meio da parceria público-privada entre a empresa Agenco – que cedeu o terreno para a construção da

Vila -, a Caixa Econômica Federal e a prefeitura do Rio de Janeiro (SÁNCHEZ et al, 2011). Tal articulação resultou no investimento público no terreno - mediante recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a conseguinte cessão do local à iniciativa privada. Foi feito um empréstimo do poder público à corporação com juros que se encontram muito abaixo da média praticada em empreendimentos semelhantes ao do mercado, o que certamente facilitou o sucesso das vendas.

Contudo, as remoções não abrangeram exclusivamente a Barra da Tijuca. Para a viabilização da construção do então Estádio João Havelange, no bairro do Engenho de Dentro, houve desapropriações em 14 moradias (indenizações ínfimas de R\$ 15 mil), extinção de áreas de lazer e degradação do bairro, devido à circulação intensa de caminhões betoneira. Com isso, os moradores locais sofreram problemas respiratórios em razão da grande quantidade de materiais em suspensão, os quais afetaram seu cotidiano. O argumento utilizado para a remoção pelo Poder Público foi a estagnação do crescimento urbano no bairro.

Entretanto, é a partir de 2009, primeiro ano da gestão de Eduardo Paes, que a remoção ganha impulso como pauta política.

Em contexto de preparação da cidade para receber a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), áreas contempladas com investimentos públicos, tais como Vargem Grande, Jacarepaguá, Curicica, Centro e Maracanã, foram crescentemente valorizadas (COMITÊ, 2015). Segundo Ribeiro e Santos Junior (2013):

“Nesse processo, os ativos, as terras de valor de uso pelos moradores, são espoliadas e apropriadas como valor de troca e integradas ao circuito de valorização imobiliária, através da aquisição a baixo custo e de sua transformação em ativos valorizados, seja pelos investimentos públicos em urbanização, seja pelos efeitos da expulsão da população pobre dessas áreas (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2013, p.38).

Por sua vez, os conjuntos habitacionais produzidos pelo programa *Minha Casa Minha Vida* não estão situados nessas áreas valorizadas. Pelo contrário, encontram-se em locais distantes dos centros urbanos, ou seja, com baixa cobertura dos serviços urbanos e infraestrutura precária (COMITÊ, 2015).

As remoções sob justificativa dos megaeventos estão divididas em quatro categorias: (a) obras viárias associadas à mobilidade urbana; (b) obras de ampliação do

Aeroporto do Galeão; (c) obras de instalação ou reforma de equipamentos esportivos; e (d) obras orientadas para a renovação urbana da Zona Portuária.

Todavia, nem todas as remoções possuem o megaevento como pretexto. As demais contempladas foram classificadas como áreas de risco ou de interesse ambiental.

Entre 2009 e 2015, foram 22.059 famílias removidas na cidade do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 77.026 pessoas (COMITÊ, 2015).

No nível estadual, visto o fracasso das políticas de segurança pública anteriores em combater o tráfico nas favelas, foi implantada a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em 2009, a partir de uma experiência piloto no morro de Santa Marta, em Botafogo.

Tal política também visou a preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (CUNHA; MELLO, 2011). Segundo Souza e Silva (2010), as UPPs buscaram superar a imagem negativa perante o mercado global, principalmente no que se refere à disputa para sediar megaeventos, atrair investimentos e turistas.

De acordo com o projeto do governo do estado, a UPP ambicionou um novo modelo de polícia, denominado polícia comunitária, assentado na parceria entre os moradores da favela com as instituições da área da segurança, visando solucionar os principais problemas das favelas. O objetivo seria levar a paz a territórios historicamente dominado por grupos fortemente armados.

Tal retórica teve como consequência a implantação da UPP Social, através do fornecimento de serviços e equipamentos urbanos, assim como de ações voltadas para a assistência à saúde e à educação. Essas políticas foram inicialmente coordenadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e teriam como pilares promover o desenvolvimento social, incentivar o exercício da cidadania, derrubar fronteiras simbólicas e realizar a integração plena da cidade.

Em janeiro de 2011, um acordo entre o prefeito Eduardo Paes e o governador Sérgio Cabral resultou na criação da UPP Social Carioca, que, prevendo ações sociais, culturais e ambientais nas favelas com UPPs, seria, a partir de então, coordenado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Tal medida propiciou a articulação da UPP Social Carioca com programa Morar Carioca, projeto voltado para a urbanização e integração das favelas, atuando sobre a conservação do espaço público, o

controle do crescimento das favelas, o reassentamento de moradores em áreas de risco e a legislação urbanística.

Não restam dúvidas de que a política de segurança pública implementada pelas UPPs tem recebido avaliação positiva, reduzindo consideravelmente a sensação de medo não apenas dos moradores de favelas, como também do restante da população carioca (CUNHA; MELLO, 2011). Segundo Machado da Silva (2011), tal medida reinventa novas relações sociais e políticas no contexto urbano, desconstruindo o estereótipo negativo acerca das favelas.

Por outro lado, as violações de direitos humanos vêm sendo recorrentes com a implantação das UPPs. Somente em 2010, 49.932 moradores de favelas foram vítimas de homicídio, sendo que 70,6% eram negros (FRANCO, 2014). No que tange à faixa etária, 26.854 eram jovens entre 15 e 29, ou seja, 53,5% do total. Já no ano de 2013, ocorreu o aumento de 16,7% nas mortes por homicídio, 4.081 em 2012 e 4.761 em 2013.

Ainda em 2013, no dia 2 de maio, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e o Batalhão de Choque realizaram uma operação para combater o tráfico na favela. Tal ação envolveu várias denúncias de invasão de casas e de destruição de pertences.

Convém também sublinhar que as denúncias de violações no Complexo do Alemão se ampliaram com a implantação das UPPs (COMITÊ, 2015). Em 2014 e 2015, os tiroteios passaram a ser constantes, com grande número de mortos e feridos. Segundo dados do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão (CEPEDOCA), com bases em noticiários de jornais e páginas da internet, 21 moradores foram mortos em 2014. Em 2015, até dia 5 de maio, sete pessoas foram vítimas de homicídio. Durante este período, em 2 de abril, o menino Eduardo de Jesus, de 10 anos, foi assassinado pela polícia com um tiro de fuzil.

A partir da descrição deste primeiro capítulo, supomos que o processo de cidade partida, através das remoções, criminalização da pobreza e homicídio da juventude negra foram um dos fatores que contribuíram com as manifestações massivas de junho de 2013, que também tinham vinculação direta com o aumento das tarifas e a precarização dos transportes públicos. A partir daí, partimos do pressuposto de que o cerceamento do direito à cidade não apenas desencadeou nos protestos de 2013 como também em novas práticas de ocupação dos espaços públicos.

No próximo capítulo da dissertação, iremos analisar os direitos da juventude mediante perspectiva histórica e social, buscando compreender como o movimento da juventude emergiu como protagonista sociopolítico no século XX.

CAPÍTULO 2 – JUVENTUDE: CIDADANIA E DIREITOS

Em primeiro lugar, o termo “juventude” remete à uma determinada fase da vida, compreendida entre uma fase anterior e outra subsequente, das quais se distingue por uma série de características atribuídas (PIMENTA, 2007). A juventude é nada mais que um conceito cultural e social que varia conforme o tempo e o espaço. Embora as idades da vida estejam relacionadas com o desenvolvimento biofísico, as expectativas e os significados atribuídos à juventude são resultados de diferenças culturais e processos históricos. Ao longo da história, a noção de juventude expressou diversos sentidos, no que se refere às diferentes maneiras de estabelecer as relações construídas pelas mais variadas culturas e sociedades.

Os primeiros estudos acerca da juventude datam do final do século XVIII e eram influenciados, sobretudo, pela psicologia evolutiva e pela biologia (CASAL et al., 2006). De acordo com a vertente funcionalista, a vida humana seria segmentada em fases, divididas em quatro etapas: infância, juventude, vida adulta e velhice. Nessa perspectiva diacrônica, o processo de crescimento e envelhecimento é reconstruído sobre um modelo linear de desenvolvimento, marcado pela passagem por uma série de etapas ordenadas em uma sequência lógica (PIMENTA, 2007). Segundo o modelo linear de desenvolvimento, no decorrer da vida, todas as pessoas devem passar pelas diferentes fases etárias, e em cada etapa, adquirir e desenvolver as capacidades e habilidades (biológicas, intelectuais e sociais) que lhes possibilitarão a integração na sociedade e, por conseguinte, a convivência harmônica.

Para Stanley Hall a adolescência seria uma espécie de segundo nascimento, pois é a partir desta etapa que surgem os traços humanos mais elevados e completos. As qualidades do corpo e da mente que emergem são completamente novas (FEIXA, 1999). Para o autor, é uma fase de tempestade e estímulo, na qual o desenvolvimento é menos gradual e mais irregular. Sua tese, assim, aferia que aspectos biológicos seriam determinantes para a construção de uma personalidade jovem. Para tanto, o autor recorria a técnicas probabilísticas e estatísticas para suas generalizações. Entretanto, tal conceito enfrentaria diversas críticas pelo fato de não levar em consideração a relevância da cultura como elemento na conformação das personalidades juvenis (TAVARES, 2012). Para Melissa Mattos Pimenta (2007), a vinculação do conceito de

juventude a uma mera fase da vida tende a restringir a diversidade e a complexidade da biografia humana a uma linha unidirecional e irreversível. A autora também aponta para o fato de que a vertente funcionalista, ao conceber o adulto como um ser consolidado, não leva em consideração a dependência que permeia todas as gerações, visto que a família pode depender dos jovens em muitos aspectos e que as relações de conjugalidade vêm se tornando cada vez mais interdependentes. Com isso, ela conclui que tanto a independência quanto a maturidade devem ser relativizadas.

Já, a perspectiva conflitualista sobre juventude assenta-se na concepção do antagonismo entre jovens e adultos, no que concerne aos comportamentos. Se por um lado, os jovens representam os valores associados à mudança social e ao progresso; por outro, os adultos possuem como atributo o apego à tradição e às raízes identitárias (CASAL; GARCIA; MERINO; QUESADA, 2006). Perante essa ocasião, os jovens tenderiam à anomia, enquanto os mais velhos apresentariam comportamentos mais imutáveis e seguros.

A vertente biográfica sobre juventude, por sua vez, parte do pressuposto de que o jovem é um sujeito histórico e protagonista principal do seu ciclo de vida, articulando elementos que envolvem contradições, tais como as estratégias racionais, as emoções, as construções sociais e culturais e as estratégias de futuro. Assim, a juventude transcende as teorias funcionalistas e conflitualistas. A questão juvenil não está apenas vinculada ao desenvolvimento biológico ou ao conflito de gerações. A vertente biográfica sobre juventude procura integrar esses aspectos à concepção de trajetória. Logo, a juventude, a partir desse paradigma, é uma etapa que abrange desde a puberdade física até a emancipação familiar plena.

Segundo Pimenta (2007), o curso da vida humana é constituído por uma série de processos de transição que, ao longo do tempo, se manifestam como diferentes etapas:

"Em todas as sociedades, esses processos estão sujeitos a definições culturais, que marcam os limites e a extensão de cada fase, designando tanto as características básicas como o significado de cada faixa etária. A cada uma, portanto, estão associadas delimitações, normas e valores, que regem as relações entre as diferentes gerações e formam a base para o exercício de diferentes papéis sociais. Só se torna adulto o indivíduo que atravessou determinadas fases da vida, nas quais aprende as normas e valores de sua sociedade, passando então, a ser considerado um membro integrante e ativo dela (PIMENTA, 2007, p. 70)."

A transição de uma fase para outra requer cumprimento de determinadas exigências por parte do grupo social ao qual o indivíduo pertence. No âmbito biológico, por exemplo, podemos mencionar a primeira menstruação. Mas também podemos citar como exemplo a aquisição de competências e habilidades por meio do treinamento ou da formação escolar, ou, ainda a um requisito jurídico, tal como atingir a idade mínima para poder votar, tirar carteira de motorista, abrir conta bancária ou aposentar-se.

No campo sociológico, a transição de uma etapa para outra está associada à mudança de estatuto perante o grupo social. Assumir uma nova condição não apenas significa adquirir um conjunto de privilégios, mas também incorporar uma série de deveres e obrigações, assim como demonstrar aptidão para exercer determinadas atividades.

Dessa maneira, não cabe apenas ao sociólogo averiguar o exato período no qual a transição de uma etapa para a outra se manifesta, mas também identificar de que forma esta se desenvolve. Resumindo, faz-se a necessidade de analisar o processo de transição como todo e não apenas restringir-se aos rituais de passagem.

É importante frisar que a transição de uma fase para outra varia conforme o tempo e a sociedade. Varia até mesmo no interior de uma sociedade. Segundo Feixa (1999), a juventude é uma construção cultural relativa no tempo e no espaço. Por um lado, depende das condições sociais, que dizem respeito às normas, comportamentos e instituições que distingam os jovens das demais faixas etárias; por outro, de uma série de imagens culturais, designadas por valores, ritos e atribuições associadas especificamente. Os dois fatores dependem da estrutura social em conjunto, que abarcam economia, instituições políticas e cosmovisões ideológicas prevaletentes em cada uma das sociedades.

Nas inúmeras sociedades primitivas, ou seja, sociedades segmentadas e sem Estado, não era fácil distinguir o ciclo vital: o processo de transição se estendia desde a adolescência pausada das mulheres samoanas até a rígida hierarquia de classificação por faixa etária em várias sociedades da África Subsaariana. Assim, a duração e a mesma juventude constituíam um fator problemático (FEIXA, 1999). O único aspecto que assemelhava os jovens era a puberdade. Para os homens, a puberdade conduzia ao processo de maturação fisiológica que contribuía para o incremento da força muscular e para assegurar a formação de agentes produtivos. No caso das mulheres, a puberdade

seria fundamental para a formação de agentes reprodutivos. Ambos os processos são fundamentais para a manutenção da sociedade.

Na sociedade antiga, a juventude era vista como idade modelo. Tal geração se expressava através da arte (literatura e escultura) e também do corpo, por meio do esporte e da guerra. A centralização do poder pelo Estado, a divisão social do trabalho, a urbanização, fez com que o grupo social de jovens perdessem uma série de direitos, que dariam lugar a um conjunto de deveres, dados pelas atividades educativas e militares (FEIXA, 1999). Por outro lado, o excedente econômico permitia que parte da juventude se dedicasse às atividades não produtivas.

No que concerne ao Antigo Regime. Philippe Ariès apontava para a inexistência de uma imagem específica da juventude nesta sociedade. Segundo o autor, o indivíduo, já na infância, juntava-se o mais rapidamente aos adultos, compartilhando seus trabalhos e atividades (FEIXA, 1999). A entrada precoce na vida adulta se manifestava através da saída do indivíduo de seu núcleo familiar, dos sete aos nove anos, para residir na casa de outra família, passando a desempenhar tarefas domésticas e aprender novos ofícios e habilidades. Assim, o contrato de aprendizagem com os adultos se estendiam até entre aos catorze e dezoito anos de idade. Com os mestres, os adolescentes iniciavam sua vida social aprendendo ofícios, letras latinas e diversão e relação entre os sexos. A escola, por sua vez, era estendida a todas as gerações, com sua aprendizagem segmentada por faixa etária. Em contrapartida, por mais que estivessem sujeitos ao controle de mestre e tutores, o grau de autonomia dos adolescentes era muito maior em função da frágil coesão familiar. Vale lembrar que esse costume não era exclusivo ao campesinato, também abarcava às classes populares urbanas, como os artesãos, os comerciantes e a nobreza.

Na sociedade industrial, a primeira instituição a sofrer modificações foi a família, a partir do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Com a crise do Antigo Regime a partir do século XVII, a transferência da casa de origem para o lar de outra família já não é mais corriqueira. O retorno ao local de nascimento torna-se mais frequente. A família que, até então, não se fazia presente no processo educacional e promoção dos filhos, passa a compartilhar um sentimento de responsabilidade perante a estes, convertendo a casa em ambiente de afetividade.

A segunda instituição chave é a escola. Com o desenvolvimento do comércio e da burocracia, a instituição escolar deixa de estar vinculada exclusivamente aos clérigos

para transformar-se em um instrumento normal de iniciação social. Ao contrário da escola medieval, que reunia alunos de todas as idades, a escola moderna segmentava as turmas através da classificação por faixa etária. A escola moderna, assim, apresentava comportamentos semelhantes ao sistema penitenciário. Para o autor, esta se caracterizava, sobretudo, pelo seu controle e vigilância, podendo qualificar, classificar e castigar os estudantes (FEIXA, 1999).

O terceiro fator de mudança na sociedade industrial é de ordem militar, nesse caso específico, os homens. Nas sociedades medievais, recrutava-se jovens, que constituíam uma parcela ínfima de sua população, para o exército. Com a Revolução Francesa, em 1789, o serviço militar tornou-se obrigatório. Com isso, os jovens passaram a dedicar boa parte de seu tempo ao exército e eram obrigados a separar-se de sua família de origem, convivendo assim com pessoas de origens bastante diversas.

O quarto e último fator de transformação é de ordem laboral. Se, por um lado, havia maiores oportunidades de emprego e casamento precoce na juventude, por outro, emergiram novos mecanismos de dependência dos jovens, como o trabalho infantil nas fábricas, em função dos avanços técnicos.

Por outro lado, nas sociedades industriais, as festas, a linguagem contramilitar, os costumes sexuais e o uso de drogas permearam a cultura juvenil.

No final do século XIX, de 1870 a 1900, produziu-se o “descobrimento” da adolescência, a partir de uma ideia fundida entre pais e educadores. No início do século XX, o estudo sobre adolescência foi restringido aos homens da classe burguesa. Posteriormente, seria estendido às mulheres, aos operários, às zonas rurais e aos países fora da Europa. Nesse período, a escola se universalizara. Os jovens foram expulsos do mercado laboral, o que lhes permitiu a dedicação a um tempo livre, tais como os *wanderwögel* na Alemanha e os *boy scouts* na Inglaterra. Também se fazem presentes nessa época as concepções psicológicas e sociológicas sobre instabilidades e vulnerabilidades na adolescência: as de Hall no mundo anglo-saxão; Mendousse e Debesse na França; e Sprangler na Alemanha. Ambas as teorias serviam para justificar a separação dos jovens do mundo adulto. Cabe também ilustrar que, no correspondente período, surgiriam leis específicas ao mundo juvenil. Prisões e tribunais específicos para jovens, serviços de ocupação e bem-estar especializados e escolas formavam, parte do reconhecimento social do novo status daqueles que, ao mesmo tempo em que não eram crianças, também não eram plenamente adultos.

A juventude também se configurava pelo seu caráter crítico e conflitivo. Se, por um lado, a “moratória social” se manifestava entre os jovens burgueses, dada pela aprendizagem escolar e pelo ócio criativo; por outro, a expulsão precoce dos operários no mercado de trabalho os conduzia a um ócio forçado. Em ambas as classes, tais fatores provocaram perda de autonomia, que nunca foi aceita passivamente pelos jovens.

Nos anos 1920, emergem algumas reflexões fenomenológicas que conduziram ao surgimento do conceito de geração. Por exemplo Eduard Spranger, ancorando-se nos estudos de hermenêutica de William Dilthey, auferiu que os aspectos do comportamento psíquico do jovem devem ser articulados entre as pulsões internas de natureza biológica em conjunto com fatores de cunho social objetivos (TAVARES, 2012).

Pouco depois, Karl Mannheim (1968), publicaria uma obra que representaria um marco decisivo na constituição de um campo de estudos sobre a Sociologia da Juventude como parte de suas reflexões sobre sociologia do conhecimento e dos fatos culturais. Segundo Mannheim, a juventude é um período característico à emancipação da socialização primária, na qual se constroem valores desapegados àqueles da tradição. É uma fase na qual o indivíduo não se encontra nem na adolescência nem alcançou a fase adulta, por isso a ambição de ser autônomo numa sociedade que conhece superficialmente aos seus próprios olhos. Logo, a juventude está situada na margem social e é vista como algo estrangeiro aos seres que não pertencem ao grupo.

Dentre os teóricos da Escola de Chicago (1920-1940), destaca-se a obra *A Sociedade de Esquina*, de Whyte, Convivendo com gangues de jovens filhos de imigrantes italianos em uma região segregada de Boston, o autor apontara equívoco no paradigma que atrelava a juventude à anomia e ao desvio social. Para além dos conflitos presentes no espaço urbano, resultantes da pobreza e da falta de reconhecimento, a sociedade encontra-se em estado de fluxo, mas até esse fluxo traz um sentido de organização para os agentes sociais (TAVARES, 2012).

Talcott Parsons, por sua vez, frisa que o comportamento juvenil é de ordem estrutural (TAVARES, 2012). Através de estudos das sociedades urbanas ocidentais, ele constatou que a emergência da adolescência ocorre a partir do fenômeno de desenvolvimento de um conjunto de padrões de comportamento que envolvem uma combinação em termos geracionais e elementos de papéis sexuais nos estilos *bad boys*, dos garotos, e *glamour girls*, das garotas. Essas formas de interação possibilitariam o

surgimento da cultura juvenil. Parsons acrescenta que a articulação de grupos juvenis na escola teria a função de garantir a transição da família para o mundo institucional.

Os estudos da Escola de Birmingham também apontam para o surgimento de uma cultura juvenil a partir do momento em que a escola passa a ser preponderante na preparação dos indivíduos para a vida adulta. Segundo James Coleman, a separação dos indivíduos do resto da sociedade e sua agregação em grupos de sua própria idade condicionaram ferramentas para um conjunto de relações específicas de determinada faixa etária (TAVARES, 2012). Para Hall e Jefferson, as políticas do Estado de Bem-Estar Social na Europa de expansão do ensino foi um dos fatores de grande contribuição para a emergência das culturas juvenis inglesas articuladas em torno de um determinado estilo.

Segundo Pereira (2007), ao mesmo tempo em que a escola propiciou a convivência entre grupos de mesma faixa etária, articulando relações de sociabilidade; a escola passou a sofrer influência das relações dos jovens entre si e com a instituição. Assim, a juventude reinventou a escola como local de sociabilidade juvenil.

Se a adolescência foi descoberta no final do século XIX e se democratizou na primeira metade do século XX; o final do século XX presenciou a irrupção da juventude. Após a Segunda Guerra Mundial, supostamente imperou no Ocidente, o paradigma de adolescência como uma fase livre de responsabilidades. Estudos de Olivier Galland (1997) nos anos 1980 abordam o processo de transição para a juventude na França, tendo em vista as condições sociais do país. O autor definiu o conceito de "entrada na vida adulta" a partir de três eventos socialmente significativos: o início da vida profissional, o matrimônio e o abandono da família de origem. Para Galland, estes três acontecimentos identificavam a mudança de estatuto e constituíam um modelo "tradicional" de transição que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial com a expansão da escolaridade obrigatória a todos os segmentos da população francesa. Nesse sentido, a passagem para a vida adulta se efetiva por meio de duas vias: a primeira corresponde à conclusão dos estudos e à entrada na vida profissional (esfera pública); a segunda está associada à saída da casa dos pais e ao início da vida conjugal (esfera privada).

Cabe ressaltar que a análise de Galland se desenvolvia através de uma perspectiva biográfica (PIMENTA, 2007), utilizando como variáveis o gênero e a origem social. A partir daí, observou-se que as mulheres tendiam ao casamento precoce

e, conseqüentemente, ao abandono do lar familiar de origem, devido ao fato de as jovens, geralmente, casarem-se com rapazes um pouco mais velhos (dois anos em média). No que diz respeito à inserção no mundo do trabalho, a importância feminina era sensivelmente menor do que para o universo masculino (para os últimos, a atividade profissional era indispensável para o início da vida adulta).

A transição para a vida adulta também se manifestava de forma distinta entre os jovens de origem operária e os de origem burguesa. Entre os jovens trabalhadores, a passagem da vida adulta era bastante precoce. Os eventos ocorriam imediatamente após a conclusão dos estudos e o serviço militar, que eram obrigatórios. O trabalho ocupava uma posição central na vida desses jovens. No caso dos jovens das classes abastadas, a transição para a vida adulta se desenvolvia de maneira mais lenta, através, sobretudo, do prolongamento dos estudos, entretanto, sem renunciar a certa independência.

Esses modelos “tradicionais” de transição sofreriam profundas alterações, principalmente a partir dos anos 1980. Notou-se o prolongamento do intervalo de tempo entre as fases da vida, o que apontava para a emergência de um novo fenômeno social, um novo modelo de transição (PIMENTA, 2007). As etapas de transição, assim estavam ocorrendo em idades cada vez mais tardias. Além disso, a transição era interrompida por uma série de fases intermediárias. Não se tratava de um fenômeno generalizado, mas estava associado à origem social e ao nível de formação educacional atingido.

Galland (1997) indicavam que, entre 1981 e 1983, os jovens de origem operária e os de classe média estavam mais propensos a vivenciarem um período de indeterminação na transição para a vida adulta. No caso dos primeiros, o abandono dos estudos se dava no final do primeiro ciclo e havia dificuldade de encontrar um emprego estável, o que os levava à dependência econômica da família e ao retardamento da saída do lar de origem. Entre os segundos, os estudos eram interrompidos ao final do segundo ciclo geral e a saída da residência paterna era precoce, sem que assegurasse, no entanto, a inserção no mercado de trabalho, uma vez que tendiam a passar por uma série de empregos temporários, alternados por longos períodos à procura de trabalho. A saída da residência paterna era precoce, sem que assegurasse, no entanto, a inserção no mercado de trabalho, uma vez que tendiam a passar por uma série de empregos temporários, alternados por longos períodos à procura de trabalho.

Contudo, a mudança mais notável nos anos 1980, foi a “dessincronização” de etapas, que não apenas passaram a ocorrer em idades tardias, como também passaram a

estar desconectadas umas das outras, dando margem à emergência de uma série de fases intermediárias de vida, nas quais os jovens podiam, por exemplo, concluir os estudos e não conseguirem um trabalho imediatamente, ou também iniciar a vida ativa e passar um tempo morando sozinhos, ou mesmo em casal, mas sem ter filhos.

A partir dos anos 1990, pelo menos na França, esse modelo de transição “dessincronizado” já era notável em todas as classes sociais. Também se tornou mais frequente entre pessoas ocupadas do que entre estudantes (PIMENTA, 2007). Ademais, tal modelo de transição não se encontrava mais intrinsecamente relacionado com o desemprego ou com o trabalho precário, o que inviabilizou a retórica dos estágios intermediários como opção.

Nesse contexto, Galland (1997) denominara novas fases intermediárias: a etapa que vai do final da escolaridade obrigatória até a saída da casa dos pais foi chamada de “pós-adolescência”, no sentido de que combinaria um estatuto “próprio aos adultos” (a vida ativa), e um estatuto adolescente (a manutenção de uma dependência residencial familiar). Esses modelos “tradicionais” de transição sofreriam profundas alterações, principalmente a partir dos anos 1980. Notou-se o prolongamento do intervalo de tempo entre as fases da vida, o que apontava para a emergência de um novo fenômeno social, um novo modelo de transição (PIMENTA, 2007). As etapas de transição, assim estavam ocorrendo em idades cada vez mais tardias. Além disso, a transição era interrompida por uma série de fases intermediárias. Não se tratava de um fenômeno generalizado, mas estava associado à origem social e ao nível de formação educacional atingido.

A segunda etapa seria a “juventude”, que corresponderia ao abandono do lar familiar e a formação de um casal, em que o (a) jovem já saiu de casa, é independente da família de origem e é solteiro (a). Assim, de acordo com o autor, a juventude na França se caracteriza pelo prolongamento da formação de uma nova família. Entre a juventude francesa, os níveis de formação escolar são mais altos, independentemente de gênero. No que diz respeito ao abandono do lar de origem precoce, tal fato é mais frequente entre os jovens que seguem uma carreira universitária do que entre os jovens trabalhadoras, já que é comum que habitantes da província se mudem para as cidades onde estão localizados os grandes centros universitários.

A última etapa do processo de transição seria denominada “pré-adulta”, que corresponderia ao período que se estende desde a formação de um casal até o nascimento de uma criança, quando o estatuto de pleno adulto seria atingido. É nesse

período que a sociabilidade, bastante presente na juventude, tende a decrescer. A última passagem a percorrer, e que definitivamente distinguiria a idade adulta da juventude é a da paternidade/maternidade.

Galland (1997) atribui as transformações no modelo tradicional às modificações profundas no modelo de socialização, ou seja, no modelo de aprendizagem dos papéis adultos. O processo de transição, assim, não teria perpassado por alterações de estatutos e valores relativamente estáveis. Os jovens passaram a construir sua identidade e seu estatuto fora do quadro de referências familiares. Logo a autodefinição dos jovens não é mais herdada, mas sim construída.

Tornar-se adulto é diferente do que ocorre na Itália, na Grécia, ou em Portugal e, certamente no Brasil (PIMENTA, 2007). “O papel da família e, correspondentemente do Estado, varia de acordo com o regime de bem-estar social, as normas culturais e os modelos de residência (PIMENTA, 2007, p.96).”

Nos países escandinavos, onde a proteção social é universal, as obrigações familiares para com os jovens são consideradas mínimas: os pais apenas se responsabilizam pela manutenção dos filhos, geralmente, até os dezoito anos. Dessa maneira, os jovens são compelidos à autonomia e à vida separada da família de origem imediatamente após a conclusão da escolaridade obrigatória, mesmo que não tenham se tornado completamente independentes (PIMENTA, 2007). Em contrapartida, os jovens têm acesso a benefícios e complementações salariais, e consideram um direito participar de programas de trabalho e utilizar os serviços públicos sociais, como por exemplo, o seguro desemprego, que independe dos recursos familiares. Assim, sua integração ao mercado de trabalho encontra amplo suporte institucional, o que lhes possibilita o acesso à moradia e a manutenção da independência familiar.

No caso dos países mediterrâneos, o acompanhamento familiar aos jovens é maior. As obrigações familiares tendem a transcender a família nuclear e pressupõem maior reciprocidade. Em função das dificuldades de moradia, as relações de dependência familiar vêm sendo prolongadas por mais tempo. Assim, os jovens tendem a sair de casa após o casamento. Em consequência, a maior parte dos recursos provém da família para a aquisição de casa própria ou em situação de desemprego.

Em países como França, Alemanha, Bélgica, Irlanda, Holanda e Inglaterra, as responsabilidades pelos jovens são divididas entre o Estado e a família. Algumas necessidades básicas têm a cobertura do Estado, porém a maior parte dos recursos

provém da família. As obrigações familiares resumem-se à família nuclear e são apenas temporárias, até que o jovem consiga se tornar autônomo.

No Brasil, os processos de transição da juventude são experimentados de maneira heterogênea, caracterizados pelas desigualdades, demarcando situações absolutamente díspares (PEREGRINO, 2014). As trajetórias são múltiplas e a condição juvenil é demarcada pelas possibilidades de trabalho abertas a certos setores sociais, raciais, de gênero, e limitadas, fechadas, a outros setores (ARROYO, 2014).

Apesar do processo de transição se manifestar de maneira diversa nas sociedades contemporâneas, em toda parte do mundo o aumento dos riscos e das incertezas em torno das transições tem colocado os jovens no centro da prioridade dos projetos de educação e treinamento, das políticas para o mercado de trabalho e das instituições de bem-estar social (PIMENTA, 2007). Ainda no atual contexto, muitas instituições continuam a negligenciar a mudança na natureza das transições e, em função disso, tendem a falhar na correspondência às aspirações, necessidades e possibilidades dos jovens. Ademais, a ineficiência do Estado no atendimento aos jovens se dá por duas razões: por um lado, os sistemas de apoio institucional tendem a ser sobrecarregados pelas exigências imprevisíveis do mercado de trabalho e pelo crescente número de pessoas temporária e/ou permanente desempregadas; por outro, muitas instituições não são adequadamente orientadas para atender às demandas dos jovens. Assim, esses processos podem acentuar a exclusão social. Assim, na contemporaneidade, são múltiplos e singulares os desafios e vulnerabilidades sociais impostos aos jovens, sobretudo, se comparados a outros períodos históricos e pessoas de outros grupos etários (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015).

Concluindo, antes de mais nada, a juventude é um período que se estende entre a socialização primária e o ingresso em outras instituições socializadoras, especialmente a escola secundária, os primeiros passos rumo ao ingresso no mundo laboral. Contudo, não podemos deixar de considerar a importância relativa da família e dos grupos de pares (PEREGRINO, 2014). Para Pimenta (2007), as trajetórias de transição são o resultado da articulação entre estruturas institucionais e sociais, que tanto apoiam quanto constroem as aspirações e expectativas individuais acerca do trabalho e da vida adulta futura.

No item a seguir, descreveremos mais detalhadamente análises acerca da juventude no Brasil, dialogando com diversos autores estudiosos do assunto.

2.1. Juventude na sociedade brasileira

Entre os anos 1950 e 1960, o Brasil encontrava-se em plena expansão em seu processo de industrialização e urbanização. Entretanto, tal processo não foi acompanhado pela melhoria das desigualdades sociais. Segundo Fernandes (1967), o Brasil continuava com uma parcela de "destituídos sociais" apesar do franco desenvolvimento.

Nesse momento, a situação de desigualdade social no Brasil aparecia a partir da mudança em sua estrutura espacial e demográfica, com a urbanização e o aumento do trabalho assalariado nas cidades.

Apesar dos raros estudos sobre classes populares, vale mencionar o baixo índice de escolarização referente a esse período. Até o final dos anos 1960, existia o exame de admissão ao ginásio - atualmente classificado como o 2º ciclo do ensino fundamental -, processo este que excluía da escola as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Com o fim do exame de admissão ao ginásio, a escolaridade obrigatória seria estendida para oito anos. Oliveira (2007) aponta que, a partir dessa política, as taxas de admissão ao ginásio foram ampliadas. Todavia, a exclusão que se manifestava fora da escola até o final dos anos 1960, passou a ser produzida no interior da escola, a partir das corriqueiras reprovações. “Passávamos da exclusão da escola para a exclusão na escola (OLIVEIRA, 2007, p. 671).”

Também, nos anos 1970, Marialice Foracchi (1972) seria pioneira nos estudos sobre juventude, analisando o envolvimento do jovem universitário com o momento estudantil. A autora considera que a relativa condição de liberdade, pelo desprendimento do mundo do trabalho garantido pelo apoio financeiro advindo de suas famílias de classe média, os fazia mais “livres” para se dedicar a questões como a militância política. Foracchi também aponta a vivência de crise de identidade, já que o jovem visa não ser mais adolescente nem adulto.

Observa-se, a partir daí que os estudos sobre juventude eram restritos à classe média. Logo, as políticas públicas juventude eram destinadas exclusivamente às questões da educação, isto é, àqueles que tinham condições de estudar. Havia uma baixa percepção acerca das exclusões produzidas pelo sistema educacional brasileiro.

Nos anos 1990, a desterritorialização dos processos produtivos e de flexibilização do trabalho provocara mudanças econômicas, tecnológicas e culturais que afetaram a juventude (NOVAES, 2006). No caso brasileiro, especificamente, essas transformações mundiais se combinaram com problemas estruturais e conjunturais que impactaram diretamente os jovens. O inchaço das metrópoles, a pobreza das periferias e as mudanças no mercado internacional de drogas culminaram em análises que associaram juventude à violência (PINHEIRO; ESTEVES; FARAH NETO, 2012).

Por outro lado, a difusão da concepção do jovem como potencialmente violento resultou em políticas públicas de proteção voltadas para o enfrentamento da vulnerabilidade, tais como projetos de prevenção ao uso de drogas, ao sexo sem proteção etc. Essas políticas envolveram a participação de ONGs, pastorais católicas e até mesmo de fundações empresariais que acionavam a ideia de responsabilidade social do setor privado na solução dos problemas do país. Somado a isso, a emergência de grupos juvenis, como *hip hop*, *capoeira* e *street dance*, favoreceu a aparição de um novo sujeito coletivo: “o jovem de projeto”, que, ao se movimentar da cultura para a política, passou a ser disputado por diferentes agentes do campo em busca de adesão e legitimação (NOVAES, 2006).

No campo educacional, a década de 1990 foi caracterizada pela universalização do ensino fundamental no Brasil, tendo matriculado quase a totalidade de crianças e adolescentes. Essas metas foram atingidas através das políticas de correção de fluxo escolar, que operam com objetivo de adequar a infraestrutura já disponível no sistema escolar a um atendimento mais eficaz, buscando a redução dos índices de retenção (ALGEBAILLE, 2009). Foi criado assim o programa de “aceleração da aprendizagem”, que teve como objetivo a ampliação de vagas por meio da implantação de projetos sem, no entanto, propiciar infraestrutura (PEREGRINO, 2010).

Essas políticas surtiriam efeitos a partir da metade da década de 1990, que incidem até hoje no sistema educacional. Houve redução no investimento *per capita*, com fragilização da infraestrutura e institucional da escola; massificação dos sistemas de ensino, com aligeiramento dos conteúdos escolares e da formação de educadores; aumento da pressão por escolarização média acompanhada da expansão desregulada do ensino médio (PEREGRINO, 2014).

No nível sistêmico, a expansão precária da escola reinventou hierarquias e desigualdades no interior de sistemas, redes e unidades institucionais. Assim, a

expansão de vagas pela aceleração de aprendizagem e do tempo de habitação da escola pelos jovens antes excluídos dela, não vem agregando (ou agregando em valores desiguais) valor aos processos de escolarização, criando, dentro das instituições, uma espécie de “habitação” escolar sem escolarização (PEREGRINO, 2010). Cabe ilustrar que os jovens pobres vem sendo os mais atingidos por esse processo.

Cabe também assinalar que a universalização do ensino fundamental e do ensino médio não asseguraram a qualidade da aprendizagem, o que transformou a exclusão por falta de escola e pelas múltiplas reprovações em exclusão gerada pelo não aprendizado ou pelo aprendizado insuficiente (OLIVEIRA, 2007).

Voltando ao tema da juventude, o acúmulo de processos sociais, culturais e políticos permitiu aos jovens experienciarem a condição de sujeito social, deixando de ser vistos meramente como seres potencialmente violentos (PINHEIRO; ESTEVES; FARAH NETO, 2012). O Estado também assume um caráter indutor de políticas públicas de juventude, o que desembocou na criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), através da Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. Ainda, no mesmo ano, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem). Inicialmente, o Projovem atendeu jovens entre 18 e 24 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, visando reinserir esses segmentos na escola e no mundo do trabalho, mediante a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Em 2007, o atendimento do Projovem, que passaria a ser denominado Projovem Urbano, se estenderia até a jovens com 29 anos de idade.

Além disso, outro avanço educacional na primeira década do século XXI se deu na maior ênfase nas políticas destinadas às populações indígenas e afrodescendentes (FRIGOTTO, 2011). A partir das constatações feitas acima, podemos inferir que houve muitos avanços nas políticas de juventude, porém, há muitos desafios para consolidar os direitos não apenas dos segmentos beneficiados, como daqueles que ainda não foram afetados por essas políticas.

A descoberta da juventude no final do século XIX, a democratização da juventude em meados do século XX, a irrupção da juventude no final do século passado e a indução do Estado nas políticas públicas no século XXI estão entre os fatores que

trouxeram à juventude novas ferramentas para que mobilizassem novas pautas em prol de seu grupo social.

Em uma pesquisa coordenada por Martín Hopenhayn, para a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e para a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), foram destacados 10 paradoxos/tensões enfrentadas pela juventude contemporânea.

Primeiramente, os jovens da atualidade são mais escolarizados que as gerações anteriores, porém enfrentam diversos obstáculos para a inserção no mercado de trabalho. Com os avanços científicos e tecnológicos, propiciados pela Terceira Revolução Industrial, os jovens se veem obrigados a prolongar ainda mais seus estudos, visto que a quantidade de anos de estudo em períodos anteriores (CEPAL-OIJ, 2007). Ademais, a insegurança no mundo do trabalho de hoje vem acarretando prejuízos nas condições de trabalho decente por inibir criatividade e direitos.

Em segundo lugar, o recente aumento da escolarização e o maior acesso às tecnologias de informação e comunicação possibilitaram mais interação da juventude nas redes sociais e acesso às mais diversas notícias que acontecem no Brasil e no mundo. Por outro lado, a geração atual vem sendo negligenciada pelas instituições públicas no tocante à falta de participação nos processos decisórios de políticas públicas que envolvem amplo interesse e afetam diretamente a juventude (CEPAL-OIJ, 2007). Esse fato vem afetando negativamente a realização de autoprojeção dos jovens.

Terceiro: os jovens experimentam maiores possibilidades e expectativas de autonomia, propiciadas pelos avanços científicos e tecnológico. Todavia, essas esperanças tendem a não ser concretizadas, em função das dificuldades de ingressar e permanecer no mercado de trabalho, além dos empecilhos para aquisição de uma casa própria, em função dos problemas do mercado de solos urbanos e dificuldades de acesso ao crédito (CEPAL-OIJ, 2007).

No que diz respeito à saúde, os jovens de hoje têm maior acesso aos equipamentos e as possibilidades de doenças graves são mais baixas. Todavia a juventude continua vulnerável. Dentre as causas da mortalidade juvenil estão incidentes, agressões físicas, uso nocivo de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não desejada, entre outras (CEPAL-OIJ, 2007)

Em relação à mobilidade urbana, a pesquisa apontou que a juventude tem maior possibilidade de circulação. Todavia, esses fatores são advindos da escassez de empregos, salários e projetos sociais; além da expulsão das zonas rurais dada processo de mecanização do campo. Este último fator vem dificultando a adaptação dos jovens aos espaços urbanos, sobretudo na integração social e cultural (CEPAL-OIJ, 2007).

Outro fator importante a ser ressaltado é o de que a pesquisa aponta que hoje há maior coesão entre os jovens. Tal fator pode ser explicado pelos novos padrões de consumo cultural da juventude, em especial a indústria audiovisual, que tem importância na formação de identidades coletivas e participação em universos simbólicos (CEPAL-OIJ, 2007). Por outro lado, Hopenhayn frisa que falta aproximação e diálogo com a cultura tanto por parte da comunidade escolar quanto pelos poderes públicos.

No tocante ao setor produtivo, os jovens apresentam maiores aptidões para corresponder às suas demandas e exigências. No entanto, a juventude é o segmento mais atingido pela exclusão no mundo laboral. Além da dificuldade de inserção, os contratos tendem a ser temporários, o que explica a rotatividade corriqueira (CEPAL-OIJ, 2007).

Na esfera do discurso público, a juventude atual se redefine como objeto de políticas. Todavia, os jovens ainda sofrem o estigma não apenas de outros grupos etários, mas sobretudo pelas autoridades públicas. Assim continuam a ser associados à carência, vulnerabilidade, capital humano, população a proteger e ser controlada, entre. Todavia, os jovens vêm gerando novas sensibilidades e produzindo novas identidades, principalmente a partir do consumo cultural e da comunicação em geral (CEPAL-OIJ, 2007). Assim, a juventude se vê num impasse entre a dependência institucional e a expectativa de participação autônoma.

No tocante ao mundo do consumo, os jovens vêm experienciando o consumo simbólico propiciado pelo aumento da escolaridade e pelas redes sociais. Todavia, as dificuldades de acesso e permanência no mercado de trabalho vêm comprometendo o consumo material destes mesmos (CEPAL-OIJ, 2007).

Por último, a juventude contemporânea experimenta expectativas de empoderamento, em função da ampliação dos espaços de liberdade, que antes eram exclusivas aos adultos, como por exemplo, as relações sexuais. Em contrapartida, os jovens não constituem um sujeito específico de direitos e são concebidos como potenciais ameaças para o dismantelamento da ordem social (CEPAL-OIJ, 2007).

No próximo item deste capítulo, iremos abordar mais detalhadamente sobre o assunto, dialogando com alguns autores relacionados ao tema.

2.2. Participação política, cidadania e direitos

Conforme descrito anteriormente, iremos, nesse item, identificar supostamente os fatores que levaram à emergência dos movimentos de juventude contemporâneos, que não estão apenas vinculados às manifestações de junho de 2013, mas também aos processos de ocupação das escolas e das universidades. Todavia, antes, dialogaremos com autores estudiosos do tema da participação política e cidadania, mediante perspectiva histórica.

O tema da democracia remonta à Grécia Antiga. A cidadania era associada à participação política nos assuntos mais importantes da cidade (*polis*). As reuniões aconteciam em praças públicas. No entanto, a participação política era exclusiva aos homens da *polis*. Mulheres, trabalhadores, escravos e estrangeiros eram excluídos do processo de cidadania. O mesmo ocorria na Roma Antiga, com a participação política sendo restrita aos *cives* (cidadãos).

Com as mudanças econômicas, culturais, políticas e sociais, a visão de democracia dos clássicos seria suprimida pela retórica da democracia representativa na era moderna. A partir da ascensão da vertente liberal, a liberdade já não se encontrava mais associada à participação na esfera pública, ou seja, à democracia participativa. Resumindo, a cidade passou a existir em função do homem e, não o contrário (HOLLANDA, 2011). Já, no que diz respeito aos direitos políticos, caberia ao indivíduo delegar o poder a um representante por meio do voto, sobretudo para garantir a inviolabilidade da propriedade privada.

Entretanto, os direitos eram ainda restritos à burguesia industrial na Inglaterra. Segundo Marshall (1977), os direitos civis surgiram no país no século XVIII e se fundamentavam nos direitos necessários à liberdade individual, tais como o direito de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, propriedade e acesso à justiça. Nesse contexto, o autor frisa que os direitos civis eram indispensáveis à economia de mercado e à liberdade de concorrência, coexistindo, portanto, com o capitalismo.

Em seguida, os direitos políticos surgiram no século XIX, sendo assim secundários aos direitos civis. Dentre esses direitos, incluíam-se o direito de

participação no exercício político, através da possibilidade de ser membro de organismo com autoridade política ou pelo direito de voto. Contudo, não existia, de fato, uma igualdade política, em função do preconceito de classe, que impedia o livre exercício do direito ao voto às camadas populares da sociedade. Ao contrário dos direitos civis, os direitos políticos eram vislumbrados como ameaça potencial ao sistema capitalista, sendo imprescindível, assim, tanto a educação social quanto a mudança do modo de percepção de mundo da sociedade (MARSHALL, 1977).

Por último, os direitos sociais surgiram a partir do século XX. Esses direitos conferiram aos indivíduos um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar na herança social, bem como de acesso aos serviços educacionais e sociais (MOURA, 2009). De acordo com Marshall (1977), os direitos sociais mínimos foram desligados do *status* de cidadania e, por conseguinte, aquele que se beneficiasse, por exemplo da chamada *Poor Law*, espécie de auxílio financeiro assegurada às famílias menos favorecidas, teria a condição de cidadão usurpado.

Porém, a análise de Marshall acerca da cidadania é criticada por alguns autores, sobretudo por Lígia Coelho. Primeiramente, a autora contesta a perspectiva evolutiva de direitos, que eram associados à uma “evolução natural” determinada por séculos. Segundo Coelho (1990), os direitos constituem uma conquista da sociedade, dada pelos conflitos e, não através de uma relação harmônica, como pressupõe o liberalismo. A cidadania, assim, é algo construído através da luta (COELHO, 1990). A partir dessa constatação, podemos acrescentar que a extensão dos direitos sociais no pós-Segunda Guerra Mundial pode ser atribuída à crise do liberalismo em 1929².

Quanto ao Brasil, José Murilo de Carvalho (2002) aponta para a inversão da cidadania no Brasil, com os direitos sociais sendo introduzidos antes dos direitos civis e dos direitos políticos. O autor atribui este fator aos três séculos de colonialismo; por isso a ausência de cultura cívica no país. Já, para Oliveira Vianna (1973), a diversidade do povo brasileiro impossibilitaria a participação social e política popular nos destinos da sociedade. Holston (2013), por sua vez, frisa que o exercício da cidadania no Brasil,

² Diante dessa conjuntura internacional, cabe sublinhar que a União Soviética (URSS) não foi prejudicada por tal crise. Pelo contrário, foi o país que obtivera o segundo maior crescimento econômico na época, superado apenas pelo Japão. Com a ameaça socialista em vigência, o Estado de Bem-Estar Social entraria em ascensão no mundo, com os direitos sociais sendo estendidos à classe trabalhadora, tais como aumento dos salários, direito a férias, 13º salário, plano de saúde, maior poder de compra, seguro desemprego, entre outros. Esse modelo teve pioneirismo com o *New Deal* nos EUA, com a eleição de Franklin Delano Roosevelt em 1932 e seria estendido a alguns países da Europa após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

historicamente, serviu para legitimar e reproduzir as desigualdades sociais, ao considera-las um fato natural. Para o autor isso se deve à existência de privilégios institucionalizados. Por exemplo, na Primeira República, a educação não era estabelecida como direito e o analfabetismo e o gênero eram utilizados como barreira para uma efetiva cidadania política

Melhor explicando, Sader e Paoli (1986) apontam para a heterogeneidade da classe trabalhadora em função dos diferentes contextos entre a cidade e o campo. Assim, os problemas socioeconômicos são peculiares, com cada universo cultural tendo história e expressão próprias. Tal fato impede as redes de integração e solidariedade entre as classes populares e, conseqüentemente, a participação política nos processos decisórios.

A proclamação da República em 1889 não alteraria o cenário de exclusão social. A Constituição de 1891 mantivera os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os soldados e os membros das ordens religiosas destituídos de votar. A única alteração importante na Primeira República foi a abolição da escravidão em 1888. Quanto ao restante, havia uma relação de distância ou antagonismo do povo com o governo.

Durante o Estado Novo (1930-1945), houve avanços quanto aos direitos sociais, sobretudo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Entretanto, a inserção dos direitos sociais se deu no Brasil pela supremacia do Estado sobre a sociedade civil, ou seja, pela dependência dos cidadãos com o poder público. Foram introduzidos de cima para baixo. Setores mais mobilizados ou organizados foram cooptados, passando a desempenhar importantes funções na burocracia governamental (SCHWARTZMAN, 2007). Os direitos sociais eram concedidos por lideranças tradicionais sem qualquer relação com as massas trabalhadoras (CARVALHO, 2002). Logo, as normas brasileiras sempre imprimiram uma noção vertical de cidadania (POSENATO, 2002), o que induziu a população a assimilar os direitos sociais como favor (CARVALHO, 2002) e, não, como dever do Estado. Cabe também sublinhar que tais direitos não englobavam todos os segmentos das camadas desfavorecidas da sociedade: trabalhadores sem carteira assinada e que moravam do campo eram excluídos das políticas sociais. Logo eram considerados cidadãos aqueles que ocupavam cargos regulamentados e determinados por leis (SANTOS, 1979), por isso tal processo é definido como cidadania regulada. No que concerne aos direitos políticos, o Estado Novo alternou períodos entre ditaduras e regimes democráticos. Vale registrar também a inserção feminina no voto pela Constituição de 1934.

No período correspondente à República Populista (1945-1964), surgiram os direitos políticos no Brasil, a partir de eleições diretas e da introdução de partidos políticos a nível nacional. Contraditoriamente, o PCB foi empurrado para a ilegalidade em 1947, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Quanto aos direitos sociais, as alterações foram pífias, se comparadas ao Estado Novo (SANTOS, 1979).

A dimensão da cidadania sofreria graves retrocessos com o golpe militar de 1964, com os direitos sociais e políticos sendo revogados pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968. Pouco antes, em 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2) extinguiu os partidos políticos até então existentes e decretou o bipartidarismo entre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) - partido de apoio à ditadura militar – e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) - legenda de oposição -. De acordo com a retórica do poder institucional em vigência, tratava-se de retirar esses direitos para criar condições que possibilitassem um desenvolvimento mais balanceado e justo da economia de mercado (SANTOS, 1979). Por outro lado, foram mantidas as eleições gerais para o Senado, Câmara Federal, Assembleias Estaduais e Câmara de Vereadores. Todavia, havia restrições: a propaganda política era censurada e os candidatos considerados radicais, vetados (CARVALHO, 2002). Ademais, quando o MDB obtinha sucesso nas eleições parlamentares, os generais modificavam as leis para ter maioria no congresso. Em 1978, por exemplo, para conservar o controle do Senado, o general Geisel criou senadores eleitos indiretamente, denominados "biônicos". Ainda no tema dos direitos políticos, o eleitorado ironicamente cresceu quantitativamente na ditadura militar. Se nas eleições presidenciais de 1960 votaram 12,5 milhões de eleitores; nas eleições para o senado em 1970, compareceram 22,4 milhões nas urnas, e em 1982, 48,7 milhões. Por fim, não tiveram eleições presidenciais entre 1960 e 1989 e eleições para governador entre 1966 e 1982.

A partir de 1974, o então presidente Ernesto Geisel promulgou o lento processo de abertura democrática, por um lado, em função da pressão oposicionista e, por outro, devido ao fato de Geisel pertencer à ala moderada dos militares.

Em 1978, o Congresso aprovou a revogação do AI-5, o fim da censura prévia no rádio e na televisão, e o restabelecimento do habeas corpus para crimes políticos. O governo ainda atenuou a Lei de Segurança Nacional e permitiu o regresso de 120 exilados políticos.

No ano seguinte, já no governo do general João Figueiredo, o Congresso aprovou a anistia, que restabeleceu os direitos políticos dos que foram cassados e, ao mesmo tempo, perdoou os crimes de tortura. Ainda em 1979, o bipartidarismo foi abolido, dando lugar ao pluripartidarismo.

No tocante aos direitos civis, não havia direito à defesa dos presos políticos arbitrariamente, que protestavam contra a ditadura militar. Suas casas eram sistematicamente invadidas pelos militares. A integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo. Até mesmo o direito à vida era desrespeitado. As famílias de muitas das vítimas, até hoje, não tiveram esclarecidas as circunstâncias das mortes e os locais de sepultamento. O próprio direito à vida era desrespeitado. As famílias de muitas das vítimas, até hoje, não tiveram esclarecidas as circunstâncias das mortes e os locais de sepultamento.

Quanto aos direitos sociais, foram fechados muitos órgãos do movimento operário, sobretudo o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). As greves eram proibidas.

No que diz respeito às desigualdades sociais, tal aumento não era evidente na época, contudo, gerou efeitos catastróficos futuramente (CARVALHO, 2002). Se em 1960, os 20% mais pobres da população economicamente ativa ganhavam 3,9% da renda nacional; em 1980, esse percentual caíra para 2,8%. Em contraste, em 1960, os 10% mais ricos detinham 39,6% da renda nacional. Já, em 1980, sua participação aumentou para 50,9%. Em contrapartida, o êxodo rural incentivou a elevação do emprego nos setores secundário (indústria) e terciário (transporte, serviço e administração). Se em 1960, a população economicamente ativa abrangia 22,7 milhões; esse número atingiu 42,3 milhões em 1980. No quesito gênero, a quantidade de homens no mercado de trabalho aumentou 67%; nas mulheres, 184%.

Outra contradição nos direitos sociais se deu na previdência. Ao contrário dos governos Vargas e Goulart, que não conseguiram unificar e universalizar a previdência, os militares e tecnocratas obtiveram êxito após 1964. Em 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social, pondo fim aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e unificando o sistema, exceto para o funcionalismo público, civil e militar, que ainda conservava seus próprios institutos. Com o fim dos IAPs, o sindicato perdeu influência na previdência, que passou a ser totalmente controlada pela burocracia

estatal. Em 1967, o INPS venceu outra resistência e tirou das empresas privadas o seguro dos acidentes de trabalho.

Em 1971, ironicamente na gestão linha dura do general Médici, foi criado o Fundo de Assistência Rural (Funrural) para incluir efetivamente os trabalhadores rurais na previdência. O Funrural tinha financiamento e administração separados do INPS. Os trabalhadores rurais tinham, assim, direito à pensão e aposentadoria, bem como assistência médica. Embora as aposentadorias fossem modestas, eram equivalentes ou até mesmo superiores aos baixos salários pagos nas áreas rurais (CARVALHO, 2002).

Nos anos seguintes, 1972 e 1973, ainda no governo Médici, empregadas domésticas e trabalhadores autônomos foram incorporados à previdência. Na ditadura militar, apenas trabalhadores informais não foram incluídos nos direitos sociais.

Com a redemocratização do país em 1985, os direitos civis estabelecidos antes do regime militar, tais como a liberdade de expressão, de imprensa e de organização, foram recuperados direitos civis estabelecidos antes do regime militar, tais como a liberdade de expressão, de imprensa e de organização, foram recuperados.

A Constituição de 1988 ainda inovou criando o direito de habeas data, permitindo assim que qualquer pessoa exigisse do governo todo tipo de informação sobre ela, até mesmo as de caráter confidencial (CARVALHO, 2002). Determinou o racismo como crime inafiançável e imprescritível e a tortura como crime inafiançável e não anistiável.

Fora do âmbito constitucional, foi criado, em 1996, o Programa Nacional dos Direitos Humanos, que prevê várias medidas práticas destinadas a proteger esses direitos. Cabe ainda mencionar como relevante a criação dos Juizados Especiais de Pequenas Causas Cíveis e Criminais, em 1995.

Entretanto, José Murilo de Carvalho (2002) aponta que os direitos civis são aqueles que mais apresentam deficiência em termos de conhecimento, extensão e garantias. O autor aponta que a combinação de desemprego, trabalho informal e tráfico de drogas propiciou terreno para a proliferação da violência, que atinge sobretudo a população jovem. Além disso, em muitos dos casos, os jovens não recorreram à justiça, na maioria dos casos por não acreditar nas instituições ou por temer represálias.

Em matéria de direitos sociais, houve ampliação pela Constituição de 1988, como por exemplo, a fixação de um salário mínimo o limite inferior para aposentadorias e pensões e o ordenamento do pagamento de pensão de um salário mínimo a todos os

deficientes e pessoas com mais de 65 anos, independentemente de terem contribuído para a previdência. A licença-paternidade deu aos pais a licença do trabalho por ocasião do nascimento do (a) filho (a).

No campo dos direitos políticos, a Constituição de 1998 estendeu o direito do voto aos analfabetos. A idade mínima para votar foi reduzida dos 18 para os 16 anos o direito do voto aos analfabetos. A idade mínima para votar foi reduzida dos 18 para os 16 anos.

No que tange aos direitos da juventude, o estabelecimento do Ano Internacional da Juventude em 1985, somado ao empenho de agências intergovernamentais como a OIJ, alicerçou uma série de políticas públicas voltadas ao público jovem na América Latina. Contudo, o Brasil constituiria uma exceção na América Latina, com suas políticas públicas sendo irrelevantemente influenciadas pelas agências da ONU (SILVA; ANDRADE, 2009). Naquela época, pouco se dava importância ao tema da juventude no país. O foco das preocupações e mobilizações estava direcionado à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. A partir daí, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, resultado da forte mobilização e articulação da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão emblemática de meninas e meninos de rua na década de 1980. Apesar de tal política estar orientada para o público de 18 anos, tal medida significou um marco importante para a questão juvenil.

Os jovens maiores de 18 anos, até então, não eram incorporados às ações e aos debates sobre direitos e cidadania. Todos os programas e projetos promovidos, tanto pelo Estado quanto por entidades da sociedade civil, adotaram como limite máximo os 18 anos (ABRAMO, 2007). Logo, o tema juventude permaneceu durante muito tempo encarado como um período da adolescência ou como algo indistinto da infância.

Naquela época, o comportamento da juventude era concebido como apático e conservador, em contraste com as gerações passadas, vistas como engajadas, combativas e propositivas (SILVA; ANDRADE, 2009). Embora a juventude não tenha sido incluída no campo das políticas públicas no início dos anos 1990, muitos jovens e diversas organizações juvenis participaram da luta pela redemocratização e pela formulação de políticas públicas de inserção na sociedade brasileira.

As políticas de juventude, no âmbito federal, emergiram precisamente a partir de 1997. Entretanto, a juventude era sistematicamente associada à violência, aos comportamentos de risco e à transgressão. A partir daí, emergiram, nos anos 1990, uma

série de políticas públicas, envolvendo parcerias do Estado com ONGs, fundações empresariais e as várias instâncias do Poder Executivo. Segundo Marília Sposito (2003), grande parte dessas iniciativas foram direcionadas aos jovens excluídos, ou em situação denominada de “risco social”. Dessa forma, algumas propostas foram guiadas, sobretudo, pela ideia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas corriqueiros na juventude, encarada como um problema na sociedade. A partir daí, implantaram-se programas de esporte, cultura e trabalho, visando o controle social do tempo livre dos jovens, particularmente dos moradores de periferias, favelas e subúrbios das grandes cidades (SILVA; ANDRADE, 2009).

Todavia, prevaleceram políticas setoriais, voltadas para segmentos que apresentavam características de vulnerabilidade, risco ou transgressão, geralmente a juventude urbana, pobre e negra. “De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho (SILVA; ANDRADE, 2009, p.49).” Logo, não se estruturaram como uma Política Nacional de Juventude.

Contudo, foi a partir dessas iniciativas que emergiram organizações e grupos juvenis com representações em variadas vertentes: cultural, esportiva, ambiental, estudantil, político-partidária, movimentos étnicos e em defesa da igualdade de gênero, associações de bairro, entre outras. Tais movimentos atuavam como ferramenta de pressão para que o poder público reconhecesse os problemas específicos que os afetavam e, conseqüentemente, implantasse políticas públicas transcendentais à questão da violência. Segundo Abramo (2005), é a partir daí que os jovens se compreendem como sujeitos de direitos, a partir de suas necessidades e peculiaridades, que deveriam ser reconhecidas no espaço público como demandas; e, não, mais, pela anomia.

A partir de 2004, iniciam-se no Brasil intensos diálogos entre governos e movimentos sociais acerca da urgência da implantação de uma política nacional de juventude. Ao mesmo tempo em que se esboçavam políticas para sanar as condições de vulnerabilidade e risco social apresentadas para os jovens; essas negociações também visavam propiciar oportunidades de experimentação e inserções sociais múltiplas, que favorecessem a integração dos jovens nas mais diversas esferas sociais (SPOSITO, 2005). Para Camarano, Mello e Kanso (2009), a juventude se tornou foco de políticas públicas devido à explosão populacional e aos índices de fecundidade e morbidade da população entre 15 e 29 anos.

Dentre as iniciativas mais importantes, destacam-se (SILVA; ANDRADE, 2009): (a) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou conferências regionais em todo o país, focando nas principais preocupações dos jovens brasileiros a partir da análise de suas possíveis resoluções para o problema; (b) criação do Grupo Interministerial vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que elaborou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens e dos programas e ações do governo federal orientados total ou parcialmente para a população juvenil; (c) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs os debates regionais e temáticos como metodologia e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; (d) encaminhamento de um Projeto de Lei (PL) que pudesse aprovar a criação do Estatuto e Direitos da Juventude (PL nº 4.529/2007); e (e) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL nº 4.530/2004), no qual foram delineados os objetivos e metas a serem alcançados pelos governos, ambicionando a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros.

Em fevereiro de 2005, foi criada a SNJ, organismo executivo ligado à SGPR, sem *status* de ministério, visando articular os programas federais de juventude existentes em diversos órgãos do governo federal, e o Conjuve. Cabe ressaltar que a criação da SNJ veio a atender as demandas e orientações contidas no relatório do Grupo Interministerial entregue ao presidente da República (SILVA; ANDRADE, 2009).

Durante o processo de diagnóstico e elaboração da proposta da Política Nacional de Juventude, o Grupo Interministerial realizou mapeamento dos programas federais existentes, orientados direta ou indiretamente para este segmento da juventude. Tal ação reuniu representantes de 19 ministérios, incluindo membros do Instituto de Pesquisa em Estatística Aplicada (Ipea) e das secretarias especiais. Foram identificadas, a partir daí, nada menos que 135 federais, que estavam vinculadas em 45 programas e eram aplicadas por 18 ministérios ou secretarias de estado. Deste total de ações, 19 atendiam o grupo etário correspondente entre 15 e 24 anos. As demais 112 ações, embora incidissem sobre os jovens, não se encontravam orientadas exclusivamente para este público. Diante disso, observou-se fragilidade das instituições e também fragmentação e superposição das políticas federais de juventude. Assim, foi sugerida a urgente criação de uma instância de coordenação e de articulação, vislumbrando combater o paralelismo e a fragmentação das ações federais direcionadas ao público jovem.

A partir daí, foram identificados nove desafios que deveriam nortear a Política Nacional de Juventude: (a) ampliação do acesso e permanência na escola de qualidade; (b) erradicação do analfabetismo entre os jovens; (c) preparação para o mundo do trabalho; (d) geração de trabalho e renda; (e) promoção da vida saudável; (f) democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação; (g) promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas; (h) estimular a cidadania e a participação social; e (i) melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Assim, no início de 2005, foi criado o ProJovem, que contemplava ações de aceleração de escolaridade e qualificação profissional. Tal programa assegurava aos jovens um auxílio de R\$ 100,00 com os seguintes pré-requisitos: (a) faixa etária entre 18 e 24 anos; (b) conclusão da então 4ª série, mas não da então 8ª série do ensino fundamental; e (c) não possuir vínculo empregatício (SILVA; ANDRADE, 2009).

Em 2007, quando completavam dois anos da Política de Juventude, foram diagnosticados alguns vícios de origem, identificados na ausência de avanços na coordenação e integração dos programas federais direcionados aos jovens. Foi necessário, para tanto, redesenhar a política de juventude. Todavia, o governo federal não extinguiu nenhum programa anterior; tendo assim unificado o ProJovem, denominado *ProJovem Integrado*, lançado em setembro de 2007.

O *ProJovem Integrado* significou o resultado da unificação de seis programas já existentes (ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã), que foram subdivididos em quatro modalidades: ProJovem Urbano – serviço socioeducativo; ProJovem Trabalhador; ProJovem Adolescente; e ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Com a entrada em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008, o ProJovem Integrado passou a atender jovens de 15 a 29 anos. As atribuições do programa são compartilhadas entre a SGPR - através da SNJ -, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC). Cada uma de suas modalidades é composta por um comitê gestor instituído pelo órgão responsável por sua coordenação.

Gerido pela SNJ, o ProJovem Urbano é uma reformulação do ProJovem original e contempla jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o ensino fundamental. Para se matricular, é necessário ter renda mensal *per capita* de até

meio salário mínimo. O programa tem como objetivo declarado contribuir para a escolaridade até o 9º ano do ensino fundamental e para a qualificação profissional, com certificação de formação inicial e experiências de participação cidadã, através de projetos de intervenção dos jovens em locais próximos à sua moradia. Com duração de 18 meses, os estudantes devem cumprir as metas de frequência (75%) e o prazo dos trabalhos escolares para assegurar o recebimento de R\$ 100,00, pago durante 20 meses.

O ProJovem Trabalhador, de responsabilidade do MTE, abarca jovens com idade entre 18 e 29 anos que já concluíram o ensino fundamental, mas que estão em situação de desemprego e possuem renda *per capita* de até um salário mínimo. Essa modalidade ambiciona preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, dados a partir da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção. Os estudantes devem frequentar regularmente os cursos de qualificação para que recebam R\$ 600,00, através de seis parcelas de R\$ 100,00. O ProJovem Trabalhador também é dividido em submodalidades que, na prática, representam alguns programas antes existentes antes da mudança em 2007: (a) Consórcio Social da Juventude, que conta com a participação indireta da União, através de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, para atendimento aos jovens; (b) Juventude Cidadã, que envolve a participação direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no atendimento aos jovens; (c) Escola de Fábrica, que tem como papel a integração entre as ações de qualificação social e profissional com o setor produtivo; e (d) Empreendedorismo Juvenil, responsável pelo fomento de atividades empreendedoras como mecanismos alternativos de inserção do jovem no mundo do trabalho.

O Projovem Adolescente, reformulação do Projeto Agente Jovem, contempla jovens de 15 a 17 anos, com os seguintes pré-requisitos: (a) pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF); (b) egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; (c) em cumprimento ou egressos de medida de proteção; (d) egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); ou (e) egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual. As políticas do Projovem Adolescente visam a proteção social básica - através da criação de ferramentas que assegurem a convivência familiar e comunitária - e propiciar a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (SILVA;

ANDRADE, 2009). São ofertadas atividades socioeducativas no programa que duram 24 meses. Há também um auxílio previsto de R\$ 30,00 às famílias, sob comprovação de frequência à escola e no limite de até dois benefícios por família.

Por último, o ProJovem Campo, gerido pelo MEC, é uma reformulação do Saberes da Terra e tem como público alvo jovens entre 18 e 29 anos, residentes nas zonas rurais e que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o ensino fundamental. A modalidade tem como objetivo elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, acompanhada da qualificação social e profissional. Com duração de 24 meses, os estudantes recebem R\$ 100,00, durante 12 meses. Para obter certificação em “ensino fundamental com qualificação profissional inicial em produção rural”, é obrigatória a frequência em pelo menos 75% da carga horária do curso.

De acordo com uma pesquisa elaborada por Andrade e Esteves (2009), relatório final intitulado como “Perfil dos Alunos do ProJovem Urbano”, constou-se que o público do ProJovem Urbano é majoritariamente frequentado por mulheres. Segundo o relatório, a entrada de mulheres se deve à gravidez na adolescência, fator que as induz a interromper os estudos. Ademais, a pesquisa apontou que a maioria dos alunos entrevistados alegou ter pele negra ou parda.

Dentre outros avanços nas políticas de juventude, podemos destacar o Programa Universidade para Todos (Prouni), que criou 700 mil vagas para os jovens (FRIGOTTO, 2011). Também houve ênfase nas políticas voltadas para a educação de jovens e adultos e para a educação da população indígena e afrodescendente.

Em agosto de 2013, foi promulgado o Estatuto da Juventude, por meio da Lei 12.852, que converteu políticas voltadas para jovens em política de Estado, independentemente da vontade de governos ou partidos. Tais direitos incluem: (1) direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; (2) direito à educação; (3) direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; (4) direito à diversidade e à igualdade; (5) direito à saúde; (6) direito à cultura; (7) direito à comunicação e à liberdade de expressão; (8) direito ao desporto e ao lazer; (9) direito ao território e à mobilidade; (10) direito à sustentabilidade e ao meio ambiente; (11) direito à segurança pública e ao acesso à justiça. Para Andrade e Farah Neto (2014), o Estatuto da Juventude tem como desafio combinar transmissão de conteúdos de ensino e questões cotidianas vivenciadas pelos jovens na atualidade. Para tanto, faz-se necessária uma forte articulação entre educadores, educandos e gestores.

Ademais, o artigo de Mônica Peregrino (2014) aponta para o aumento da escolarização na educação básica, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, realizada em 2012.

A pesquisa aponta para a redução das desigualdades quanto à frequência escolar (PEREGRINO, 2014). Entre a população de 15 a 17 anos, o crescimento da frequência escolar líquida teve destaque nas regiões Nordeste (20,9% para 43%), Norte (27% para 41,3%) e Centro Oeste (37,5% para 53%). Peregrino (2014) ainda ressalta que a frequência líquida obteve maior nos segmentos desfavorecidos da sociedade, além de ter maior incidência sobre a população preta e parda.

Outro dado importante apontado pela autora foi o aumento da quantidade de anos de estudos pelos jovens entre 18 e 24 anos: 7,9 para 9,6.

Apesar dos avanços na escolaridade dos jovens no Brasil, essas políticas não foram suficientes para sanar a crise da juventude no mundo do trabalho, já que é o setor mais atingido pelo desemprego. Informalidade e instabilidade também são características à juventude contemporânea

A partir dessas constatações, supomos que houve avanços consideráveis nas políticas de juventude nos últimos anos, sobretudo no que concerne ao aumento da escolarização. Observamos também que o acesso à informação é muito maior se comparado às gerações anteriores. Entretanto, a mudança nos processos produtivos a partir da metade dos anos 1970 fez da juventude o setor mais atingido no setor do mercado de trabalho. Desemprego, instabilidade, informalidade e inserção nos postos mais precários vêm sendo fatores bastante característicos à juventude contemporânea.

Assim, podemos inferir que o mal estar sentido pela juventude na fase contemporânea impulsionaram as mobilizações de massa, tanto a nível nacional quanto internacional. Partimos do pressuposto de que a escolarização e o acesso à informação trouxeram ferramentas que possibilitaram aos jovens protestar diante de sua inserção precária no mundo do trabalho e nos serviços sociais como saúde e educação, em função da baixa qualidade.

No próximo capítulo, iremos abordar mais detalhadamente, os protestos e movimentos de massa contemporâneos, como as manifestações de junho de 2013, as ocupações educacionais, entre outros. Para tanto, recorreremos a uma perspectiva histórica e cronológica para melhor compreensão dos movimentos contemporâneos de juventude.

CAPÍTULO 3 - PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: OS MOVIMENTOS DE JUVENTUDE CONTEMPORÂNEOS E SUAS DINÂMICAS

Neste terceiro capítulo, iremos analisar a dinâmica de participação política dos movimentos de juventude contemporâneos. Primeiramente, abordaremos sobre a emergência dos movimentos da sociedade civil desde a transição do fim da ditadura, e que perpassam pelos anos 1980 e 1990, até focarmos nos movimentos de participação política juvenis do século XXI.

Buscaremos, a partir disso, compreender a dinâmica e a lógica de funcionamento desses movimentos e também identificar e levantar hipóteses acerca dos processos que originaram, não apenas a emergência das ruas em 2013, como também a onda de ocupações escolares a partir de 2015.

Partimos do pressuposto de que houve mudança de concepção sobre o significado da política. Se antes, a política era resumida ao ato de votar a cada dois anos por boa parte da sociedade; com as jornadas de junho de 2013, a população em geral, passou a encarar a política como uma grande possibilidade de participar e interferir nas decisões de políticas públicas que envolvem amplo interesse.

A partir dessa hipótese e buscando compreender as dinâmicas e lógicas de organização na participação política juvenil contemporânea, recorreremos às monografias, dissertações e teses acadêmicas que analisam as ocupações escolares como referências bibliográficas. Quanto aos movimentos de 2013, dialogaremos com autoras como Ilse Scherer-Warren e Maria da Glória Gohn. Quanto aos demais movimentos do século XXI, dialogaremos com os trabalhos de Ana Elise Inácio, Leo Vinícius Liberato e Francisco Martins. Quanto aos movimentos da sociedade civil nos anos 70, 80 e 90, autores como Leonardo Avritzer, Renato Bochi, Maria Celia Paoli, Euzineia Carlos, Marta Zorzal e Silva, Rudá Ricci, entre outros.

No parágrafo a seguir, iniciaremos abordando de maneira mais genérica a ascensão da sociedade civil no Brasil, a partir da transição para o fim da ditadura militar.

Até pelo menos o início do século, o termo sociedade civil se encontrava restrito aos países do Hemisfério Norte, visto a inexistência de fronteiras entre o público e o

privado e a dominação política e econômica da grande propriedade rural (AVRITZER, 2012). O conceito de sociedade ressurgiria no Brasil com o fim da ditadura militar, a partir de meados da década de 1980.

Primeiramente, a emergência da sociedade civil no Brasil deriva do vertiginoso processo de êxodo rural, marcado pela migração da população pobre do campo para periferias, favelas e subúrbios das médias e grandes cidades, locais com serviços públicos e infraestrutura precários (SANTOS, 1987). Se nos anos 1940, éramos um país predominantemente rural; no final do século XX, passamos a ter 80% da população residindo nas cidades. Assim, a reivindicação pela melhoria dos serviços públicos pelas classes populares é uma das origens da sociedade civil brasileira (AVRITZER, 2012).

Podemos também atribuir a emergência da sociedade civil ao processo de modernização econômica do Brasil pelo regime autoritário, que transformou as políticas de planejamento urbano, saúde e educação em questões tecnocráticas (ESCOREL, 1998), na tentativa de incorporar a classe média ao processo. Todavia, boa parte dos autores de classe média rejeitou tal projeto e recorreram aos mecanismos de ações coletivas e associações para disputar esses elementos tecnocráticos. Dentre os principais protagonistas do processo de reorganização da sociedade civil estavam economistas, médicos, advogados, professores universitários, entre outros (BOSCHI, 1987).

O terceiro fator a ser ressaltado é a oposição dos setores liberais e de classe média à ausência de regras e de prestação de contas (*accountability*) nos processos políticos e civis, o que tornou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) uma das principais protagonistas nas críticas ao regime autoritário. A partir daí, Leonardo Avritzer (2012) acrescenta:

“Embora essas características estivessem presentes durante todo o período da democratização (1977 a 1988, quando a nova Constituição foi promulgada), elas interagiram com dois outros fatores que fizeram a sociedade civil mais ou menos autônoma vis-à-vis o Estado: o aprofundamento democrático que teve lugar durante e após o processo de elaboração da Constituição, e a forma como as reformas neoliberais interagiram com as responsabilidades dos atores da sociedade civil nas políticas públicas. É a partir do resultado dessa interação que diferentes padrões de relações entre Estado e sociedade civil surgiram (AVRITZER, 2012, p. 387).”

O autor ainda frisa que sociedade civil brasileira ressurgiu no processo chamado de “liberalização” a partir de meados da década de 1970, quando a ditadura militar reduziu gradativamente o controle, no que concerne à proibição de algumas reuniões públicas de associações voluntárias, mas não sobre as regras de competição política. Foi a partir daí que diversas categorias profissionais reorganizaram suas associações e o sindicato passou a ser dirigido pela oposição ao regime autoritário, sem ousadia de intervenção pelo Ministério do Trabalho. Como resultado desse processo, emergiram diversas organizações da sociedade civil: (1) a organização dos movimentos populares urbanos; (2) a organização do movimento sanitarista por um Sistema Único de Saúde; (3) o movimento para uma Reforma Urbana Nacional; (4) o surgimento de associações profissionais, tais como de médicos, advogados, engenheiros, professores universitários, entre outros; (5) o desenvolvimento de muitas formas de organização na luta contra o latifúndio, sobretudo o Movimento dos Sem Terra (MST). Os movimentos feministas e negros, por sua vez, embora não tivessem tanta influência na época, foram relevantes para o fortalecimento da sociedade civil.

A gradual abertura política foi fundamental para a multiplicação de associações no Brasil. Segundo Boschi (1987), entre 1978 e 1980 foram criadas mais associações voluntárias no Rio de Janeiro que no período democrático anterior (1945-1964). Santos (1993), por sua vez, ressalta que o número total de associações dobrou em São Paulo nos anos 1970 e triplicou em Belo Horizonte na década de 1980.

No período correspondente entre meados dos anos 1970 e a década de 1980, destacaram-se as associações voltadas às demandas das camadas populares (AVRITZER, 2012), na reivindicação pela distribuição mais justa de bens públicas, como acesso à saúde, educação, água tratada e esgoto.

Convém também salientar que a principal retórica dos movimentos sociais nessa época repousou na autonomia organizacional em relação ao Estado. “Do trabalho a todas as outras formas de organização dos pobres, a autonomia foi reivindicada pelos atores sociais no período de 1977 a 1985 (AVRITZER, 2012, p. 389).” Neste caso, autonomia significa agir sem autorização do Estado, ou melhor dizendo, a não necessidade de se sujeitar às burocracias empecilhadas pelos poderes públicos. A partir daí, emergiram novos mecanismos de militância, como organização de abaixo-assinados, convocação de autoridades estatais, demonstrações em frente a edifícios públicos e organização de assembleias de base.

A autonomia também significou a implantação de políticas públicas sem envolver a participação do Estado, como por exemplo, o movimento de sanitaristas de São Paulo em meados dos anos 1980. De modo semelhante, o movimento pela reforma urbana propôs mecanismos de democracia local visando vetar a ação do Estado em temas de políticas urbanas (SILVA, 1990). No mesmo período, foi criada a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa) que, no seu segundo congresso, propôs a tomada de decisões sobre questões de orçamento baseadas em um conselho de associações de bairro (AVRITZER, 2012).

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil se tornou um caso único de federação tríade (FRANZESE, 2006), no qual os municípios são considerados entes federativos ao lado do Estado e da União. Tal fator propiciou aos municípios maior autonomia política, administrativa e financeira, contribuindo talvez para o aumento da participação através do associativismo civil na década de 1990 (CARLOS; SILVA, 2006). De acordo com as autoras, a grande maioria (43,8%) iniciou sua participação nas associações civis neste período. Euzineia Carlos e Marta Zorzal e Silva (2006) também atribuem tal fator à institucionalização da democratização pública:

“Nestes termos, a maior presença da população junto aos movimentos populares e entidades civis talvez se explique pelo fato de os anos 1990 marcar um período de busca da institucionalização da democratização da gestão pública, em que o poder público local passa a incorporar mecanismos e canais de participação popular na elaboração e implementação das políticas públicas (CARLOS; SILVA, 2006).”

Por outro lado, as autoras supõem que a demanda societal por uma maior permeabilidade e controle dos órgãos públicos provocou impactos substantivos na adesão da população aos movimentos populares e entidades civis organizadas.

Ainda nos anos 1990, a participação da sociedade civil em movimentos sociais urbanos e entidades civis fez-se presente, em maior número, nas associações de moradores e organizações comunitárias (CARLOS; SILVA, 2006).

Apesar dos avanços trazidos pela Nova Constituinte, Maria do Carmo Albuquerque (2006) aponta que ainda existem muitos entraves para a consolidação da participação popular. Segundo a autora, a precariedade de uma cultura democrática e participativa se faz notar tanto na burocracia estatal quanto nas organizações da sociedade e no setor privado, dificultando a consolidação dos espaços de diálogo e negociação sobre as políticas.

Além disso, a agenda descentralizadora e democrática confrontou-se, nos anos 1990, com as políticas neoliberais (ALBUQUERQUE, 2006) orientadas para as privatizações de setores estratégicos da economia brasileira e para uma política federal de contenção de gastos públicos (FRANZESE, 2006). Tal paradigma resultou na redução do papel do Estado na área social e no seu aumento de credibilidade face ao mercado internacional. Ademais, a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso Nacional em 2000, passou a restringir ainda mais a possibilidade de endividamento público, atingindo também os municípios, com imposição de limites a uma série de gastos, dentre eles o gasto com pessoal, que em alguns estados chegava a 80% da arrecadação³.

Cabe também ilustrar que uma pesquisa do *World Values Survey* (WVS) identificou que, entre 1990 e 2005, houve uma queda no interesse do brasileiro pela política. Segundo Castro e Reis (2012), essa descrença reside na ineficácia, corrupção e assistencialismo. Por outro lado, a importância atribuída a política constatou crescimento. Diante dessa realidade, parte considerável da população vem recorrendo à participação em coletivos considerados informais e à margem das organizações convencionais (BAQUERO, 2003). A partir daí, pode se dizer que não há uma apatia dos brasileiros pela política, mas sim uma busca por canais de participação alternativos à política institucional e partidária (CASTRO; REIS, 2012).

Segundo Maria da Glória Gohn (2013), surgiram novos tipos de associativismo na década de 1990. Diferentemente dos anos 1980, quando havia mobilizações em massa, as mobilizações da década seguinte se tornariam mais pontuais. O associativismo passaria a não demandar mais dos indivíduos obrigações e deveres permanentes para com uma organização. E a mobilização se efetua independentemente de laços anteriores de pertencimento, o que não ocorre com o associativismo de militância político-ideológica. Assim, o associativismo nos anos 1990 passou a ser mais propositivo e operativo; e menos reivindicativo, produzindo menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico. Esse novo associativismo seria denominado de Participação Cidadã.

Podemos também destacar, nos anos 1990, o surgimento de organizações populares mais institucionalizadas, como os Fóruns Nacionais - Luta pela Moradia Reforma Urbana e de Participação Popular -. Dentro desses fóruns eram realizados

³ PEC 55

encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los (GOHN, 2011).

Diante do avanço das políticas neoliberais também emergiram diversos movimentos sociais: a Ação da Cidadania, contra a fome; movimentos de desempregados; e ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário. No contexto do crescimento da economia informal, também tivemos no âmbito dos transportes urbanos os “perueiros” como transportes alternativos e os “caminhoneiros” atuando no sistema de transportes de carga pesada nas estradas. Essas ações coletivas surgiram em meio à crise socioeconômica e atuaram mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados.

Ademais, nos anos 1990, tiveram grande repercussão as frentes de lutas contra as discriminações. Foram organizadas diversas passeatas e também marchas anuais dos movimentos de mulheres e. O mesmo ocorreu com o movimento negro ou afrodescendente, que deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser, sobretudo, movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial (GOHN, 2011). No campo da música, houve cantos de protesto contra a criminalização da cultura das periferias e favelas, com o *rap*, o *hip hop* e o *funk*.

Também não podemos deixar de mencionar os movimentos dos indígenas, dos funcionários públicos (sobretudo das áreas de educação e saúde) e dos ecologistas. Os primeiros se destacaram pela reivindicação pela demarcação de suas terras e pela venda de seus produtos a preços justos e em mercados competitivos. Os servidores organizaram-se em associações e sindicatos, visando reverter reformas que progressivamente retiraram direitos sociais e arrojaram salários em nome da necessidade de ajustes fiscais. Os últimos proliferaram após a conferência Eco-92, dando origem a diversas organizações não governamentais. É importante sinalizar que as ONGs, nos anos 1990, passaram a ter muito mais importância que os próprios movimentos sociais (GOHN, 2011). Diferentemente dos anos 1980, época na qual atuavam junto aos movimentos populares, as ONGs passaram a estar inscritas no terceiro setor, orientadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, estendendo os serviços básicos como saúde e educação para regiões desprovidas de infraestrutura.

Para Paoli (2002), o projeto de participação social na década de 1990 esteve menos ancorado na politização das demandas sociais e na ampliação de sua presença no espaço público de deliberação, e mais no ativismo civil voltado para a solidariedade social.

Nogueira (2004), por sua vez, aponta que a participação social nas políticas públicas no correspondente período não significava mais uma ampliação do espaço político do debate, mas sim uma substituição direta dos atores sociais baseada nos princípios da solidariedade e da responsabilidade social privada. Dessa forma, participação e sociedade civil já não eram mais vistas como expressão e veículo da predisposição coletiva para organizar novas formas de Estado e distribuição do poder, mas sim como a tradução concreta da consciência benemérita dos cidadãos, dos grupos organizados, das empresas e das associações.

Por outro lado, Carlos e Silva (2006) frisam que o associativismo apresentou um comportamento híbrido, no qual a defesa da autonomia organizacional dos movimentos em relação ao Estado coexiste com formas tradicionais de associativismo, com a solidariedade pautada em relações verticais e privadas de poder. A participação social, assim, alternou entre tradição/autoritarismo e inovação/democracia (RICCI, 2004).

3.1. Movimentos e coletivos juvenis: o protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL)

A partir do século XXI emergiram novas alternativas de movimentos sociais: novos tipos, novas demandas, novas identidades e novos repertórios (GOHN, 2011).

Em contexto de hegemonia neoliberal, que pôs fim às políticas universalistas e às definições ideológicas nítidas (dadas pelo fim do socialismo real), os coletivos jovens podem compartilhar traços comuns que, ao mesmo tempo, são imperceptíveis entre os próprios (MARTINS, 2016). Tal fator aponta que o engajamento político dos jovens não se materializa à revelia do processo sócio-histórico, mas sim emerge a partir da realidade social trazida pelas adversidades contemporâneas.

Nesse período, cabe destacar que as redes virtuais passaram a desempenhar papel primordial na convocação de manifestações, sobretudo no que tange à ocupação de praças, parques e ruas (MARTINS, 2016). Abaixo, descreveremos os movimentos de juventude, suas formas de organização e descrever as manifestações no século XXI.

Em 2005, o Movimento Passe-Livre (MPL) se tornou um atrativo campo de participação política para a juventude em diversas capitais brasileiras (LIBERATO, 2006).

As origens do MPL remetem ao ano de 2000, na cidade de Florianópolis, quando um pequeno grupo de jovens integrantes da Juventude Revolução (JR), corrente trotskista do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciou uma campanha pelo passe livre estudantil através da coleta de assinaturas para compor um abaixo-assinado.

No ano seguinte, centenas de estudantes foram até a Câmara de Vereadores de Florianópolis entregar aos parlamentares o abaixo-assinado pelo Passe-Livre, que continha mais de 20 mil assinaturas.

Em 2002 e 2003, as mobilizações pelo passe livre resultaram num protesto que reuniu mil pessoas na capital catarinense. Todavia, tal manifestação não foi suficiente para que tramitasse o Projeto de Lei do Passe-Livre, de autoria de um parlamentar do PT, na Câmara de Vereadores. “Esses primeiros anos da Campanha pelo Passe-Livre em Florianópolis marcaram a trajetória da JR e da própria campanha no sentido de apostar na, e lutar por uma, independência e autonomia (LIBERATO, 2006, p. 220).”

Entretanto, num período nada distante, a luta pelo passe livre envolveria conflitos internos na organização. Segundo Liberato (2006), em princípio, o movimento se declarava apartidário e independente, embora aceitasse membros filiados à partidos políticos. O objetivo seria a conquista do passe livre independentemente da ideologia. Assim, o movimento chegou a reunir desde militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) até os partidários do Partido da Social Democracia Brasileira. Todavia, em algumas ocasiões, militantes partidários utilizaram propaganda de suas legendas. Diante disso, a própria JR (corrente do PT) decidiu apostar nos setores independentes da juventude. Foi a partir daí, que segundo os próprios, que a campanha deu um salto significativo. Todavia, dirigentes da corrente resistiram ao fato, o que acarretou conflitos internos e gerou dissidências. Parte do grupo deixou a organização para fundar a Juventude Revolução Independente, organização não pertencente a partido político. A partir daí, houve maior aproximação com setores anarquistas e estudantes secundaristas sem doutrina política definida (LIBERATO, 2006).

Em agosto de 2003, um fenômeno iria despertar a atenção do Movimento Passe-Livre em Florianópolis. Por mais de três semanas, milhares de estudantes ocuparam as ruas de Salvador, contra o aumento das tarifas de ônibus. Conhecido como *Revolta do*

Buzú, o movimento foi caracterizado pela independência dos estudantes em relação a partidos políticos e entidades estudantis (LIBERATO, 2006). Embora os protestos não tivessem sido suficientes para reverter o aumento da tarifa, representaram uma grande inspiração para a Campanha pelo Passe-Livre de Florianópolis e impulsionariam de uma série de revoltas contra aumentos de tarifas em várias cidades brasileiras nos anos seguintes, protagonizadas por estudantes.

Foi a partir daí, que o MPL retomou suas atividades em Florianópolis, em 2004, a partir da exibição do documentário *Revolta do Buzú* em diversas escolas, tendo supostamente atingido um público de mil pessoas. Ao mesmo tempo a JRI/Passe Livre se articulava para impulsionar a resistência a um previsto aumento de tarifas.

Com o aumento da tarifa em junho do mesmo ano, houve protesto por uma semana e meia que reuniu milhares de jovens, em sua maioria estudantes secundaristas. O evento reuniu uma juventude diversificada, composta tanto por alunos de escolas públicas quanto de particulares (INÁCIO, 2008). Também contou com a adesão dos pais dos estudantes. Apesar da forte repressão policial manifestações conseguiram reverter a tarifa para o preço anterior. Tal ato ficou conhecido como *Revolta da Catraca*. Para Liberato (2006), o caráter autonomista da organização e as assembleias de rua foram decisivas para a concretização deste fenômeno.

Em 2004, além da *Revolta da Catraca*, houve passeatas nas pontes que ligam a ilha de Florianópolis ao continente. Tal ação teve repercussão nacional (INÁCIO, 2008).

Em maio do ano seguinte, houve a segunda *Revolta da Catraca*. O MPL voltou às ruas de Florianópolis para exigir a redução das tarifas do transporte público. Entretanto, o Estado respondeu às reivindicações com violência policial. Nas ruas, pessoas foram feridas e presas. Apesar disso, a redução da tarifa foi cedida e o movimento teve desdobramentos nacionais.

No Rio de Janeiro, um projeto de iniciativa popular, que reuniu 20 mil assinaturas, desembocou na aprovação da Lei do Passe Livre pela Câmara de Vereadores em 2004. Para tanto, houve diversas manifestações na capital fluminense.

Cabe ilustrar que uma primeira tentativa em estabelecer um Movimento pelo Passe Livre Nacional se deu no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre. Segundo Liberato (2006), os princípios do MPL, pautaram-se na independência, apartidarismo e autonomia. Ficou estabelecido que o dia 26 de outubro foi seria a data do Passe Livre (INÁCIO, 2008). Foi a partir daí que o movimento ganhou impulso e

atualmente atua em catorze cidades (Curitiba, Florianópolis, Fortaleza/ Maracanaú, Joinville, Rio Branco, Salvador, Santos, São Paulo, Campinas, Goiânia, Aracaju, Blumenau, Distrito Federal e Porto Alegre).

Em Belo Horizonte, por exemplo, houve um movimento de ocupação urbana, denominado Ocupação Dandara, iniciado em maio de 2009, que foi protagonizado por jovens. Tal ação teve como objetivo a luta pela efetivação dos direitos à moradia e acesso a políticas públicas para a maioria da população. Segundo Martins (2016), a ocupação se deve a um processo de exclusão social em concomitância com a construção da própria cidade. Na mesma linha, David Harvey (2013) afirma que dentro deste processo há uma apropriação desigual do espaço. Miguel Baldez (2003), por sua vez, atenta para a dificuldade da consolidação da moradia em corresponder à função social da propriedade, prevista na Constituição Federal de 1988.

Raquel Rolnik (2013) acrescenta a inexistência de planejamento da mobilidade urbana e de transporte público é agravante do engarrafamento do tráfego de veículos, o que torna a vida das pessoas de classe popular restritas ao trabalho e à permanência em meios de transportes lotados. Assim, o aumento das passagens somado à apropriação do urbano – mediante afastamento das áreas nobres às classes populares pela especulação imobiliária (ROLNIK, 2013) – contribuíram para as ocupações (MARTINS, 2016).

No que diz respeito à organização do movimento de ocupação pelos jovens, houve mudança de comportamento se comparado aos períodos. Os debates e as questões ideológicas deixaram de ser prioritários no cotidiano daqueles jovens. Os coletivos se manifestaram de formas voláteis e dinâmicas, além de terem como marca a insurgência contra a ordem instituída e a política vinculada às instituições partidárias (SOUSA, 2014), produzindo assim novos significados para suas ações.

Dessa maneira, os mecanismos clássicos de participação (movimento estudantil, partidos políticos e sindicatos) já não são hegemonicamente únicos (ABRAMOVAY; CASTRO, 2009). Para Sousa (2014), os canais de participação proporcionados por essas experiências tradicionais inibem o exercício autônomo da própria participação ou não consideram as demandas dos jovens. Assim, essas insurgências juvenis (representam novos modos de organização da vida de negação institucional, ou seja, uma reinvenção de mecanismos sociais anti-institucionais numa luta contra-hegemônica. A partir daí, Martins (2016) supõe que os movimentos contemporâneos são espaços

onde os jovens encontram oportunidades de experimentar formas autônomas de participação.

Diante desse contexto, houve diversos conflitos intergeracionais (MARTINS, 2016). Sob perspectiva da incompletude, os jovens foram vistos pelos adultos como sujeitos despreparados para participar efetivamente da ocupação. Todavia, tal fato levou os jovens à adoção de novas estratégias. Logo passaram a exercer atividades em universidades, expressando a linguagem através do teatro, capoeira e percussão. Assim, a militância teve como um dos principais pilares a sociabilidade.

De acordo com Martins (2016), a militância passou a ser percebida pelos jovens da ocupação como mudança de concepção de si e do mundo. Isso significa a conscientização da necessidade dos indivíduos em intervir e mudar a sociedade da qual faz parte, conciliando o desejo individual com o bem comum. Houve também mudança das vidas dos envolvidos, não apenas da postura perante à sociedade, como também na construção identitária e na relação familiar. “A militância também passa a ser compreendida como formativa do sujeito, que por meio de conflitos e reflexões, toma consciência de si e do mundo (MARTINS, 2016, p.211).”

Por outro lado, Martins (2016) aponta que parte considerável dos jovens perderam empregos ou tiveram seus estudos prejudicados em função da militância.

3.2. As Jornadas de Junho

Retomando o tema do transporte público, foi a partir de junho de 2013 que os protestos protagonizados por movimentos de juventude contemporâneos adquiriram visibilidade midiática. Para Cardoso e De Fatima (2013), os protestos tiveram início em fevereiro, quando o Movimento Passe Livre, através do *Bloco de Luta por um Transporte Público*, reuniu cerca de 200 pessoas nas ruas de Porto Alegre, contra o aumento da tarifa de ônibus, que teria sofrido reajuste na semana seguinte. Mesmo com a decisão da Justiça em anular o aumento, os protestos tiveram continuidade, com as comemorações tendo reunido 3,5 mil pessoas (na contagem da Polícia Militar) e 10 mil (na contagem do *Bloco de Luta*). Os autores acrescentam que, nos meses seguintes, houve diversos nas ruas e mobilização nas redes sociais, na luta contra o aumento do transporte em vários estados do Brasil.

Já em São Paulo, os protestos iniciaram no dia 3 de junho e foram convocados pelo MPL (SCHERER-WARREN, 2014). A truculência da polícia militar paulista contra os manifestantes foi decisiva para a multiplicação dos protestos por todo o país em meados de junho. Ao perceber a violência do Estado contra manifestantes que tinham reivindicações em comum, como a mobilidade urbana, a população decidiu ir para as ruas, não apenas protestar contra o aumento da tarifa do transporte público, mas também lutar a má qualidade dos serviços públicos, especialmente transportes, saúde, educação e segurança pública (GOHN, 2014). “Nesse momento, o repúdio à repressão legitimada pelo Estado, por um lado, e a solidariedade à liberdade de expressão da cidadania, por outro, formaram o mote para a ampliação das manifestações em todo o país (SCHERER-WARREN, 2014, p. 419)”.

Ao mesmo tempo em que os manifestantes expressavam solidariedade também, sobrava espaço para momentos de hostilidade. Segundo Scherer-Warren (2014), havia divergências quanto ao sistema político-partidário, que ia desde pessoas que defendiam a presença de bandeiras de siglas partidárias aqueles totalmente contrários à sua presença na praça pública.

As estratégias de atuação política também divergiram manifestantes em alguns momentos. Alguns defendiam o protesto simbólico, mas sem violência e/ou ato de vandalismo; outros eram adeptos da tática *Black Bloc*, que não apresenta uma pauta explícita publicamente, nem uma adequação de sua pauta internacional genérica ao Brasil (SCHERER-WARREN, 2014).

Gohn (2014) afirma que, de maneira geral, as jornadas de junho significaram uma nova forma de movimento social, caracterizado pela participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas de organizações tradicionais, sobretudo partidos e sindicatos. Não houve carros de som ou batuques. “Na estética individual, predomina o preto, máscaras de gás ou outras (como a de Guy Fawkes, do Anonymous), e eventuais piercings (GOHN, 2014, p.432).” Trata-se de um movimento social completamente diferente dos movimentos clássicos (operário, sindical, agrário); ou dos movimentos que lutaram contra a ditadura militar na América Latina, com apoio dos setores progressistas, como a Teologia da Libertação; e também dos chamados “novos movimentos sociais” da metade do século XX (GOHN, 2016).

Moreira e Santiago (2013), por sua vez, frisam que os protestos ocorridos nesse período abarcaram os mais diferentes agrupamentos políticos, tendo como principal característica a participação de cidadãos e cidadãs não inseridos nos tradicionais movimentos sociais. Os autores também apontam para a ausência de uma direção ou liderança única e de liderança de movimentos sociais.

De acordo com André Singer (2013), existem dois pontos de vista sobre as jornadas de junho: o primeiro presume que há predominância dos segmentos de classe média; o segundo pressupõe a emergência do chamado precariado, “a massa formada por trabalhadores des- qualificados e semiqualiificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho” (BRAGA, 2012). A partir disso, Singer (2013) sugere uma terceira hipótese, que identifica tanto a predominância de setores de classe média, inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional; quanto a ascensão do precariado, que, apesar de sua inserção no mercado de trabalho na primeira década do século XXI, possui baixa remuneração e más condições de trabalho, além da alta instabilidade e rotatividade.

Segundo Scherer Warren (2014), não houve hegemonia de apenas uma ideologia ou utopia. O que uniu os manifestantes foi o sentimento de descontentamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes questionando assim o sistema da democracia representativa (MOREIRA; SANTIAGO, 2013). Nogueira (2013) frisa que ao se sentir excluída da arena política decisória, a população foi à ruas, buscando o reconhecimento e, por conseguinte a inserção e participação dos rumos da política em todos os âmbitos. Também foram frequentemente repudiados os excessivos gastos públicos para a Copa do Mundo, que seria realizada no país em 2014, em detrimento dos investimentos na educação e na saúde (MARTINS, 2016).

Para Ermínia Maricato (2013), os protestos de junho estão relacionados ao direito à cidade. Segundo a autora, com os programas de habitação e saneamento iniciados no final da primeira década, as cidades se orientaram em uma direção desastrosa. Embora se buscasse, num primeiro momento, uma política urbana em conformidade, na prática, a especulação imobiliária prevaleceu. Como consequência, as zonas costeiras da cidade deram lugar a altos edifícios, como os resorts. Dentro disso, as populações de baixa renda foram empurradas para moradias distantes dos centros urbanos.

Ainda no que se refere ao direito à cidade, Maricato (2013) aponta para a política federal de incentivo ao crédito para aquisição do carro próprio. Tal medida culminaria na maior precarização do transporte público e, conseqüentemente, na maior dificuldade de mobilidade urbana.

Também convém salientar que as jornadas de junho acontecem em meio a uma onda de protestos em várias partes do mundo, como por exemplo, a luta contra a desigualdade socioeconômica, através do Occupy Wall Street, nos EUA (FILHO, 2015). Ademais, nesse período, houve a Primavera Árabe, na qual manifestantes lutaram contra regimes ditatoriais em países do Oriente Médio como Egito, Síria, Tunísia e Iêmen. Embora haja diferenças entre os contextos políticos, sociais, culturais e econômicos, para Castells (2012), esses movimentos têm em comum o sentimento de empoderamento, principalmente diante das medidas autoritárias governamentais.

Segundo Scherer-Warren (2014), as últimas manifestações de junho foram muito mais reativas ao status quo social ou político na sociedade brasileira do que propriamente propositivas ou transmissoras de utopias bem definidas para a mudança social.

Também podemos destacar a presença da Mídia Ninja (SCHERER-WARREN, 2014), originada a partir da luta pela democratização dos meios de comunicação. Composto sobretudo por jovens, o coletivo midiativista, através de uma organização mais horizontal de trabalho denominada *Fora do Eixo*, teve forte aproximação com os movimentos de rua.

Para Alfonsin, Goldenfum, Rocha, Siufi, Cazanova, Ribeiro, Vivian e Guimarães (2015):

“Em uma análise retrospectiva, sete características interligadas merecem ser destacadas como importantes para a compreensão dos eventos de junho de 2013 no Brasil: (i) a articulação em rede e marcada pela horizontalidade; (ii) a ausência de lideranças porta-vozes únicos do movimento; (iii) o dado de que a reivindicação “gatilho” das manifestações - o valor da tarifa de ônibus - está intrinsecamente vinculada ao direito à cidade; (iv) a progressiva diversificação de pautas; (v) a surpreendente adesão de diferentes setores sociais aos eventos convocados pelas redes sociais; (vi) o caráter nacional, considerando que manifestações foram observadas em mais de 200 cidades brasileiras; (vii) a força simbólica dos eventos de rua, capaz de arrancar

respostas dos poderes públicos em diferentes esferas de governo (ALFONSIN et al., 2015) p. 72-73”.

Outro fator que representou um divisor de águas é a substituição dos panfletos impressos pelas redes sociais como meios de divulgação dos protestos (ALFONSIN et al, 2015).

Após junho de 2013, não houve mobilizações de massa significativas. Os atos foram bastante pontuais, voltados para questões específicas como *Não Vai Ter Copa*, ocupações urbanas, greve de profissionais da educação pública, entre outros (GOHN, 2016). Cenas de violência protagonizadas pela polícia e pelos Black Blocs, levaram a criminalização de vários participantes dos protestos, e o refluxo das manifestações.

Embora o debate acerca das políticas sociais (saúde, educação, mobilidade urbana, políticas de gênero, geracionais, políticas de promoção da igualdade racial, entre outras) fossem razoavelmente consensuais, os temas foram abordados de maneira bastante genéricas, o que inviabilizou os possíveis embates de opinião e ideologia (GOHN, 2016).

Em 2014, época da Copa do Mundo, os atores que entraram em cena em junho de 2013 continuaram atuando nas redes sociais e participaram de atos denunciando os gastos do megaevento. Esses protestos não contaram com adesão da maioria da população.

Em janeiro de 2015, o MPL voltaria à cena política para protestar contra o aumento da tarifa do transporte público, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em São Paulo, os atos na Avenida Paulista reuniram entre 5 a 30 mil pessoas. No mês seguinte, houve atos em algumas regiões da periferia paulistana, como São Miguel Paulista, Pirituba e Campo Limpo. Os protestos, assim como junho de 2013, foram violentamente reprimidos pelo Estado. Todavia, não obtiveram a mesma visibilidade e adesão da maioria da população.

3.3. São Paulo e o pioneirismo nas ocupações secundaristas

A partir do segundo semestre de 2015, iniciaram os movimentos de ocupação das escolas estaduais por secundaristas, sobretudo de estudantes moradores de periferias, favelas e subúrbios. O movimento teve pioneirismo em São Paulo em outubro, quando o governo do estado anunciou, sem diálogo e aviso prévio, o programa

Reorganização Escolar, que visava o fechamento de dezenas de escolas e a unificação de ciclos de ensino sob o argumento de que os alunos aprenderiam melhor com o ciclo único (DE SORDI; MORAIS, 2016).

Buscando abertura de diálogo entre a Secretaria Estadual de Educação, o governo e a comunidade escolar, os secundaristas ocuparam as ruas de São Paulo. Dada a irreduzibilidade do governo do estado em dialogar, os estudantes alteraram a estratégia, passando a ocupar as escolas no início de novembro. Em poucos dias, foram aproximadamente ocupadas 220 escolas na capital e no interior do estado.

As ocupações das escolas representaram um divisor de águas ao inaugurar uma nova dinâmica, na qual os estudantes reivindicaram a participação ativa nos debates e nas decisões sobre os rumos da educação pública nos espaços institucionalizados.

Convém mencionar que a retórica dos meios de imprensa, pertencentes ao oligopólio midiático consistiu em desmoralizar o movimento. De acordo com os meios de comunicação hegemônicos, houve um “mal entendido” entre as partes do diálogo sobre o anúncio da Reorganização Escolar, e ainda os estudantes eram jovens e inexperientes para lidar com o tema da política. “Se até então eram tratados como desinteressados pelas escolas e pelo ensino, ao agirem, passaram a ser deslegitimados e sua ação foi vista como fruto de influência por ideias de movimentos sociais com pautas populares (DE SORDI; MORAIS, 2016, p. 30).”

Cabe destacar o papel dos estudantes na desconstrução acerca da retórica midiática através das redes sociais. Ademais, as estratégias de publicar fotos das ocupações, não serem entrevistados sozinhos, não responder questionamentos dos repórteres e apenas informar os assuntos pré-discutidos foram fundamentais para maior autonomia dos estudantes em divulgar suas pautas. Com isso, a imprensa passou a moderar a retórica em algumas de suas publicações, como substituir o termo “invasão” por “ocupação”, “lideranças” por “porta-vozes”; nos casos de violência policial nas manifestações ao invés de “confronto”, passou a utilizar “massacre/repressão”. “Tais alterações já haviam começado a serem cobradas publicamente pelos jovens nas jornadas de junho de 2013 e pareciam se concretizar com o movimento de ocupações das escolas (DE SORDI; MORAIS, 2016, p. 31).”

O espaço das ocupações também propiciou debates sobre machismo, preconceito e corrupção. Tal fato gerou desdobramentos como o manifesto dos estudantes em Porto Alegre contra a determinação do comprimento dos shorts na escola, depoimentos de

estudantes LGBT e negros que sofrem preconceitos diários passaram a circular com maior adesão na internet. Além disso, os protestos contra desvios de verbas da merenda conhecidos como “máfia da merenda”⁴, contaram com adesão das torcidas organizadas de futebol (DE SORDI; MORAIS, 2016).

Em 2016, os estudantes paulistas organizaram uma série de atos pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a “máfia da merenda”. Um desses atos, no dia 28 de abril, resultou na ocupação do Centro Paula Souza, que administra o funcionamento das Faculdades Técnicas (FATECs) e das Escolas Técnicas (ETECs) do Estado de São Paulo, pela construção de bandejões gratuitos e vale alimentação em todas as escolas estaduais.

Quatro dias depois, a Polícia Militar invadiu o Centro Paula Souza na tentativa de reintegração sem mandado judicial. Após várias horas de invasão, os policiais foram obrigados a se retirarem em posição estratégica por uma estreita saída. Durante o cerco os estudantes realizaram uma assembleia aberta para debater suas ações, o papel e o caráter da Polícia Militar frente às demandas sociais, tudo isso em meio a tensão e cercados pelos policiais da tropa de Choque.

No dia 6 de maio, o governo do Estado obteve reintegração de posse e o processo envolveu violenta repressão da polícia militar, embora a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) tenha estabelecido a não utilização de armas letais ou menos letais. Aproveitando-se da ausência do secretário de Segurança Pública e do Conselho Tutelar, a polícia militar ainda proibiu a presença de advogados, imprensa e apoiadores.

Em meio à onda de manifestações, no dia 3 de maio, os estudantes ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em função da recusa do governo estadual em instalar a CPI da “máfia da merenda”.

No dia seguinte, o presidente da Alesp Fernando Capez decretou o isolamento do prédio, impedindo a entrada e saída de pessoas e o fornecimento de água e alimentos para o movimento de ocupação.

⁴ A Quadrilha do Merendão especializou-se em vender suco de laranja às escolas do estado e prefeituras de São Paulo por preço superfaturado. Um negócio lucrativo feito por meio de uma cooperativa agrícola que deveria adquirir o produto de pequenos agricultores, mas comprava de grandes empresas para baixar custos e inflar os ganhos em contratos fraudados com o poder público. (BEIRANGÊ, Henrique. Carta Capital, 28 fev. De 2016)

Após quatro dias de ocupação, os estudantes saíram da Alesp com garantia de audiências públicas e com a conquista das assinaturas necessárias para a abertura da CPI, que foi protocolada no dia 11 de maio. Por outro lado, a retirada dos estudantes se deu mediante determinação de multa no valor de R\$ 30 mil, medida considerada abusiva pela defensoria pública do Estado.

Segundo De Sordi e Morais (2016), o processo de ocupação das escolas de São Paulo apresentou diferentes características relacionadas ao movimento estudantil tradicional, visto que não houve sinais de adesão a partidos ou a disputa de cargos e de poder político institucionalizado. Os autores supõem que há maior identificação do movimento com perspectivas autonomistas, através da construção de coletivos ou organizações horizontais, sem líderes ou representantes hierarquicamente distintos. As atividades na escola pública envolveram rotinas básicas (limpeza, preparação de materiais de lutas e participação em assembleias).

Essa nova dinâmica das relações sociais propiciou aos estudantes transcenderem a luta contra o fechamento das escolas e, com isso, eles passaram a reivindicar novas formas de ensino e funcionamento do sistema educacional, que levassem em consideração a subjetivação, ou seja, a escola como espaço de atuação, de vivência, de sentimento e de experiência da comunidade.

A luta pelo cancelamento da reorganização escolar foi conduzida através de espaço de debates que não envolviam dogmas pedagógicos ou partidarismo. Isso permitiu a elaboração de seus próprios currículos, tornando a sala de aula em um espaço de diálogo acerca de assuntos que gostariam de debater.

A limpeza física dos prédios, a reorganização da ordem das carteiras, murais informativos com as tarefas e avisos, atitudes que indicam e promovem a democratização e a horizontalização do poder no âmbito dos espaços foram ações em comum entre as escolas ocupadas. Também podemos destacar a descoberta de recursos guardados na escola, com os estudantes divulgando fotos de limpeza dos laboratórios ou dos livros didáticos que nunca haviam sido apresentados aos alunos.

O movimento de ocupação em São Paulo não representou um rompimento com as estruturas tradicionais, mas sim um movimento de disputa e transformação que afastou de suas bases a participação direta de entidades estudantis, movimentos urbanos, do campo e partidos políticos para manter a possibilidade de educação a partir da negação de mudanças prejudiciais a si próprios (DE SORDI; MORAIS, 2016). Trata-se

de transformar a escola em espaço de liberdade, através da complementaridade entre objetivação e subjetivação.

Convém destacar que a convivência e as atividades formativas despertaram novas visões de mundo acerca de temas de diversidade sexual e igualdade de gênero (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). O protagonismo das mulheres, sobretudo, nos atos de violência policial, foi significativa (MORAES; XIMENES, 2016).

As ocupações nas escolas de São Paulo teriam desdobramentos em Goiás, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

3.4. Goiás: ocupações em meio às OSs

Em Goiás, o processo de ocupação das escolas estaduais tivera início em novembro de 2015. No início do mesmo ano, o governador Marconi Perillo expressou a intenção junto à sua equipe em flexibilizar a gestão da educação pública no estado. Assim como na saúde, o governador pretendia realizar uma gestão compartilhada com as Organizações Sociais, que administrariam os colégios sob supervisão e fiscalização do Governo, responsável por estabelecer metas e diretrizes de ensino (ANDRADE, 2016).

Todavia, a intenção do governo do Estado não envolveu diálogo sistemático com a comunidade escolar, o que levou a uma forte resistência de segmentos sociais quanto à política de educação pretendida. Dessa forma, os estudantes se organizaram para protestar por meio de atos de rua, reivindicando o adiamento da implementação do projeto – prometido para o início de 2016 - e um processo de deliberação mais participativo e transparente.

Ao não obter suas reivindicações correspondidas pela Secretaria de Educação, o Movimento Contra a Terceirização do Ensino alterou sua estratégia, ocupando a Escola Estadual José Carlos de Almeida (JCA) em dezembro de 2015. O JCA foi escolhido estrategicamente por causa da facilidade em se estabelecer a ocupação. “Como estava desativado, não haveria pessoas contrárias ao Movimento que apresentasse resistência à ocupação. Além disso, a pauta da sua reativação era forte e poderia trazer visibilidade ao Movimento (ANDRADE, 2016, p. 11).”

Por outro lado, a desativação não permitiu que o JCA como único ponto de ação confrontiva, visto também que não havia uma quantidade suficiente de pessoas para se

estabelecer um diálogo sobre as causas. De forma isolada, não incomodaria o Governo e não seria efetivo.

Em seguida, foram ocupados o Colégio Robinho Martins de Azevedo e o Lyceu de Goiânia. A ocupação do Instituto Estadual de Goiás (IEG), localizado na região central de Goiânia que deu visibilidade ao movimento que, a partir daí, teria como mote a frase “4 dias 4 escolas ocupadas” (ANDRADE, 2016).

Mas foi a partir do sexto dia que um enorme salto foi dado para as pautas do movimento, que a partir de então, passou a se identificar como secundarista. Com mais cinco com escolas ocupadas, as reivindicações se estenderiam para o interior do Estado através da Escola Polivalente Frei Beto, em Anápolis.

A resposta imediata do governo estadual foi a repressão policial e o corte de água e energia das escolas ocupadas. Por outro lado, essa ação serviu como argumento para pautar e publicitar a luta contra os OSs (ANDRADE, 2016).

Foi a partir daí que o movimento de ocupação cresceu e se alastrou pelo Estado como uma onda, tendo atingido 28 escolas no final de janeiro de 2016. Tal fato foi fortalecido pela divulgação das pautas por meio das redes sociais e pela ampliação do engajamento de seu público. As panfletagens, debates abertos e atividades culturais, por outro lado, impulsionariam ainda mais o contínuo interesse da sociedade em se envolver em suas ações políticas.

Quanto à organização das ocupações, o movimento desde o início, assentou-se em perspectivas de horizontalidade, autonomia e autogestão. “Mais dinâmica e flexível, assume a pluralidade individual dos integrantes do grupo, estabelecendo critérios democráticos para a deliberação em assembleia (ANDRADE, 2016, p. 17).” Cada ocupação de escola constituía um movimento dotado de autonomia para decidir suas regras de funcionamento interno.

A organização interna das ocupações dos colégios era baseada na divisão de pessoas por comissões, que realizavam funções específicas, de modo que todos que estavam presentes participavam da gestão interna.

Todavia, houve divergências internas no movimento quanto à participação de movimentos sociais e partidos políticos nas ocupações, o que as tornou heterogêneas. Enquanto as ocupações de colégios centrais da cidade foram tomadas por setores autonomistas, vários colégios da periferia de Goiânia tiveram as ocupações encaminhadas por grupos associados a instituições como a União Brasileira de

Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). A organização da deliberação em assembleias também variava de acordo com a escola. Em algumas ocupações, apenas os secundaristas tinham direito ao voto nas decisões do movimento; em outras, apoiadores também votavam, mas secundaristas tinham maior peso no voto; e nas demais, todos votavam com o mesmo peso, mas a condução da mesa era feita por secundaristas.

Com o passar do tempo, os estudantes não secundaristas ganharam força no movimento. Essa tensão ideológica inicialmente não apresentava atritos formais, de modo que a estratégia de realocação de pessoas entre Colégios para melhorar a segurança das ocupações - principalmente durante atos de rua simultâneos - era realizada sem maiores problemas (ANDRADE, 2016).

Ademais, o sentimento de pertencimento a uma ideologia de grupo superou as diferenças organizativas do mesmo. Autonomistas e partidaristas se uniram e juntos conquistaram parte considerável das reivindicações.

Mesmo com o processo de desocupação violento promovido com o governo do Estado, os estudantes asseguraram demandas internas e específicas às escolas, como criação de grêmios estudantis, núcleos de estudantes para fiscalização escolar e testemunhos escritos de que as escolas não seriam terceirizadas após as desocupações.

Também os secundaristas obtiveram sucesso no adiamento do edital das OSs. Sem contar que o movimento adquiriu reconhecimento e respaldo da sociedade e instituições educacionais como Universidades e Ministério da Educação em 2015 (ANDRADE, 2016).

Além disso, começou a pautar a sociedade, o Governo e os próprios participantes sobre os modelos de educação que desejavam: mais participativo, colaborativo, horizontal e igualitário. “Essa separação por comissões era interessante no sentido de que otimizava o trabalho interno das ocupações, sem perder a característica da horizontalidade, afinal nenhuma comissão funcionava através de integrante único que pudesse representar algum tipo de liderança (ANDRADE, 2016, p. 19).”

Do mesmo modo, o Movimento Secundarista continua ativo, promovendo atos e assembleias, no intuito de garantir uma unidade mais coesa e potente para os próximos capítulos dessa história.

3.5. Ocupações no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, fatores como parcelamento salarial dos servidores, atrasos nos repasses dos valores das merendas escolares, sucateamento das infraestruturas das escolas, projetos de terceirizações que ameaçavam a lei de gestão democrática da escola pública foram determinantes para a onda de ocupações das escolas no estado (ALVES; RIBEIRO, 2016).

As ocupações tiveram início a partir de maio de 2016, a começar pela capital e, posteriormente estender-se para diversas regiões, especialmente nas grandes cidades, como Santa Maria, Bagé, Pelotas e Passo Fundo.

Em meio a isso, correlação de forças entre Secretaria de Educação (Seduc), Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), direções de algumas escolas e parte das comunidades escolares voltou-se contra as ocupações. Há relatos de violência policial, corte de mantimentos, proibição da utilização dos espaços da escola, assédio moral e falta de espaços para diálogo com os gestores (ALVES; RIBEIRO, 2016).

Por outro lado, a ocupação obteve apoio significativo de diversos setores da sociedade, seja na manutenção das escolas ocupadas (alimento, agasalho, material de limpeza, entre outros), ou também nos subsídios de atividades intelectuais diversas (oficinas, palestras e rodas de conversas). Cabe destacar o respaldo do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA/RS).

Durante o processo de ocupações, cada escola elaborou uma pauta de necessidades, em geral ligadas à precariedade dos prédios e das instalações, falta de merenda escolar adequada, falta de professores nomeados, resolução do problema de professores formados em uma disciplina lecionando outras disciplinas em caráter precário, falta de atividades extraclasse, pobreza de acervo nas bibliotecas, ausência de segurança no entorno escolar implicando vulnerabilidade dos alunos e professores e acarretando abandono do ano letivo e atraso nos repasses das verbas trimestrais feitos pela SEDUC (SEFFNER, 2016).

Podemos destacar também no movimento os cartazes contra a retirada dos temas de gênero. O feminismo das jovens protagonistas das ocupações mostrou um aspecto vivencial muito forte.

3.6. Rio de Janeiro: as ocupações em meio à greve docente

No Rio de Janeiro, as ocupações tiveram início em 21 de março de 2016. Em meio a greve de professores e demais funcionários, que reivindicavam melhores condições de trabalho, os estudantes tomaram as instalações do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes. Trata-se de um grupo composto por filhos de cozinheiras, pedreiros, faxineiras, costureiras ou desempregados que já perderam aulas de algumas disciplinas por falta de professor ou que assistiram a aulas de olho na mesa do lado por falta de livros⁵.

Durante a ocupação, foram encontrados diversos livros didáticos de disciplinas em salas trancadas, onde os alunos nunca puderam ter acesso em função da negligência da comunidade escolar⁶.

Outra queixa repousava-se na prova denominada Saerjinho, que era aplicada aos alunos para ranquear as escolas em termos de qualidade. De acordo com os estudantes, o nível da prova é muito baixo e os professores apenas são promovidos caso a escola suba posições no índice de avaliação⁷. Dentre as pautas secundaristas, estavam incluídas: recontração de porteiros e inspetores demitidos em decorrência do corte de gastos públicos, gestão mais participativa da escola, disponibilização do laboratório de química e também a melhoria salarial dos professores (apoio à greve docente no mesmo período)⁸.

No tocante às ocupações do Rio de Janeiro, é importante observar a quantidade expressiva de ocupações em escolas situadas em bairros de classes populares, conforme descrito na tabela a seguir.

⁵ http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/08/politica/1460123788_119886.html?rel=mas, acessado em 10/03/2017.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

RELAÇÃO DAS ESCOLAS OCUPADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Colégios Estaduais	Bairro	Período de Ocupação	Metropolitana /Abrangência
CE Prefeito Mendes de Moraes (1º Colégio Ocupado)	Ilha do Governador	22 de março	
CE Heitor Lira	Penha		
CE Gomes Freire de Andrade	Penha		
CE Stuart Angel Jones	Senador Camará		
CE Compositor Luiz Carlos da Vila	Manguinhos		
CE Chico Anysio	Andaraí		
CE Clóvis Monteiro	Higienópolis		Metropolitana III
CE Visconde de Cairu	Méier		
CE Bangu	Bangu		
CE Herbert de Souza	Rio Comprido		
ETE Juscelino Kubitschek	Vigário Geral		
CE Hispano Brasileiro	Méier		
ETE JBM	Pq Califórnia		
CE João Salim Miguel	Bangu		
CE Antonio Houaiss	Méier		
CE David Capistrano	Niterói		
IEPIC	Niterói		
C.E. Mário Quintana	Campo Grande		
CE Nilo Peçanha	Zé Garoto		São Gonçalo
CIEP 335 Prof. Joaquim de Freitas	São Miguel		Arraial do Cabo
CE Edmundo Silva	Centro		Queimados
Ciep Brizolão 460 Thiophyla Braganca	Vila Canaã		Araruama
ETE Bacaxá	Bacaxá		Saquarema
CEJoPA	Campos		Campos
C.E. Souza Aguiar	Centro		

CE 20 de Julho	Vila Industrial		Arraial do Cabo
Ciep Brizolao 403 Prof ^a Maria de Lurdes Giovannetti	Açude II		Volta Redonda
CE Guanabara	Aterrado		Volta Redonda
CE Euclides Paulo da Silva	S.J. Imbassaí		Maricá
CE Francisco José do Nascimento	Ponta Negra		Maricá
CE Carlos Drummond de Andrade	Comendador Santos		Nova Iguaçu
CE Matias Neto	Centro		Macaé
CE Irineu Marinho	VI Centenário		Duque de Caxias
CE Dr. João Nery	Humb. Antunes		Mendes
CE Dr. Francisco de Paula Paranhos	Centro		Iguabá
CE Professor Alfredo Balthazar da Silveira	Parque São Jorge		Magé
CIEP 114 Maria Gavazio Martins	Vilar do Telles		S. João de Meriti
CE André Maurois	Leblon		Zona Sul
CIEP 175 José Lins do Rego	Comendador Soares		S. João de Meriti
CE Amaro Cavalcanti	Catete	Parcialmente Ocupado	Zona Sul
NAVE José Leite Lopes	Tijuca		
C.E. Coronel João Batista de Paula	Goytacazes		Campos
C.E. Sônia Regina Scudese	Brás de Pina		
Faeterj	Quitandinha		Petrópolis
I.E. Clélia Nanci	Brasilândia		São Gonçalo
CE DOM PEDRO II	Centro		Petrópolis
CE Leopoldo Fróes	Largo da Batalha		Niterói
C. E Prof Jamil El Jaick			Nova Friburgo
CE Elizário Malta	Centro		Maricá
CE Luiz Reid	Centro		Macaé
I.E. Professor Manuel Marinho	Vila Santa Cecília		Volta Redonda
CE Marieta da Cunha Silva	Bangu		
CE Miguel Couto	Centro		Cabo Frio
C.E. Paulo de Frontin	Tijuca		

CIEP 302	Jacuacanga		Angra dos Reis
I.E. Rangel Pestana	Centro		Nova Iguaçu
CE Monteiro de Carvalho	Santa Tereza		
C.E. Central do Brasil	Meier	Ocupado	Metropolitana III
Colégio Estadual Paulo Freire	Cachambi		
Colégio Estadual Dom Hélder Câmara	Engenho de		Metropolitana III
Colégio Estadual Barão de Aiuruoca	Centro		Barra Mansa
CE Prof. Aragão Gomes	Vila Wesley		Mendes
CE Prof. Vanilde Natalino Mattos	PQ. Aeroporto		Campos
CE Renato Azevedo	São Cristóvão		Cabo Frio
CEPAR	Badu		Niterói
CIAC Tiradentes	Centro		
CE Cinamomo	Nova Esperança		Rio das Ostras
E.T.E Oscar Tenório	Marechal Hermes		
E.T.E Visconde de Mauá.	Marechal Hermes		
ETE Adolpho Bloch	São Cristóvão		
ETE João Barcelos Martins	Pq Califórnia		Campos
Liceu de Humanidades	Retiro		Campos
ISEPAN	Turf Club		Campos
CIEP 295 Prof. Glória Roussim Guedes	Retiro		Volta Redonda
CIEP 179			São João de Meriti
ETE Santa Cruz	Campo Grande		
ETE República	Quintino		
ETE Santa Cruz	Campo Grande		
ETE República	Quintino		
CE João de Oliveira Botas			Cabo Frio
CE Pandia Calógeras			
CE Thiers Cardoso			Campos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado, autores como Abramo (2007), afirmam que os protestos anteriores estiveram associados diretamente à classe média, como nos anos 1960, a participação política esteve atrelada aos estudantes de classe média; por outro, foi observado durante este trabalho, que os movimentos populares, historicamente, estiveram a frente de vários embates. No primeiro capítulo, por exemplo, foi possível notar as lutas dos movimentos de favelas contra as remoções no Rio de Janeiro, que tiveram início a partir dos anos 1950, com a criação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), e seu auge nos anos 1960 e 1970, com a Federação de Associação das Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg). No segundo caso, a resistência da Fafeg não foi fundamental para que houvesse mais demolições, como também para as paralisações das remoções a partir de meados dos anos 1970 e a consequente urbanização de favelas como pauta dos poderes públicos a partir de então. No âmbito nacional, as associações de reivindicação de interesses populares tiveram expansão considerável em meados dos anos 1970 e 1980, e eram voltadas para as melhorias nos serviços públicos em regiões desfavorecidas (AVRITZER, 2012).

Todavia, somente mais recentemente, os movimentos populares adquiriram maior visibilidade da mídia e também da sociedade. Durante a escrita, foi possível observar no Rio de Janeiro a denúncia dos movimentos de favelas em relação à violência do Estado diante de sua população. Também no Rio de Janeiro, as remoções mais recentes nos subúrbios, favelas e periferias também foram denunciadas por movimentos de resistência locais. Também podemos destacar a greve dos garis em 2014. Mas foi, sobretudo, o fenômeno de ocupações secundaristas no Brasil teve protagonismo significativo de jovens das classes populares. A partir dessas constatações, é possível inferir que os movimentos populares estiveram à frente da luta, todavia, só adquiriram visibilidade recentemente.

No decorrer deste trabalho, foi possível observar que, durante muitos séculos, boa parte da população encarou as políticas sociais como um favor do Estado e não como obrigação ou direito próprio, em função dos três séculos de colonialismo (CARVALHO, 2002). Ademais, supostamente, muitos resumiam a concepção participação política ao voto a cada dois anos e, encaravam o protesto como obstrução do direito de ir e vir do trabalho para a casa e vice-versa.

Com a emergência do movimento de junho de 2013, podemos inferir que há um processo de mudança de concepção e a política passou a ser compreendida como ato de participar e intervir nas decisões governamentais, através de protestos e assinaturas ou pressões pelas redes sociais. Além disso, passou-se a entender as políticas sociais de Estado como direito e obrigação e, não mais como benesse. As manifestações de junho de 2013 serviram de fomento para que muitos jovens dessem conta de que a democracia presume a participação da população nas decisões dos rumos da sociedade (ALVES; RIBEIRO, 2016).

Também podemos supor que a luta pelo passe-livre desde o início desse século estimulou o processo mudança de concepção sobre política. Conforme verificamos no terceiro capítulo, as ocupações nas ruas pelo passe-livre surtiram efeito, como a entrega de abaixo-assinados, sua aprovação em várias capitais e transcendeu estudantes de escolas públicas, contando com a adesão de professores, pais e alunos de colégios particulares.

Apesar das políticas de juventude a partir dos anos 1990, do aumento da escolarização e da melhoria na distribuição de renda, a juventude foi em massa para as ruas em função de um mal estar provocado pelas contradições das políticas sociais. Apesar dos avanços, perduram até hoje a precarização dos serviços públicos (saúde, educação e saneamento); a negligência da mobilidade urbana, provocada pela falta de manutenção e encarecimento dos serviços públicos (ROLNIK, 2013), além da especulação imobiliária, que vem empurrando as camadas populares dos centros para as periferias (regiões com precariedade em infraestrutura e serviços públicos). Maricato (2013) reforça que, a partir das políticas de habitação iniciadas no final da primeira década do século XXI, as cidades se orientaram em uma direção desastrosa. As cidades se tornaram paraísos para a especulação imobiliária e, conseqüentemente, houve políticas urbanas de desequilíbrio ambiental, que resultou na demolição de zonas costeiras, dando lugar a altos edifícios, como os resorts. Ademais, a política de incentivo ao consumo do carro próprio pelo governo federal prejudicou ainda mais a questão da mobilidade urbana, culminando ainda mais na precarização do transporte público. Somado a esses fatores, o aumento da tarifa do transporte público contribuiu para a emergência das manifestações de massa no Brasil em junho de 2013.

Vale ressaltar também que os jovens vêm sendo os mais atingidos pelo desemprego. Além disso, informalidade, dificuldade inserção nos postos laborais mais

precários e dos contratos temporários/rotatividade nos empregos vem permeando a vida da juventude contemporânea.

Ainda no referente a junho de 2013, Singer (2013) assinala que há teses de autores que pressupõem a emergência do chamado “precariado”, a massa formada por trabalhadores des-qualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho”. O autor acrescenta que tanto a predominância de setores de classe média, inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional; quanto a ascensão do “precariado”, que, apesar de sua inserção no mercado de trabalho na primeira década do século XXI, possui baixa remuneração e más condições de trabalho, além da alta instabilidade e rotatividade.

Outro fator que pode ser atribuído as manifestações de junho de 2013 no Brasil é de ordem internacional. É importante ressaltar que, no início do século XXI houve onda de protestos em várias partes do mundo, como por exemplo, a luta contra a desigualdade socioeconômica, através do Occupy Wall Street, nos EUA (FILHO, 2015). Ademais, nesse período, houve a Primavera Árabe, na qual manifestantes lutaram contra regimes ditatoriais em países do Oriente Médio como Egito, Síria, Tunísia e Iêmen. Embora haja diferenças entre os contextos políticos, sociais, culturais e econômicos, para Castells (2015), esses movimentos têm em comum o sentimento de empoderamento, principalmente diante das medidas autoritárias governamentais.

Podemos também verificar que o maior acesso à informação propiciado aos jovens de hoje foram ferramentas fundamentais para a sua mobilização nas redes sociais e nas ruas. Além disso, o reconhecimento da adolescência no final do século XX, a irrupção da juventude em meados do século XX, as primeiras políticas públicas de juventude nos anos 1990, a ampliação das políticas inclusivas de juventude e o aumento da escolarização foram essenciais para a organização e mobilização dos jovens.

Por último, cabe mencionar a transformação da dinâmica dos movimentos de juventude contemporâneos. Se durante um bom tempo, predominou liderança de partidos e sindicatos nos coletivos de participação política (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009); a partir dos anos 1990, a horizontalidade vem prevalecendo nos coletivos emergentes. Segundo Sousa (2014), os canais de participação proporcionados por essas experiências tradicionais inibem o exercício autônomo da própria participação ou não consideram as demandas dos jovens. Diante disso, os jovens têm visto, de perto,

oportunidade de participação autônoma e protagonismo nos coletivos contemporâneos (MARTINS, 2016).

Os debates e as questões ideológicas deixaram de ser prioridades nesses movimentos. Assim, o engajamento político dos jovens não vem se materializando à revelia do processo sócio-histórico, mas sim emerge a partir da realidade social trazida pelas adversidades contemporâneas. Como exemplo, podemos citar a luta pela diminuição das tarifas de transporte público em junho de 2013. Também no mesmo período houve lutas contra a “cura gay” e a PEC 37. Também, durante as ocupações secundaristas, não predominaram os debates acerca do sistema macro político e econômico. Foram mais abordadas as questões mais urgentes da escola como o aumento da carga horária das disciplinas de Filosofia e Sociologia, a elaboração de um novo currículo escolar, os debates de gênero, raça e diversidade sexual, a melhoria dos salários dos professores, a melhoria na qualidade do ensino, entre outras.

A partir das constatações acerca do trabalho, suponho que há urgência na reinvenção e reformulação nas instituições públicas e sociais, na maneira de fazer política. Faz-se necessário pensar um sistema que caminhe para além da institucionalidade, reforçando a democracia direta, possibilitando uma compreensão melhor das instituições sobre os principais problemas que emergem na atualidade. Assim, a dinâmica da verticalidade e da representatividade (democracia delegativa) vem se encontrando engessada na política atual. Concluindo, as manifestações contemporâneas, supostamente, vêm exigindo maior participação na elaboração, formulação e execução nas políticas de amplo interesse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. V.5 e 6, p.25- 38, 1997.

_____. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. *Estado da questão do Brasil*. In: Juventude e reintegração sul-americana: caracterizações e situações-tipo e organizações juvenis. Relatório Nacional do Brasil, 2007.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude*. Brasília: RITLA, 2009.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WASELFISZ, Julio Jacobo. *Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?* Brasília/DF: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2015.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. *Introdução*. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). *Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira*. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

ALFONSIN, Betânia de Moraes et al. *As manifestações de junho de 2013, o processo de construção dos direitos de cidadania no Brasil e o direito à cidade*. In: Revista de Direito da Cidade, v. 7, n. 1, 2015, p. 71-90.

ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2009.

ALVES, Aline Aparecida Martini; RIBEIRO, Max Elisandro. *As ocupações das escolas estaduais no Rio Grande do Sul: o que a juventude tem a ensinar sobre democracia*. 2016. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

ANDRADE, Diego Prado Fleury de. *A ocupação enquanto estratégia de ação política do movimento secundarista em Goiânia*. Monografia (Graduação em Ciência Política). Universidade de Brasília, 2016.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; FARAH NETO, Miguel. *Texto do Curso de Aperfeiçoamento Educação de Jovens e Adultos para a Juventude - Unirio - Mec/Secadi Renafor*, 2014.

ANDRADE, Eliane Ribeiro de; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. *Perfil dos Alunos do ProJovem Urbano: um estudo a partir do Survey 1 – 1ª entrada*. Agosto de 2009.

ARAUJO, Maria Silvia M.de. *As práticas de execução do programa cada família, um lote*. Rio de Janeiro: Mémoire de DEA, UFRJ/Ippur, 1988.

ARROYO, Miguel. *Os jovens, seu direito a se saber e o currículo*. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política*. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luis Aureliano G.de. *Habitação e poder. Da fundação da casa popular ao Banco Nacional da Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.

BAQUERO, Marcelo. 2003. *Construindo uma outra sociedade: o papel do capital social na estruturação da política participativa no Brasil*. *Revista de Sociologia e Política*, 21: 55-68.

BOSCHI, Renato. *A arte da associação*. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à ideologia lulista*. São Paul, Boitempo, 2012.

BRUM, Mario. *Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

_____. *Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos*. In: *O Social em Questão*. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, Ano XVI, n. 29, abril de 2013, pp. 179-207.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários ao Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (Orgs.). *Um século de favela (5ª Ed.)*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e; KANSO, Solange. *Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros*. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

CAMPOS, A.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna.)

CARDOSO, Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. *Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou?* *Dossiê Mídia, Intelectuais e Política*, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 143-176, maio/ago. 2013.

CARLOS, Euzineia; SIVA, Marta Zorzal e. *Associativismo, participação e políticas públicas*. In: *Política & Sociedade*, v. 5, p. 164-194, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASAL, Joaquim et al. *Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de la juventude desde la perspectiva de la transición*. *Papers*, 79 (2006), pp. 21-48

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignación y Esperanza*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

CASTRO, Henrique Carlos de; REIS, Fernanda Teixeira. *Participação política no Brasil no século XXI: mudanças e continuidades*. In: Teoria & Pesquisa, Revista de Ciência Política, vol. 21, n. 2, p. 20-33, jul./dez. 2012.

CAVALLIERI, Paulo F. *Favelas cariocas. Mudança na infra-estrutura*. In: IPLANRIO. 4 estudos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Planejamento, 1985, p. 18-35.

CEPAL-OIJ. *La juventud en Iberoamérica*. In: Tendencias y urgencias. Segunda edición. Santiago de Chile, 2007.

COELHO, Lígia Martha C. *Sobre o conceito de cidadania: uma crítica a Marshall, uma atitude antropofágica*. In: COELHO, Lígia Martha C. et. al. Cidadania/Emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*, Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão, Novembro/2015.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. *Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela*. Dilemas: Revista de Estudos do Conflito e Controle Social. Vol 4, nº 3, jul/ago/set, 2011.

DE SORDI, Denise Nunes; MORAIS, Sérgio Paulo. *Os estudantes ainda estão famintos!: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil*. Religación. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, v. I, p. 25-43, 2016.

ESCOREL, Sarah. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.

FAUSTO NETO, Ana Maria Q. *Le bidonville, ombre et miroir de la ville. Les contradictions de l'autorité dans les favelas de Rio de Janeiro*. In: MONNET, Jérôme. L'urbanisme dans les Amériques. Paris:> Karthala, 2000, p. 179-196.

FEIXA, Carles. *De Jovenes, Bandas y Tribus: Antropología de La Juventud*. Barcelona: Editorial, 1999.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Nacional, 1967.

FILHO, Mário Helder de Sousa Alves. *Passe Livre, jornadas de junho e comunicação no contexto dos movimentos sociais*. In XVII Congresso de Ciências da Comunicação, Natal, 2015.

FORACCHI, Marialice. *Juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

FRANCO, Marielle. *UPP: a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo; Universidade Federal Fluminense, 2014.

- FRANZESE, Cibele. *Mudanças recentes no Estado brasileiro: a reforma do modelo nacional desenvolvimentista - entre a garantia de direitos e a abertura do mercado*. In: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (Org.). *Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira*. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI*. In *Revista Brasileira de Educação* v. 16, n. 46, 2011, pp. 235-254.
- GALLAND, Olivier. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand-Colin, 1997.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.
- _____. *A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais*. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014.
- _____. *Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena*. In: *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.
- GOIRAND, Camille. *Philantropes em concurrence ce dans les favelas de Rio*. In: *Critique International*, n. 4, Paris, Sciences Po, 1999, p. 155-167.
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.
- GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. *Golpe militar e remoções das favelas cariocas: revisitando um passado ainda atual*. In *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, pp. 209-226, jan./jun. 2014.
- HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOLLANDA, Cristina Buarque. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- INÁCIO, Ana Elise Cardoso. *Jovens em movimento: um estudo sobre o Movimento Passe Livre em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em educação. Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Favelas e Comunidade Política*. In: LEEDS, Elizabeth & TRINDADE, Nísia. *A sociologia do Brasil urbano* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Fiocruz, 2015.
- LEEDS, Elizabeth. *Cocaína e Poderes Paralelos na Periferia Urbana Brasileira: Ameaça à Democratização em Nível Local*. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um Século de Favelas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.at

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. *A guerra da tarifa*. Uma visão dentro do Movimento Passe Livre em Floripa. São Paulo: Faísca 2005.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2010), “Afimal, qual é a das UPPs?” Disponível (on-line) em: www.observatôriodasmetroplites.ufrj.br.

MANNHEIM, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: BRITO, Sulamita de. *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, v. 1, p. 69-94.

MARICATO, Ermínia. *É a questão urbana, estúpido!*. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Francisco André Silva. *Vivendo e aprendendo a jogar: dimensões formativas de experiências participativas de ação coletiva e militância de jovens em uma ocupação urbana em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado em Educação). Pós-Graduação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MARSHALL, T. H. A. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; XIMENES, Salomão Barros. *Políticas educacionais e a resistência estudantil*. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1079-1087, out.-dez. 2016.

MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. *Vem pra rua: os protestos de junho*. In: SOUSA, Cidival Morais de; SOUZA, Arão de Azevedo (Orgs.). *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

MOURA, Aline Beltrame de. *O discurso da cidadania em Marshall: a influência do modelo clássico na teoria jurídica moderna*. *Jurisvox* (Patos de Minas), v. 10, p. 22-34, 2009.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticas da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

NOVAES, Regina. *Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias*. In: ALMEIDA, Maria Izabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda. *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 105-120.

OAKIM, Juliana. *“Urbanização sim, remoção não”*. *A atuação da Federação de Associação das Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia; Universidade Federal Fluminense, 2014.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Da universalização do ensino fundamental ao ensino da qualidade: uma análise histórica*. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 661-690, out. 2007.

PAOLI, Maria Célia. *Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 .

PECHMAN, Tema. *A política de intervenção em áreas faveladas: o município do Rio de Janeiro – (1979-1981)*. In: VI Encontro anual da Anpocs. Nova Friburgo: Anpocs, 1982.

PEREGRINO, Mônica. *Trajetórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. *Juventude e escola*. In: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (Orgs.). *Narrativas juvenis e espaços público: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: UFF, 2014.

_____. *Juventude, escola e trabalho: uma aproximação é necessária*. Boletim CEDES, v. 35, p. 1-7, 2014.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *Aprendendo a ser jovem: a escola como espaço de sociabilidade juvenil*. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007.

PIMENTA, Melissa de Mattos. *“Ser jovem” e “ser adulto”: identidades, representações e trajetórias*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil; FARAH NETO, Miguel. *Demandas educacionais dos jovens brasileiros: alguns indicativos da 2ª conferência nacional de juventude*. In: PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ANDRADE, Eliane Ribeiro (Orgs.). *Juventude Contemporânea: Múltiplos Enfoques*. 1 ed. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2012, v. 1, p. 185-200.

POSENATO, Naiara. *A Evolução Histórico-Constitucional da Nacionalidade no Brasil*. In: DAL RI, Arno e OLIVEIRA, Odete Maria de (Orgs.). *Cidadania e Nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais, globais*. Ijuí: Unijuí, 2002.

RAMOS, Marise Nogueira. *O projeto unitário de ensino médio sob os princípios*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA (Orgs.) *Ensino Média: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira*. In: *O Social em Questão*. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, Ano XVI, n. 29, abril de 2013, pp. 23-42.

RICCI, Rudá. *Associativismo Paulistano e Cultura Ambivalente*. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A Participação em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *História da urbanização no Rio de Janeiro: a cidade - capital do século XX no Brasil*. In: CARNEIRO, Sandra Maria de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. (Org.). *Cidades: olhares e trajetórias* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Garamond, 2009, pp. 85-120.

ROLNIK, Raquel. *As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In: MARICATO, Ermínia [et. al.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que Stomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. *Sobre 'Classes Populares' no Pensamento Sociológico Brasileiro*. In: R. Cardoso (org.), *A Aventura Antropológica - Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SÁNCHEZ, Fernanda [et al.]. *O que está em jogo? Contradições, tensões e conflitos na implementação do Pan-2007*. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011, pp. 219-236.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

_____. *Crise e Castigo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

_____. *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política*. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

SEFFNER, Fernando. *Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas*. In: XI Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPED SUL, 2016, Curitiba / PR. Anais da XI Reunião ANPED SUL 2016, 2016. v. 1. p. 1-17.

SILVA, Enid Rocha de Andrade; ANDRADE, Carla Coelho de. *A política nacional de juventude: avanços e dificuldades*. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

SINGER, André. *Classes e ideologias cruzadas*. In *Novos Estudos*, CEBRAP, 97, nov. 2003, pp. 23-40.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *A experiência contemporânea da política entre os jovens do Sul do Brasil*. Florianópolis: UFSC, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *As drogas e a questão urbana no Brasil: a dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos*. In: CASTRO, I. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SPOSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil, desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2003. v. 1. 38p .

_____. *Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil*. In: Abramo, Helena; Branco, Pedro Paulo. (Org.). *Retratos da juventude brasileira*. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, 2005, v. 1, p. 87-128.

TAVARES, Breitner. *Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco*. In *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 1, jan/jun, 2012, pp. 181-191.

TRINDADE, Nísia. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação (Mestrado), PPGSCP-IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989.

VALLA, Victor. *Educação e Favela. Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis, Vozes, 1986.

VASCONCELLOS, Renato T. de M. da C. *A luz nas favelas*. In: *Annales du séminaire Crise Urbana, energia e desenvolvimento alternativo: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1985.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.